

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARCELO PAULA DE MELO

VILA OLÍMPICA DA MARÉ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE ESPORTE EM FAVELAS NO RIO DE JANEIRO:
NOVAS DINÂMICAS DA RELAÇÃO ESTADO E
SOCIEDADE CIVIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Niterói

2004

MARCELO PAULA DE MELO

VILA OLÍMPICA DA MARÉ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE ESPORTE EM FAVELAS NO RIO DE JANEIRO:
NOVAS DINÂMICAS DA RELAÇÃO ESTADO E
SOCIEDADE CIVIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Estrito Senso em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. PAULO CÉSAR RODRIGUES CARRANO

Niterói

2004

MARCELO PAULA DE MELO

VILA OLÍMPICA DA MARÉ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE EM FAVELAS NO RIO DE JANEIRO: NOVAS DINÂMICAS DA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Estrito Senso em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

**Paulo César Rodrigues Carrano- Orientador
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**Lúcia Maria Wanderley Neves
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**Victor Andrade de Melo
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**Ana Maria Quiroga Fausto Neto- Suplente
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Niterói
2004

Dedicatória

À Renata,
a mulher da minha vida, que ilumina diariamente meus caminhos. Meu amor,
nada do que eu conseguir faz sentido se você não estiver comigo. Eu te amo
“um montão”.

“Como nos enganamos fugindo do amor!
Como o desconhecemos, talvez com receio
de enfrentar sua espada coruscante, seu
formidável poder de penetrar o sangue e
nele imprimir uma orquídea de fogo e lágrimas.
Entretanto, ele chegou de manso e me envolveu
Em doçura e celestes amavios.
Não queimava, não siderava; sorria”.

(Carlos Drummond de Andrade, “*O Reconhecimento do amor*”)

AGRADECIMENTOS

É sempre difícil neste momento lembrar de todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Essa contribuição acontece de várias formas. Desde indicações leituras, filmes, peças, exposições até as formas menos visíveis como um abraço, sorrisos, aquela clássica pergunta que todos fazem: “como vai o mestrado?” e todos nós, mestrandos, apenas respondemos com um lacônico “ótimo”.

À minha família, (Pai, Mãe, Fernando, Milena, Scott e Jordan), pela paciência, colaboração, pelo amor e, sobretudo, por ter me propiciado todas as condições materiais e sentimentais para me dedicar aos estudos. Além disso, não posso deixar de agradecer meus irmãos por cobrirem meus constantes furos- não sem reclamação (risos)- no cumprimento das tarefas cotidianas, como lavar louça, lavar nosso cães, lavar a garagem, recolher os lixos entre outras tarefas que infelizmente não pude cumprir. Sem vocês não teria conseguido chegar até aqui. Amo todos vocês.

Ao povo brasileiro que, mediante seus impostos, tem financiado meus estudos na Universidade pública desde a graduação, além de propiciar-me a bolsa da CAPES para realização do curso de mestrado.

Aos muitos amigos e amigas que torceram por mim durante o processo, especialmente todos os colegas do Lazer e Minorias, do Grupo de Juventude (Mônica, Denise e Solange e o grupo da Orientação Coletiva);

Aos amigos de toda a vida, Alexandre (Cinturão), Ébener, Marcelo “Pagodinho”, Marcelo “Juiz de Fora”, Carlos Henrique, Ialê, Fabinho, Victor Melo, Edson, Wellington, Bruninho Pataro, Bruno (V. Redonda), Antônio, Raquel, Mônica e Tonho e Juliano;

A todos os colegas da excelente e fraterna turma de mestrado do ano de 2002 (valeu Rosângela, Patrícia- eternamente grato pela revisão-, Solange, Simone(s), Luciana, Veríssimo, Alex, Denise, Eduardo, Ângela, Paola).

A todos os Professores e Funcionários do Programa de Pós Graduação em Educação da UFF, sobretudo à Isabela, Marilda, Wanda, Victor Valla, Osmar Fávero, Nicholas Davies, José Silvério, Célia Linhares e Lea Paixão.

A todos os companheiros e companheiras do Coletivo de Estudos em Política Educacional, que muito me engrandecem enquanto ser humano ao possibilitar a convivência com todos vocês.

À nossa “líder” Lúcia Neves, pelo carinho, sabedoria, e principalmente, pela acolhida e pela interlocução de muita competência e influência em minha vida.

A todos os amigos que fiz na Vila Olímpica da Maré, principalmente Reinaldo, Nilo, Marianina, Mataruna, Inaldo, Bira, Rodrigo, Antonio Marcos, Seu Amaro, João Rufino, Gérson. Saudades dos inesquecíveis almoços na Socorro.

A toda galera do Basquete da Ilha da Conceição, que todo sábado renova minhas energias para seguir na luta;

A todos que cederam seus tempos e documentos sem os quais esta pesquisa não se realizaria; Seu Amaro, Luiz Antonio, Nilo, Marianina, Reinaldo, Sérgio Tavares, Carlinhos (CEASM), Jairo Coutinho, Paulinho Esperança.

Ao CEASM, sobretudo o pessoal da Rede Memória, pelas fontes, fotos e acolhida.

A todos meus alunos da Vila Olímpica, que tanto me ensinaram nesse três anos. Cris, Júnior, Evelyn, Michel, Eduardo, Janaína, Juliana, Emerson, Eri, Robson, Marquinho, Mayara, Flávio, entre outros.

A meu orientador, Paulo Carrano, por toda amizade, fraternidade e interlocução crítica e criativa, que certamente me auxiliaram em todo o processo.

A todos vocês, só posso agradecer.

*Quem foi que disse que eu escrevo para as elites?
Quem foi que disse que eu escrevo para o bas-fond?
Eu escrevo para a Maria de todo o dia
Eu escrevo para o João Cara de Pão
Para você que está com este jornal na mão...
E de súbito descobre que a única novidade é a poesia,
O resto não passa de crônica policial-social-política
E os jornais sempre proclamam que " a situação é crítica!"
Mas eu escrevo é para o João e a Maria,
Que quase sempre estão em situação crítica!
E por isso as minhas palavras são cotidianas como o pão nosso cada dia
E a minha poesia é natural e simples, como a água bendita na concha da
mão*

Dedicatória- Mario Quintana

Resumo:

Apresentar um trabalho, no campo da Educação, abordando as políticas públicas de esportes, sem relacioná-lo mais profundamente com questões pedagógicas de ensino-aprendizagem e/ou tratar diretamente da relação professor-aluno, bem como a dimensão socializante do esporte é uma tentativa de ampliar o conceito de Educação. Tal ampliação se dá por conta da opção em compreender a dimensão educativa na implementação dessas políticas públicas por organismos na/da sociedade civil, abordando as redefinições das relações entre o Estado e os referidos organismos no contexto do atual momento histórico e na consolidação do projeto de sociabilidade neoliberal. É, assim, que se propõe como tema dessa dissertação, a discussão de todo o processo de idealização, concepção e implementação do projeto de esportes “Vila Olímpica da Maré” no Rio de Janeiro como expressão concreta dessa redefinição da relação Estado e sociedade civil. O projeto em questão passou a funcionar a partir da criação da ONG UEVOM -União Esportiva Vila Olímpica da Maré- especificamente para administrá-lo, tendo como “parceiros” a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (PMRJ) e a Petrobrás. Assim, a implementação de uma política pública de esportes se dava através da relação entre um organismo na/da sociedade civil, a ONG UEVOM e a PMRJ. Nota-se, a partir da segunda metade dos anos 1990, um crescimento expressivo de propagandas de políticas públicas e privadas de esporte e artes, sobretudo em bairros pobres e favelas. A tais práticas culturais é credenciada a “missão” de afastar crianças e jovens pobres, tanto do mundo do crime como do consumo de drogas. Essa visão salvacionista propaga-se numa significativa parcela de experiências do gênero por todo Brasil. Por conta disso, o fato da experiência abordada aqui neste trabalho acontecer numa das maiores favelas do Rio de Janeiro, a Maré, torna a discussão ainda mais desafiadora. Tendo como referencial teórico central o marxista italiano Antonio Gramsci, procedeu-se a análise de diversos documentos, tanto da UEVOM como da PMRJ, que versavam sobre a Vila Olímpica da Maré. Não obstante, a partir de entrevistas semi-estruturadas com os principais participantes na concepção e implementação do projeto, possibilitou-se o aprofundamento das questões que a práxis apresentava como desafio.

Abstract:

To present a dissertation about public policies of sports in Education area, without discussing the pedagogical dimension of sports, the relationship between teachers and students and also the socializing face of sports seems like a great provocation to enlarge the concept of education. This enlargement became from the understanding of the education in the implementation of public policies by civil society organization, in the context of neoliberal sociability project. This work inquires the process of idealization, conception and implementation of the Vila Olímpica da Maré's project, in Rio de Janeiro. This project works since the creation of the União Esportiva Vila Olímpica da Maré, a NGO created to manage it. Their principal partners are Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro and Petrobrás. In 1990's second half, we noted a growth of public and private policies of sports and arts, specially in poor neighbourhood. These cultural practices seem like a way to keep poor children and young off drugs and violence. This "salvacionista" vision is common in many kinds of experiences. Working with Antonio Gramsci as central theoretical referential, we analyzed some documents from UEVOM and PMRJ, and did some interviews with the principal actors of this process.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| PRIMEIROS PASSOS ----- | 11 |
| CAPÍTULO I – NEOLIBERALISMO: NOVA FACE DO CAPITALISMO E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL | |
| 1.1 Neoliberalismo, Estado e Políticas Públicas ----- | 18 |
| 1.2 O Brasil nos anos 1990: tempos de neoliberalismo ----- | 23 |
| CAPÍTULO II- GRAMSCI, SOCIEDADE CIVIL E BRASIL: ONGs E AS POLÍTICAS PÚBLICAS | |
| 2.1 Estado e sociedade civil em Gramsci ----- | 32 |
| 2.2 Sociedade civil no Brasil pós 1970: o campo das ONGs ----- | 40 |
| 2.3 Sociedade civil, ONGs e terceiro setor: foi isso que nos sobrou?----- | 55 |
| CAPÍTULO III- SOBRE O ESPORTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVES DISCUSSÕES | |
| 3.1 Educação Física e Esporte no Brasil a partir dos anos 1980: tensões e disputas políticas----- | 61 |
| 3.2 Políticas públicas de esporte no Brasil----- | 64 |
| 3.3 “Terceiro setor” e os esportes: começa o jogo solidário?----- | 78 |
| CAPÍTULO IV- VILA OLÍMPICA DA MARÉ: OS CAMINHOS DA PESQUISA | |
| 4.1 Entrando na Maré----- | 83 |
| 4.2 Vila Olímpica da Maré: da luta pela efetivação do direito ao esporte, constituição da ONG UEVOM à política pública de esporte da SMEL ----- | 92 |
| 4.2.1 UNIMAR: o início da idéia da Vila Olímpica da Maré----- | 93 |
| 4.2.2 O VIVA Rio e VOM: relações e aproximações----- | 96 |
| 4.3 Governo Conde (1997-2000), aproximação da COPPE/CENTEX e a criação da UEVOM -- | 98 |
| 4.4 Vila Olímpica da Maré no século XXI. Governo César Maia (2001-2004) e as políticas públicas de esporte em Favelas ----- | 116 |
| CONCLUSÃO – 146 | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. 153 | |

PRIMEIROS PASSOS

*De tudo ficaram três coisas:
a certeza que estamos sempre começando;
... que precisamos continuar...
que seremos interrompidos antes de terminar..
Portanto, devemos fazer da interrupção um caminho novo...
da queda um passo de dança...
do medo uma escada...
do sonho uma ponte...
da procura um encontro*

FERNANDO SABINO

Iniciaremos aqui o relato de uma caminhada que esperamos longa, prazerosa e acima de tudo, desafiante. Passar para o papel o resultado de mais de dois anos de leituras, debates, orientações, pesquisas, transcrições, filmes, peças, exposições artísticas que perpassaram essa etapa de formação é sempre uma missão difícil. Mas, por isso mesmo, provocante.

O desafio de estudar uma experiência de política pública de esporte num mestrado em Educação surgiu de uma inquietude pessoal que nos levava a tentar compreender como o esporte foi se tornando alvo de políticas públicas no Brasil em sua busca por legitimar-se como direito social, justamente no momento em que há um ataque sistemático à própria noção de direitos sociais por parte da concepção de mundo/projeto de sociedade neoliberal.

Há nesse processo uma aparente contradição. Apenas aparente como veremos. No contexto de redução das possibilidades de acesso/permanência a muitos direitos sociais, surge um significativo número do que se denominou como “projetos sociais” esportivos e/ou culturais, sobretudo em bairros populares e/ou favelas. O discurso dominante é que nesses projetos, principalmente os jovens e crianças pobres teriam acesso às práticas esportivas e/ou culturais, tendo também suas possibilidades educativas ampliadas.

A aparente contradição se localiza no fato de estarmos vivenciando um momento histórico de aumento exponencial da pobreza e da miséria, sobretudo, decorrente das opções políticas e do projeto de sociedade que tem sido implementado no país desde a década de 1990. Então, partimos, inicialmente da seguinte indagação: por que num quadro de avanço da pobreza e

deterioração da qualidade da escolarização, de grandes dificuldades no acesso a outros direitos sociais, as políticas de esporte ganham tanta ênfase?

Caso nos movêssemos por sentimentos corporativistas e/ou voluntaristas, poderíamos apontar tal questão como um ganho para área de Educação Física que estaria, finalmente, conseguindo valorizar-se como profissão de relevância social. Contudo, numa análise menos unilateral, nota-se que a relevância social do esporte, constantemente referenciado como correlato de práticas saudáveis, educativas, socializantes, o credencia a uma aparente unanimidade. Por isso, muitas vezes é apresentado de forma linear e sem contradições como prática social de lazer que contribuiria para a formação humana, prevenção/promoção da saúde e também elemento socializador de um grande contingente de crianças, jovens, adultos e idosos. Quase uma fórmula matemática de causa e efeito.

Essa aparente unanimidade implica a difusão da noção da prática esportiva por diferentes grupos e classes sociais como algo por si só benéfico. Com isso, assistimos, a partir da segunda metade dos anos 1990, um significativo incremento de políticas públicas e privadas de esporte, sobretudo no que se refere a sua visibilidade pública. Tendo os jovens e crianças de bairros pobres e/ou favelas como alvo primordial dessas políticas, grande parte das mesmas foram/são acompanhadas de justificativas conservadoras ou mesmo de controle social. É comum o revolver de argumentações, tais como: “é melhor estar jogando bola do que na rua, solto”, ou “o esporte é uma forma de ocupar o tempo de jovens e crianças para evitar que se envolvam com o que não devem”, para além dos já famosos “esporte não é droga”, ou “esporte não é violência”. Notamos uma tentativa de associação linear entre a prática esportiva e o não envolvimento de jovens e crianças pobres com o tráfico de drogas e/ou outros crimes. Numa relação causal quase que perfeita, ganha destaque também essa noção que chamamos de “política salvacionista de esporte”, ou seja, a prática esportiva como redentora da cidadania juvenil em espaços populares empobrecidos.

É nesse contexto que decidimos fazer um trabalho de mestrado sobre a Vila Olímpica da Maré. Sabemos que essa afirmação não esclarece os contornos específicos do problema de pesquisa, bem como o porquê de sua vinculação ao campo da Educação. Justamente por isso, nos propusemos a fazer este “aquecimento”.

Apresentar um trabalho, no campo da Educação, abordando as políticas públicas de esportes, sem relacioná-lo mais profundamente com questões pedagógicas de ensino-

aprendizagem e/ou tratar diretamente da relação professor-aluno, bem como a dimensão socializante do esporte é uma tentativa de ampliar o conceito de Educação. Assim, nosso caminho será discutir a dimensão educativa na implementação de políticas públicas de esportes por organismos na sociedade civil, abordando as redefinições das relações Estado e os referidos organismos no contexto do atual momento histórico, que implica na conformação de novas sociabilidades nas relações sociais.

A dimensão da educação política da população se mostra como uma das características do projeto de sociedade neoliberal de novo tipo. As mudanças na natureza do papel político dos diversos organismos na sociedade civil tradicionais como partidos, sindicatos, escola, Universidades, Associações de Moradores, entidades científicas entre outros, e a criação e/ou surgimento de novos organismos, se manifestam como a expressão cotidiana da afirmação da nova hegemonia do bloco no poder. Como afirma Lúcia Neves (2004b) a participação na sociedade civil é repolizizada, sendo substituída por um associativismo prestador de serviços sociais, em lugar do associativismo reivindicativo de direitos sociais de outros tempos. Numa busca de dirimir conflitos e, principalmente, de abstrair debates acerca das classes em luta, temos uma nova concepção de participação social na sociedade civil. Como uma das faces do novo projeto dominante de sociedade constantemente clama-se pelo pacto social, pela união entre interesses. Como melhor definiu o Banco Mundial, estes são tempos de colaboração, e não de confronto, uma vez que os antagonismos de classe ficaram para trás com o fim da guerra fria (Garrison, 2000). Essa a nova face pretendida aos organismos da sociedade civil.

A partir de algumas categorias gramscianas, como sociedade civil, Estado ampliado, hegemonia, grande e pequena política, Estado educador, esperamos compreender o que significa/significou a Vila Olímpica da Maré no contexto dessa redefinição das relações Estado e sociedade civil, no âmbito da política pública de esporte no município do Rio de Janeiro. As formulações do marxista italiano, Antonio Gramsci, nos ajudam a esclarecer a dimensão educativa dessa nova configuração política da sociedade civil. O autor nos chama a atenção para a dimensão educativa do Estado capitalista, lembrando que Gramsci amplia o conceito de Estado, sendo este constituído pela sociedade civil e também pelo aparelho estatal, ou Estado restrito. Assim, temos que todo Estado procura criar, difundir e manter formas específicas de sociabilidade em conformidade com o projeto do bloco no poder, assumindo, desse modo, uma função claramente educativa. Por outro lado, busca inibir ou mesmo reprender condutas e

práticas que julgam ofensivas e/ou em desagravo a seus projetos. Esse projeto educativo tem por objetivo, então, “... adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (Gramsci, 2000, p. 23).

Esse projeto de conformação das massas ao projeto do bloco no poder é sempre mediado pela unidade dialética entre estrutura e superestrutura, na formação/emergência de um novo bloco histórico. Com isso, “... o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização” (Gramsci, 2000, p. 28). Por isso, certas práticas políticas são incentivadas, outras coibidas ou então seriamente desqualificadas, promovendo um processo educativo de resistência a umas e aceitação a outras, mediadas pelas resistências advindas de outras classes e frações.

A partir dessas reflexões, podemos então situar nosso problema de pesquisa, já que tínhamos como ponto de partida a idéia de estudar como as políticas públicas de esporte em favelas pareciam haver se tornado a grande possibilidade de “salvação” e redenção da juventude pobre nas favelas cariocas, isso pelo menos nos discursos correntes dos governantes e na/da mídia. Assim, esperávamos entender a disseminação de políticas públicas e/ou privadas de esportes e/ou artísticas nos morros, bairros pobres e favelas, propalada como talvez única possibilidade de afirmação de uma “cidadania” perdida em outros momentos da vida cotidiana. Sendo também considerada suposto “antídoto” para o envolvimento de jovens com drogas, como usuários ou traficantes. Essa linearidade entre a prática esportiva e o não envolvimento com drogas/crimes nos incomodava até mesmo devido a experiência profissional nos demonstrar, cotidianamente, que não poderíamos estabelecer relações tão mecânicas.

Logo notamos que tais políticas de esporte em geral, para além da dimensão anteriormente apontada, configuram-se num novo projeto educativo da sociabilidade, também explicitado nas novas definições da relação Estado e sociedade civil no âmbito do projeto neoliberal de sociedade.

A experiência da Vila Olímpica da Maré na condição de política pública de esporte do município do Rio de Janeiro, implementada pela ONG União Esportiva Vila Olímpica da Maré (UEVOM), se apresentava como um campo de possibilidades de compreender o porquê desse mecanismo de execução do programa, ainda mais depois de observarmos que isto não era específico da experiência em questão.

Percebemos que essa forma de implementação de políticas públicas por organismos na sociedade civil se configura como parte do novo projeto de sociedade que ganhou força no Brasil a partir dos anos 1990, em consonância com o projeto de sociedade neoliberal. No bojo da redefinição da relação entre Estado e sociedade civil, a partir da experiência de participação política de diversos organismos, bem como do novo papel do Estado no projeto neoliberal, tal modelo de participação na gestão pública é amplamente incentivado. Não mais como relações de confronto entre “Estado” e sociedade civil, mas sim a colaboração entre todos já que os antagonismos dos tempos da ditadura foram superados, afirmam seus defensores (Cardoso, 2000; Garrison, 2000, Souza, 1991, Bresser Pereira 1998, Brasil, 1999 e 1995).

Essa visão em que Estado e sociedade civil tornam-se entes com vida própria, abstraída das relações sociais travadas entre as classes e suas frações, legitima a aproximação e a criação de organismos na sociedade civil para tornarem-se implementadores de políticas públicas. Como veremos, não se trata de retirada do Estado, mas sim de um processo de delegação da execução. Começam a efetivar-se novas dinâmicas da relação Estado e sociedade civil.

Com isso, notamos que essa nova configuração da relação entre Estado e organismos na sociedade civil também representava novas possibilidades de educação política das massas, sobretudo dos setores mais pobres. A substituição da noção de direitos sociais por serviços prestados por esses organismos; a aproximação de organismos na sociedade civil que antes estiveram na luta pela ampliação/conquista de direitos com a aparelhagem estatal, para executar ações; a atuação de empresas privadas e públicas na promoção/financiamento de ações/políticas sociais; o descrédito do Estado como responsável por executar políticas públicas; a possibilidade de inserção no campo de trabalho, ainda que de maneira subordinada e desregulamentada, sem direitos trabalhistas, no contexto de uma grave crise de desemprego dão nova conformação a essas relações Estado e sociedade civil.

É nesse contexto que compreendemos a ampliação do nosso problema de pesquisa. Pensamos, então, em investigar a implementação do projeto **Vila Olímpica da Maré, administrada pela ONG União Esportiva Vila Olímpica da Maré (UEVOM), no âmbito da redefinição das relações entre Estado restrito e sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas em tempos de capitalismo neoliberal**. Através de sua natureza de atuação e da forma de implementação do projeto em questão, pretendemos situá-lo, enquanto expressão do novo projeto de sociedade dominante. A partir disto, poderemos discutir

como as políticas ou ações sociais de esporte têm papel de destaque nesse processo conformação ético-política das novas gerações.

Nota-se que tal programa é implementado a partir de um convênio entre a referida ONG- composta inicialmente por algumas ex-lideranças comunitárias da Maré, membros da COPPE/UFRJ, por representantes de outras ONGs, como o VIVA RIO, empresários- a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e a Petrobrás. Compreender como se deu a criação/elaboração do projeto, as articulações políticas empreendidas, a atuação de seus atores principais, bem como o projeto de sociedade explícito e implícito que nortearam a criação do referido projeto é nosso desafio. Abordaremos o período compreendido entre os esforços iniciais de criação, em 1995, seu desenvolvimento nesse período, até a interrupção de seu funcionamento em dezembro de 2003, quando suas atividades ficaram paradas por sete meses, retornando em julho de 2004.

A tensa relação estabelecida entre a condição de professor do programa estudado e a condição de pesquisador pode implicar alguns limites, mas também algumas possibilidades. Se o distanciamento total entre pesquisador e a realidade a ser estudada é um mito positivista já superado, pensamos que um mínimo de distanciamento, que não quer dizer físico ou geográfico, nos auxilia a não perder a capacidade de estranhar, de duvidar. Com isso, queremos chamar a atenção para a necessidade de ser capaz de estranhar um universo que aparentemente é cotidiano, gerando vantagens de poder obter informações que um observador externo não poderia, a despeito da rigorosidade metodológica. Por outro lado, essa proximidade não pode, de maneira alguma, ofuscar a capacidade crítica que precisa estar presente no trabalho de pesquisa.

Convidamos a todos a nos acompanhar nesta jornada por quatro capítulos. O capítulo 1, “**Neoliberalismo: nova face do capitalismo e sua repercussão no Brasil**”, apresenta as implicações e características dos anos de neoliberalismo no Brasil e no mundo. O capítulo 2, “**Gramsci, Sociedade Civil e Brasil: ONGs e as políticas públicas**”, traz uma breve apresentação dos conceitos de Estado e sociedade civil em Gramsci, para posteriormente possamos traçar um panorama da trajetória política da sociedade civil no Brasil nas duas últimas décadas, dando ênfase na conformação histórica e na natureza de atuação das chamadas Organizações não-governamentais (ONGs). Ainda nesse capítulo, observaremos a relação entre a natureza da atuação e o papel político exercido pelas ONGs a partir da Reforma do Estado no Brasil e sua inserção no processo de fortalecimento do chamado “terceiro setor”. Na terceira parte, “**Sobre o esporte e as políticas públicas: breves discussões**”, traçaremos uma discussão

inicial acerca das políticas públicas de esporte e sua vinculação com as transformações sócio-político-econômicas pelas quais passamos ao longo dos últimos 20 anos. Objetivamos apontar o crescimento expressivo da divulgação de ações do chamado “terceiro setor”, também nesse âmbito. No quarto e último capítulo, “**Vila Olímpica da Maré: os caminhos da pesquisa**”, iniciamos apresentando o *locus* de pesquisa, a Favela da Maré. Com isso, teremos condições de sistematizar os resultados da pesquisa acerca da experiência da Vila Olímpica da Maré como uma política pública de esporte em favelas no contexto das novas relações Estado e sociedade civil, como apontamos anteriormente. Por fim, teceremos algumas considerações na busca de encaminhar discussões críticas sobre a experiência em questão.

Esse será nosso caminho. Esperamos que seja agradável, crítico e acima de tudo que possa trazer elementos para novas reflexões/ações sobre os pontos aqui abordados.

CAPÍTULO I. NEOLIBERALISMO: NOVA FACE DO CAPITALISMO E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL

1.1 NEOLIBERALISMO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O atual momento histórico revela a face mais cruel do capitalismo. Em sua fase neoliberal, assistimos a um grande retrocesso das conquistas obtidas pelos trabalhadores em tempos anteriores. Percebemos uma volta radicalizada aos preceitos do liberalismo clássico, mediados pelos novos contornos que a burguesia, enquanto classe dirigente e dominante - em suas várias frações: financeira, industrial, latifundiária, de serviços entre outros - encontra, principalmente a partir do quarto final do século XX. Busca ser uma resposta burguesa tanto ao projeto socialista, quanto ao modelo Keynesiano de organização do Estado capitalista. Apontar algumas de suas principais características e especificidades nos possibilitará situar o Brasil no contexto das novas configurações do capitalismo mundial nesse início de século.

Embora ganhe força nos anos 1980, seus preceitos são anteriores. Frederick Hayek, já em 1944, tece críticas radicais ao projeto Keynesiano de Estado de bem estar social, denunciando a profunda intervenção do Estado na vida social, inclusive na dinâmica do "mercado", o que contrariaria os preceitos liberais (Sales de Melo, 2003; Anderson, 2000).

Como aponta Perry Anderson (2000, p. 9), o neoliberalismo se apresenta como alternativa do capital ao Estado intervencionista e de bem-estar, objetivando preparar as bases para um capitalismo regido apenas pelas regras do mercado, sem a mediação do Estado. Como bem define este autor, estamos diante de apaixonado ataque a quaisquer mecanismos estatais que venham limitar a ação do mercado, sendo estas entendidas como ameaças mortais à liberdade, não apenas econômica, mas também política. Tinha por objetivo, o que podemos dizer infelizmente terem sido bem sucedidos, preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, livres de regras dos tempos de Estado de Bem estar.

Contudo, nesse momento a conjuntura não favorecia posturas críticas ao projeto Keynesiano que, durante a chamada "Idade de Ouro" do capitalismo, conseguia taxas de crescimento econômico consideráveis, além de promover, nos países centrais, uma significativa

ampliação da proteção social aos trabalhadores. Por isso, inicialmente Hayek não obtém muito destaque, embora posteriormente ganhe um Prêmio Nobel de Economia.

No contexto da crise sistêmica do capitalismo nos anos 1970, o renegado economista austríaco e suas posições teóricas ganham destaque. Segundo Hayek, tal crise se dava por conta das concessões feitas ao movimento operário, como altos salários, pleno emprego e ampliação dos direitos sociais que minavam as bases de acumulação capitalista.

Assim, começa a se fazer presente o chamado projeto neoliberal, ou seja, uma alternativa à crise partindo de uma volta aos preceitos clássicos do liberalismo, mediatizados pelas especificidades do momento histórico em questão. Temos, então:

a apologia da liberdade individual como base natural da ordenação social e, como consequência, a liberdade de produzir, de possuir, de acumular propriedade (...); a afirmação do mercado como instância reguladora, ordenadora, naturalmente harmoniosa, de todas as diversas e complexas interações entre os interesses e necessidades dos indivíduos (...); e como consequência, a negação da crítica a qualquer intervenção neste sistema, neste jogo que possuiria suas próprias regras naturalmente construídas; e a crítica à intervenção do Estado ou corporações que teriam a tendência a desequilibrar o mercado a favor de indivíduos ou grupos particulares (Sales de Melo, 2003, pp. 11/12).

Nesse sentido, como resposta burguesa à diminuição das taxas de lucros foi crucial a vitória de candidatos da direita nas eleições nos principais países. Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979, Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980 e Helmut Kohl na Alemanha são exemplos desse processo, bem como a promoção das diversas ditaduras nos países da América Latina nos anos 1970.

Segundo Anderson (2000), as ações dos governos neoliberais tenderam a consolidar a direção político-econômica do Estado no sentido de revigorar a economia e a acumulação de capital, em detrimento às conquistas obtidas pelos trabalhadores nos países centrais. Podemos apontar algumas características gerais na implementação desse projeto: a elevação das taxas de juros; a redução de impostos sobre grandes fortunas, sob a lógica de incentivo ao investimento; o pouco ou nenhum controle sobre os fluxos financeiros, que deram início às exorbitantes taxas de lucro de instituições financeiras; cortes de gastos sociais e o surgimento de uma legislação anti-sindical. Como consequência, um elevado nível de desemprego, gerador de um exército de mão de obra reserva, juntamente com um perigoso descrédito das formas clássicas de fazer política, como partidos, sindicatos. Também foram pontuais as privatizações de empresas públicas que se tornaram lucrativos focos de investimento para o capital. Para além da dimensão unicamente

econômica, tal processo também incidiu nos organismos de representação dos trabalhadores numa tentativa de minar o poder que tinham seus sindicatos.

O papel do Estado também é repensado no projeto. Embora seja notório, como demonstra Boron (2001), que a tese do Estado Mínimo é falaciosa, visto que, mesmo nos países centrais, a participação do Estado na condução da economia não diminuiu. É refuncionalizada através das privatizações, liberações de mercados internos, bem como nas alterações no sistema financeiro. A tese da diminuição do tamanho do Estado que, segundo os neoliberais, seria uma das saídas para a crise, na verdade se aplica à implementação direta de políticas públicas, assim como na atuação reguladora das intervenções do capital, através de múltiplas reformas na legislação e na aparelhagem estatal.

O fim do chamado “Socialismo real”, com a queda do Muro de Berlin em 1989 e o desaparecimento do Estado Soviético no início dos 1990, representou um fôlego adicional ao projeto neoliberal, no momento em que muitas de suas promessas se mostraram falaciosas. Mesmo que as taxas de crescimento da economia não tenham se elevado, ou que as condições de vida tenham se deteriorado em muitos países, o fim da ameaça simbólica de um outro padrão de sociabilidade que representava o projeto socialista, foi considerado extremamente importante na continuação do referido projeto.

Durante os anos 1980, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial - organismos financeiros internacionais criados após a Segunda Guerra mundial para dinamizar a economia capitalista-, assumem novos papéis na economia mundial, condicionando empréstimos internacionais aos países periféricos na adesão ao projeto neoliberal. Assim, tais organismos passam ter a função de coordenadores e supervisores na implementação.

Paralelo a esse processo, o capitalismo vai sofrendo diversas modificações qualitativas. Com o processo de reestruturação produtiva, introdução em níveis até então inimagináveis da ciência e tecnologia no processo produtivo, temos alterações significativas no mundo do trabalho, implicando na substituição gradual do fordismo pelo paradigma de acumulação flexível. Com essa nova configuração do mundo do trabalho, acompanhada pela financeirização da produção, ou seja, o investimento do capital mais na especulação financeira do que na produção de mercadorias concretas, temos profundas alterações que influenciam e são influenciadas pelo neoliberalismo. Tivemos uma grande destruição de postos de trabalho, que criou um número expressivo de desempregados, ampliando o exército de mão de obra de reserva,

e gerando profundas alterações no processo de organização política dos trabalhadores (Frigotto, 2001).

Talvez por isso, Boron (2001) e Anderson (2000) afirmem que o sucesso do neoliberalismo foi menos econômico e mais ideológico cultural, já que se enraizou como um novo senso comum, ao mesmo tempo em que assistiu a produção em massa da miséria, desemprego, bem como a não retomada das taxas de crescimento econômico por países que seguiram a risca seu ideário.

Não é necessário dedicar muitas linhas para apontar que sob a égide neoliberal temos assistido uma verdadeira regressão nas condições de vida da população no mundo inteiro. Mesmo nos países centrais são vividos fenômenos como desemprego/subemprego, a xenofobia, o aumento da miséria e violência, além de outros problemas sociais. Se pensarmos nos países da América Latina tais questões se agudizam.

Frente às drásticas conseqüências do projeto neoliberal clássico, o próprio discurso da burguesia se altera. Organismos como FMI e o Banco Mundial precisam mudar seus discursos. Tecendo críticas ao que chamam Neoliberalismo radical, bem como ao modelo Keynesiano, esses organismos, sem sair do paradigma da economia de mercado e nem das outras características do projeto, começam, em seus documentos, propor ações de “alívio à pobreza”, “desenvolvimento sustentável”. Também como estratégias de obtenção de consenso, defendem que os países que adotaram o projeto neoliberal o fizeram por conta própria, tendo os organismos internacionais apenas assessorado. Começam a repensar alguns pontos do projeto, principalmente objetivando diminuir as “tensões sociais” (Sales de Melo, 2003).

Dando organicidade à reflexão do projeto político neoliberal, Anthony Giddens cunha a expressão “**Terceira via**” como materialidade da nova fase do projeto de sociabilidade dominante. Esse projeto busca ir além do neoliberalismo clássico, bem como do Estado de Bem Estar. Considerando que o fim da União Soviética significaria a morte das possibilidades de se viver numa sociedade socialista, Giddens propõe uma espécie de humanização do capitalismo, implementado nem pela direita, nem pela esquerda, uma vez que tais conceitos ganhariam novas dimensões, mas sim pelo chamado “**Centro radical**” (Giddens & Pierson, 2000).

Giddens reconhece a mudança na natureza e no papel do Estado. Segundo o sociólogo inglês, o desafio seria “... desenvolver uma sociedade global cosmopolita, baseado em princípios ecologicamente aceitáveis, onde se concilie geração de riquezas com controle da

desigualdade” (Giddens & Pierson 2000, p. 113). Com isso, o Estado capitalista passa ter nova função: nem o Estado amplo, nem mínimo, mas sim um Estado eficaz, com capacidade gerencial.

As idéias giddenianas ganham grande destaque com a vitória de Tony Blair na Inglaterra. Sua atividade teórica está diretamente relacionada com a implementação deste novo projeto de sociabilidade. Não por acaso é professor e foi por tempos também reitor da London School of Economics, um dos principais centros de difusão das concepções neoliberais.

Como afirmam Lima e Martins (2004, p. 1):

Terceira Via apresenta ferramentas reforma ou governo do capitalismo através de um novo contrato social que estabeleça um Estado democrático e uma sociedade civil ativa em articulação com a responsabilidade social de cada cidadão e de cada empresa mantidas as bases de um mercado eficiente. Trata-se da materialização do projeto burguês de sociabilidade “envernizado” que, por um lado, mantém as premissas básicas do liberalismo, e por outro retoma elementos centrais do reformismo social-democrata, identificando-se inclusive, como uma “nova social-democracia” ou uma “social-democracia modernizadora”.

O novo papel do Estado pensado pelo ideólogo da terceira via pode ser definido como:

Prover meios para a representação dos diversos interesses. Oferecer um fórum para a conciliação das reivindicações concorrentes desses interesses. Criar e proteger uma esfera pública aberta, em que o debate irrestrito sobre questões políticas possa ser desenvolvido. Prover uma diversidade de bens públicos, entre as quais formas de seguridade coletiva e bem estar social. Regular mercados no interesse público e fomentar a competição de mercado onde há ameaça de monopólio. Fomentar a paz social mediante o controle dos meios de violência e mediante a provisão de policiamento. Promover o desenvolvimento ativo do capital humano através de seu papel essencial no sistema de educação. Sustentar um sistema jurídico eficaz. Ter um papel diretamente econômico, como um empregador por excelência, na intervenção macro e microeconômica, além da provisão de infra-estrutura. De maneira mais controversa, ter um propósito civilizatório- o governo reflete normas e valores amplamente sustentados, mas pode também ajudar a moldá-los no sistema educacional e em outros setores. Fomentar alianças regionais e transnacionais e buscar a realização de metas globais (apud Sales de Melo, 2003. p. 108).

A terceira via apresenta uma concepção de Estado diversa do Estado mínimo neoliberal “clássico”. Por outro lado, essa concepção busca enfrentar a dura proposta anterior com uma linguagem mais palatável, reconhecendo a economia de mercado como inevitável e desejável. Assim, caberia ao Estado garantir a coesão social a partir de espaços de consertação social ou mecanismos de conciliação de classe.

No contexto de sociedades capitalistas complexas e no bojo do que chamam de morte do sonho socialista, há uma mudança de paradigma na atuação dos organismos na sociedade civil. Como está explícito num documento do Banco Mundial, deve-se passar do “Confronto à Colaboração” (Garrison, 2000). Assim, são sistematizadas novas modalidades de relação Estado e sociedade civil, onde os diversos organismos passam a atuar como “parceiros” dos diversos governos na execução das ações. Sistematiza-se a noção do chamado “terceiro setor” que mais à frente detalharemos.

Esse panorama geral do neoliberalismo no mundo nos ajudará a compreender como se deu sua implementação no Brasil, bem como às mudanças na relação Estado e sociedade civil.

1.2 O BRASIL NOS ANOS 1990: TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

Apesar de algumas tentativas iniciais de Collor e Itamar, é apenas com Fernando Henrique Cardoso (FHC) que se conseguem as bases políticas, sociais e econômicas para implementação efetiva do projeto neoliberal de sociedade no Brasil. Nossa entrada tardia tem razões e implicações internas e externas, as quais buscaremos debater nesse tópico.

Numa tentativa de situar este debate, recuaremos até o início dos anos 1980, momento que se convencionou chamar de transição democrática e que marca o fim do ciclo da ditadura militar iniciado em 1964. O Brasil emerge da ditadura com uma estrutura social muito mais complexa do que entrou. Processos de urbanização e industrialização consolidam-se. Surgem novos atores políticos; diversos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, simbolizados em novos partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais de diversos tipos, bandeiras e estruturas. Tanto no campo do trabalho quanto do capital, diversas formas novas de participação política emergem.

Não podemos esquecer a grave crise econômica que caracterizou esse momento no país. Apesar do endividamento interno e externo do Estado brasileiro, devido à política econômica dos governos militares e também pela mudança na conjuntura econômica no mundo capitalista, a queda da ditadura transformou-se num momento de grandes esperanças, mesmo com a derrota no processo das “Diretas Já”.

Contudo, embora diversas conquistas tenham sido obtidas ante o projeto/processo de abertura da ditadura, esse processo foi conduzido pelo “alto”, como aponta Coutinho. Essa

transição fraca, em que há uma mudança política sem a alteração das bases do projeto de sociabilidade, implicou na ruptura com o regime de exceção, mas com a continuidade de traços autoritários, elitistas e excludentes que marcavam nossa sociedade.

Como bem aponta Durighetto, a concepção de democracia a hegemonizar o processo de abertura representou uma “transição democrática a ser constituída ‘pelo alto’, ou seja, um projeto liberal-conservador, que não nega legitimidade da demanda em favor de um ‘Estado de direito’, ou seja, o ‘restabelecimento do império da lei’, mas que quer concentrar nas mãos de cima o controle dos programas de abertura” (2003, p. 129/30).

Na saída da ditadura, enveredamos por densas lutas pela disputa de hegemonia na consolidação e complexificação da sociedade civil e pela apropriação/capacidade de influência do/no aparelho estatal. Esse embate ficou claro durante a constituinte de 1986/87.

Grande parte desta experiência popular de organização em movimentos sociais, se não foi forte o suficiente para produzir mudanças substanciais ao fim da ditadura, representou um grande contraponto às aspirações da burguesia na constituinte de 1986-87. O processo da Constituinte demonstrou a luta e a capacidade de influir dos movimentos populares que, por intermédio de diversas organizações, propuseram e conquistaram novos pontos que foram incluídos na agenda política. Tanto que, mesmo não sendo uma Constituição como queriam os movimentos e os partidos de esquerda, algumas importantes vitórias foram conseguidas frente à burguesia. Francisco de Oliveira (2001a) nos lembra que isso pode ser percebido, quando notamos que umas das primeiras iniciativas do governo Fernando Collor de Mello foi promover reformas na Constituição recém-aprovada, já que alguns mecanismos ali presentes eram claramente contrários ao projeto da burguesia, sendo um claro obstáculo aos preceitos neoliberais.

No contexto de lutas entre projetos de sociedade no Brasil, tanto à direita como à esquerda buscam se fazer presentes. Não custa lembrar que a conjuntura internacional era amplamente desfavorável as forças da esquerda. A explicitação dos dois projetos de sociedade ficou clara na campanha presidencial de 1989. Coutinho (2000b) aponta que esses dois modelos podem ser genericamente classificados como; a) democrático de massas ou democrático popular ou mesmo democrático e, b) liberal corporativo ou liberal, cuja expressão ideológica é o neoliberalismo. Segundo Coutinho, tais projetos não são apenas projetos econômicos, mas de sociabilidade. Podemos dizer que os dois projetos societários perspectivam uma sociedade civil

forte, plural, organizada e atuante, no âmbito de uma formação social complexa, mas sob orientações políticas diversas.

No campo democrático de massas temos a presença de uma sociedade civil atuante, cuja pluralidade de interesses é expressa na existência de diversos aparelhos privados de hegemonia. No que se refere à organização e luta das forças de esquerda, a referida complexidade da sociedade civil é pensada como fator importante, havendo então a necessidade do enfrentamento das demandas específicas dos vários interesses de grupos sociais no campo do trabalho, junto ao combate à ordem desigual decorrente das relações sociais capitalistas, que agudizam as diversas formas de opressão (étnicos, ecológicos, de gênero, de orientação sexual e outros). O necessário pluralismo é concebido no processo de construção da hegemonia da classe trabalhadora. Assim, cada aparelho privado de hegemonia concebe sua luta também como parte desse enfrentamento ao projeto de sociedade do capital, num processo de longa duração, que ultrapassa a reivindicação apenas pela demanda específica. É importante ter claro que este projeto não garante automaticamente a hegemonia para o conjunto das classes subalternas, mas sem dúvida pode favorecê-la. Poderíamos dizer que este projeto foi representado em 1989 pelo campo da esquerda, capitaneado pelo PT (Coutinho, 2000b).

No campo liberal-corporativo, também está contemplada uma sociedade civil plural e atuante, mas tal atuação deve ocorrer unicamente na defesa de interesses econômicos corporativos, ou seja, de interesses individuais ou de pequenos grupos e não universais. Movimentos sociais e sindicatos disputam entre si o atendimento às suas demandas, como se elas fossem pautas antagônicas. Há um incentivo à participação não politizada na sociedade civil, como podemos ver na proposta do chamado “terceiro setor”. Concebe-se a necessidade de partidos não como porta-vozes de projetos de sociedade, mas como defensores de grupos que lutam apenas pela realização de seus interesses particulares. Quanto ao sindicalismo temos a defesa unicamente de interesses corporativos, restringindo a atuação apenas ao âmbito da empresa, promovendo o dito sindicalismo de resultados, como são o caso das centrais Força Sindical e da CUT de nossos tempos. Como aponta Coutinho (2000b, p. 99), “... esse modelo societário pressupõe e estimula a baixa participação política (...), além de apostar no enfraquecimento das instâncias globalizadoras da política - desqualificadas enquanto ideológicas - e na proliferação de formas de representação unicamente corporativas”. Em 1989, tal projeto foi representado por Collor, e posteriormente pelos governos FHC e Lula em 2002.

Com a eleição de Collor, começa o esboço de implementação do projeto neoliberal. Segundo Oliveira (2001a), Collor não era o candidato preferido das elites, mas por absoluta falta de opção, frente ao perigo real representado por Lula. Mas o “escolhido” não era hábil politicamente para conduzir o processo que a burguesia precisava para rearticular-se no poder. Por isso, e principalmente por causa das lutas de movimentos sociais importantes, não conseguiu terminar seu mandato, quando estourou o grande esquema de corrupção.

Com a queda de Collor e a posse de Itamar Franco, temos um momento de aparente indefinição política. Isso se deve aos primeiros passos no sentido de preparar o terreno para a consolidação do projeto neoliberal. Ainda assim alguns pontos emblemáticos se apresentam nesse momento, como a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN em Volta Redonda/RJ) e o início do Plano Real, servindo de plataforma eleitoral para o então ministro da economia, o senador Fernando Henrique Cardoso.

A grande virada acontece com a emergência do aclamado Plano Real, um projeto nada original e nem exclusivamente “tupiniquim”. Tratava-se de estabelecer uma paridade fictícia com o dólar e assim realizar um controle externo sobre a inflação, gerando a chamada estabilidade financeira pela abertura às importações e entrada de capitais estrangeiros no país, tanto “produtivos” quanto especulativos (Oliveira, 2001b).

É importante lembrar que, ao fim do Governo Sarney, a taxa de inflação era de 90% ao mês e no momento de implantação do Plano Real, a mesma já se encontrava em 50%. Isso implicava em grandes transtornos para a população, sobretudo para parcela mais pobre, que não consegue se organizar diante a alta quase diária dos preços. Com isso, o Plano Real atuou com base nessa desagradável experiência inflacionária do povo brasileiro. Segundo Oliveira (2001a), essa pedagogia antinflação foi fundamental para legitimar o aparente sucesso do referido Plano junto à população, servindo como principal plataforma para eleição de FHC em 1994. À medida que os preços dos produtos da cesta básica eram controlados, havia uma sensação de não inflação para a população, mesmo que com o passar do tempo vivenciássemos as exorbitantes altas em taxas de luz, telefone, água, gás, transporte, entre outros serviços.

FHC vence em 1994 num clima de grande consenso nacional em torno do seu nome e da necessidade da implementação das “Reformas” que iriam levar ao Brasil a uma posição de destaque na chamada Globalização. Os princípios neoliberais, apontados anteriormente,

começavam assim a ser implementados no Brasil. Uma dimensão de processo inevitável, em que resistir não era mais do que um sonho de poucos, foi então se estabelecendo.

A partir disso, o processo de ajuste neoliberal atuou em algumas frentes, tal qual ocorreu em outros países. Uma dessas frentes era a abdicação da moeda nacional em nome de uma paridade fictícia com o dólar, o que produziu efeitos de estabilização, tais como: o fim da inflação e o pequeno aumento no poder de compra das classes médias, o que de longe não revelava seus enormes custos sociais.

Junto a isso ocorreram as privatizações de empresas e bancos estatais, quando grande parte do patrimônio público brasileiro foi entregue à iniciativa privada, em geral, por preços irrisórios e com financiamento do BNDES, sob a demagógica premissa de redução do gasto público e também do tamanho do Estado brasileiro, uma das razões para nosso “atraso”, segundo os defensores das reformas. Assim, consideráveis empresas e bancos estatais de importância estratégica para um projeto de desenvolvimento do país e que contribuíam para a manutenção do equilíbrio fiscal, passaram para o domínio privado, seja de grandes grupos nacionais ou internacionais. Neste caso, o controle de diversos setores importantes para um projeto autônomo nacional deixaria de ser política de Estado para estar ao sabor do mercado, ou seja, ditado pelo grande capital.

Logo no início do mandato de FHC, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), com o objetivo de promover uma ampla reforma da aparelhagem estatal quanto à sua estrutura e funcionamento, e cujo titular era Luiz Carlos Bresser Pereira¹. Tanto nas produções do MARE (Brasil, 1999), da Presidência da República (Brasil, 1995) e do próprio Bresser Pereira (1998), há uma constante ênfase na necessidade de modernizar a administração pública brasileira, tornando-a uma administração gerencial, que pudesse atender aos desafios postos pela globalização. Não por acaso a Constituição de 1988 era apresentada como um entrave para o desenvolvimento do país por ser demais burocrática², ou seja, onde justamente se conseguiu construir um esboço de Estado de bem estar, era considerada a razão da crise pelos neoliberais da Terceira Via.

¹ Professor de economia da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo, ministro da Fazenda em 1987, ministro da Administração Federal e Reforma do Estado entre 1995 e 1998 e ministro da Ciência e Tecnologia entre 1999 e 2002.

² No Plano Diretor da Reforma do Estado, assinado pela Presidência da República (Brasil, 1995, p. 20), há um item cujo título é “O RETROCESSO DE 1988”, para se referir às modificações na Carta Constitucional de 1988, onde teria surgido um “novo populismo patrimonialista”.

Como forma de enfrentar possíveis resistências era preciso “demonizar” o Estado, suas empresas e seus funcionários. Frente a um passado de Estado ditatorial, autoritário, ineficiente, burocrático, “paquidérmico”, essa tarefa foi impulsionada com a adesão de setores majoritários da mídia, políticos e intelectuais. Em contrapartida era apresentada a eficácia gerencial do mercado, e que por isso deveria gerenciar as empresas estatais privatizadas. Isso também se estende a uma alegada maior capacidade e eficiência dos organismos na/da sociedade civil que passariam a assumir a implementação de políticas sociais, já que a burocracia estatal era ineficaz, cara e lenta.

Nota-se um crescente chamamento à participação de organismos na sociedade civil por parte de governantes e setores da mídia. Começa-se a difundir a expressão “terceiro setor” para expressar tais organismos, que seriam voltados para o “interesse público”. Também se fala em organismos privados, porém públicos, ou públicos não estatais. Isso demandaria, segundo seus defensores, a ampliação do sentido de público para além de puramente estatal. Esses organismos seriam eficazes, inovadores, econômicos e capazes de agir em áreas que o Estado se mostrou incapaz (Brasil, 1999 e 1995; Cardoso, 2000).

Partindo de um termo com ampla aceitação na sociedade; a descentralização, o projeto em questão amplia esse processo, conferindo-lhe algumas facetas específicas. Como afirma Durighetto (2003), tanto à esquerda como à direita destacaram o processo de descentralização como necessário à democratização no processo de Reforma do Estado³. Esse processo é considerado sob dois aspectos: a transferência de responsabilidade/execução do âmbito federal para o municipal/local e/ou destes para organismos na/da sociedade civil.

Desde a Constituição de 1988 temos um processo de transferência para os executivos municipais- o chamado Poder Local- a responsabilidade da implementação de diversas políticas sociais, ainda que não acompanhada de uma efetiva autonomia financeira, no sentido de viabilizar tais ações. Então, na verdade, temos um processo de desconcentração, já que transfere-se apenas a execução, ficando concentrados tanto o financiamento como os mecanismos de decisão.

³ De acordo com Marta Arretche, “... a partir de perspectivas políticas distintas, produziu-se um grande consenso em torno da descentralização. Passou-se a supor que, por definição, formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais democráticas e que, além disto, fortaleceriam e consolidariam a democracia. Igualmente tal consenso supunha que formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais eficientes e que, portanto, elevariam os níveis de bem estar da população” (apud Durighetto, 2003, 161).

Também tivemos um outro tipo de clamor pela “descentralização”, esse articulado diretamente ao projeto neoliberal de Reforma do Estado. Estamos falando da delegação da execução dos chamados serviços não-exclusivos do Estado para organismos na/da sociedade civil, conhecidos como organismos públicos não estatais. Na verdade, juridicamente seriam associações civis sem fins lucrativos, voltados para atividades filantrópicas, culturais e de assistência.

Assim, sob esse eufemismo abre-se mais uma brecha para a privatização das políticas públicas, seja pela mercantilização de direitos, agora travestidos como serviços, ou pelo processo de filantropização. Essa ampliação do privado na execução de políticas públicas acompanha também os processos de precarização e focalização, indicando tanto a perda de qualidade dos programas pelo contingenciamento e pela lógica de mercado no processo, como também a destituição do caráter universal das políticas públicas em nome de atendimento seletivo aos comprovadamente pobres (Durighetto, 2003).

Quais as conseqüências disso para a sociedade brasileira? Uma enorme recessão, um caos social, com graves conseqüências quanto à deterioração das condições de vida de uma parcela ainda maior da população. Percebe-se um retrocesso nas condições de vida da população no Brasil e na América Latina. Parece cínico pensarmos que, em pleno século XXI, ainda se morra de diarreia, gripe, cólera ou então de dengue.

Nossa entrada tardia no neoliberalismo implicou num projeto revisto em relação aos originais dos anos 1980. Como apontamos, no início dos anos 1990, frente às drásticas conseqüências sociais nos países que aderiram plenamente a “receita”, os organismos internacionais começam a recomendar uma atuação também “preocupada” com o “alívio à pobreza”, nos termos do FMI. Não obstante, o Partido dos Trabalhadores, então um partido de esquerda, numa ferrenha e dura oposição ao projeto, sendo uma espécie de aglutinador das forças de esquerda, representava barreiras para sua implementação. Se compararmos com o projeto dos dois mandatos de Carlos Menem na Argentina, os avanços nos dois governos FHC foram brandos, frente à destruição do Estado argentino, que culminou com a grave crise a partir do fim da década de 1990, e enfrentada até agora por nossos vizinhos.

Essa consideração é fundamental para compreendermos o que representa a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 para a Presidência, saudada como a chegada da esquerda ao poder depois de 10 anos de neoliberalismo. Contudo e apesar da contagiante empolgação que

tomou conta do país, já havia sérios indícios de que sua chegada à Presidência deveria ser também motivo de intensas preocupações para a esquerda e para os trabalhadores.

Afirmamos isso com base nos rumos que o PT foi tomando ao longo dos anos 1990. Com as três derrotas nas eleições majoritárias (1989, 1994, 1998) notamos um processo de “direitização” no/do partido, que não é fruto apenas da eleição em 2002. Já no documento Carta ao Povo Brasileiro em junho de 2002, endereçada aos organismos internacionais, estão apontados princípios macroeconômicos que indicam a total continuidade e aprofundamento do projeto neoliberal de sociedade. Ao assumir a Presidência, suas ações se apresentam como a consolidação e aprofundamento do projeto em vigor desde a década de 1990. Isso fica claro no aumento da taxa de superávit primário, no aumento das taxas de juros e na entrega da Presidência do Banco Central a um ex-funcionário de um grande Banco Internacional.

Além das ações no âmbito macroeconômico, também tivemos a apresentação da agenda de “reformas”- na verdade contra reformas, já que visam a restrição de direitos de diversas ordens- nos moldes do que o próprio PT havia combatido no Governo FHC. Assim, projetos de reformas como a Tributária, a Previdenciária, a Universitária, o projeto de Autonomia do Banco Central, a Sindical, a Trabalhista, passaram a entrar não apenas na pauta de debates do partido, como também nas cartas destinadas aos organismos financeiros internacionais, como aponta Kátia Lima (2004). Tão ou mais grave era a constante afirmação que não havia alternativas, e que esse é o único caminho a seguir. Um novo pensamento único!

Podemos dizer que o ano de 2003 representou a definitiva apresentação dos pressupostos do Governo Lula. Realmente estava expresso no plano de Governo que teríamos as referidas reformas - algumas aprovadas, outras em tramitação e debates no Legislativo. Entretanto, se tratava de vagas menções, sem às devidas explicitações do seu real conteúdo. É relevante ter em conta o caráter do aprofundamento e da consolidação do projeto de sociabilidade neoliberal em curso no país, travestido com uma nova face mais palatável.

Apresentando-se como um crítico “radical” do neoliberalismo e ressaltando sempre a chamada “herança maldita”- as condições que recebeu o país após a gestão de FHC- o projeto do governo Lula busca retomar os pontos do ajuste neoliberal que não foram implementados nos anos anteriores como: a independência do Banco Central, Reforma Universitária com a face de expansão privada do acesso ao ensino superior, entre outras medidas. Como podemos ver com Kátia Lima (2004, p. 31), o orçamento de 2003 elaborado na gestão FHC, foi apresentado como a

justificativa para os poucos recursos na implementação de políticas sociais. Contudo, no orçamento para 2004, já proposto pelo Governo Lula, nota-se inclusive que, áreas como Educação e Saúde possuem receitas até menores que as do ano anterior, sem contar as possíveis determinações de contingenciamento de recursos para cumprir as metas fiscais como ocorreu logo no início do mandato em 2003.

No quadro de Neoliberalismo “requentado e Requentado”, nos termos de Kátia Lima (2004) podemos ver como o governo Lula, a despeito da veste de esquerda, representa uma significativa continuidade no projeto anterior.

Tendo claro o contexto histórico-político no Brasil e no Mundo nos últimos tempos, podemos agora avançar no debate acerca da conformação política da sociedade civil brasileira a partir dos anos 1980, tendo como foco de análise o surgimento/atuação de alguns organismos que foram conquistando destaque ao longo desse processo. Estamos nos referindo as chamadas organizações não governamentais ou ONGs.

CAPÍTULO II- GRAMSCI, SOCIEDADE CIVIL E BRASIL: ONGs E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI: DEBATE CONCEITUAL

Debater o conceito de sociedade civil e de Estado em Gramsci é de grande importância não só para o avanço desse trabalho, mas sobretudo, para a compreensão e elaboração de estratégias de ação política. Tal importância aumenta quando notamos uma proliferação do termo “sociedade civil”, não apenas nas pesquisas acadêmicas, mas principalmente no cotidiano. Podemos dizer que mais do que nunca a sociedade civil está em evidência. Nessa linha, retomar o debate com Gramsci é importante por considerarmos que sua concepção de Estado e sociedade civil nos trarão elementos concretos para análise de nossa questão central nesse livro. Ao fazer esse debate histórico-conceitual, esperamos poder facilitar o caminho para o entendimento dos conflitos, interesses, lutas e desafios que marcam, não apenas o conceito, mas a práxis no qual Estado e sociedade civil estão envolvidos em nosso tempo.

Discutir o conceito de sociedade civil em Gramsci demanda considerá-lo como um momento do Estado. Ou seja, para o pensador italiano a sociedade civil é parte do Estado ampliado, que é a configuração do Estado nas sociedades capitalistas complexas. Essa ampliação implica na consideração do Estado não apenas como aparelho estatal, mas também constituído pelos aparelhos privados de hegemonia que se localizam na sociedade civil. Logo, detalharemos esses conceitos, agora apresentados de forma introdutória.

Aceitar a importância política da sociedade civil pressupõe uma significativa mudança na organização de uma sociedade. Ao analisarmos não apenas o movimento do chamado Estado restrito, mas a relevância de diversas organizações na sociedade civil de defesa de múltiplos interesses de classes, frações e grupos sociais que, mesmo não estando diretamente vinculados ao aparelho estatal, não deixam de ter peso político na construção, manutenção e/ou transformação de um projeto de sociedade, estamos ampliando o entendimento de política e de Estado.

Mas, por que se faz necessário essa ampliação da análise para além unicamente do aparelho estatal? Por que, para uma maior capacidade de enfrentamento das lutas pela

conservação/trans formação social, também é preciso ter um olhar atento para o movimento das classes na sociedade civil? Como compreender a luta de classes na sociedade civil?

Para responder essas questões é imprescindível um retorno à discussão do que venha a ser sociedade civil para Gramsci, bem como à implicação disto para a teoria política em geral, e mais especificamente para a teoria política marxista. Nesse sentido, reconhecemos a “ampliação” do conceito de Estado para além do aparelho estatal, ou Estado coerção, ou ainda sociedade política. Gramsci afirma que o processo de desenvolvimento do capitalismo implica na complexificação das relações sociais, gerando novos espaços de disputas de poder e difusão de ideologias que, embora não estejam diretamente vinculados ao Estado restrito, guarda relações com este. A esta nova esfera superestrutural Gramsci chama de sociedade civil.

Aprofundando este debate, Carlos Nelson Coutinho (1996, pp. 98-99) apresenta questões que fortalecem nossos argumentos. Segundo este autor:

a sociedade capitalista, em seu processo evolutivo, foi se tornando de tal modo complexa que os seus vários níveis ganharam objetivamente uma autonomia e especificidade cada vez maiores, demandando assim o aprofundamento de abordagens setoriais (...). Com isso, tornaram-se bem mais complexas tanto a estrutura de classes quanto à esfera da política stricto sensu (...) Ora, para compreender essa nova estratificação, bem como as formas de consciência social e política a ela ligada, não é suficiente apenas (embora seja absolutamente necessária) uma análise global do modo de produção, já que muitos desses novos estratos sociais surgem a partir da complexificação (já indicadas por Gramsci) da superestrutura (grifo nosso).

O período histórico vivido pelo marxista italiano foi intenso e provocador de grandes mudanças na configuração histórico-social do mundo. Suas formulações foram influenciadas pela condição de participante direto ou não, seja na condição de estudante, jornalista, militante de partido e/ou sindicato e preso político. Certamente, foi de grande relevância o fato de ter sido contemporâneo de acontecimentos históricos que marcaram a humanidade, como a 1ª guerra mundial, a Revolução Russa de 1917, a emergência do sindicalismo e de partidos de massa, a emergência dos regimes fascistas na Europa, a depressão econômica de 1929, a ascensão do Estados Unidos como potência hegemônica, profundas alterações no modo de produção capitalista (o americanismo e o fordismo) e outros (Semeraro, 2001).

Outro fato que muito incomodava Gramsci era que, apesar do capitalismo enfrentar crises gravíssimas, a sua derrocada em função dessas crises, como afirmavam os economicistas,

não chegava. Tal fato o levava a se debruçar sobre a seguinte questão: as crises econômicas levam necessariamente às transformações na estrutura social?

Como forma de enfrentar tal problemática, Gramsci se deu conta que:

outra questão ligada às anteriores é ver se as crises históricas fundamentais são determinadas imediatamente pelas crises econômicas. (...) Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzem eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal. De resto, todas as afirmações referentes a períodos de crises ou de prosperidade podem dar margem a juízos unilaterais (2000, p.44).

Sendo mais explícito Antonio Gramsci (2000, p. 45, grifo nosso) afirma que “... a questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial das questões das relações de força em seus vários graus” .

Para Gramsci este processo não era evolutivo e causal e sua contribuição seria identificar e entender as razões pelas quais, apesar das crises, o capitalismo se mantinha. Tais fatos levaram o marxista italiano, desde sempre, a refutar o marxista economicista que, em sua concepção, não contribuía para a luta política, tendo pouco a ver com as próprias formulações de Marx¹. Segundo Gramsci (*apud* Semeraro, 2001, p.21):

não são os fatos econômicos brutos, mas o homem, as sociedades dos homens que se aproximam entre si, se entendem, desenvolvem por meio desses contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e adaptam às suas vontades, para que estas se tornem o motor da economia, a força plasmadora da realidade objetiva.

Tendo sido “testemunha” dessas mudanças no interior da própria sociedade capitalista, Gramsci constantemente se perguntava se era possível e recomendável generalizar a experiência da forma da revolução Russa de 1917 para todos os países da Europa. Por que, malgrado as crises do capitalismo, sobretudo no fim da década de 1920, não irrompiam movimentos como os dos bolcheviques?

¹ Apesar disto, é preciso que fique claro que isto não torna Gramsci o autor das superestruturas, ou seja, aquele que não considera as intrínsecas relações entre economia e política. Tal alerta é importante para combatermos algumas leituras liberais deste autor, tentando empobrecer a riqueza de seu pensamento para luta por uma sociedade socialista. Mais tarde voltaremos a questão. Maiores informações ver Coutinho (1996).

A partir desses questionamentos, podemos começar a debater o conceito de sociedade civil. Gramsci não é o primeiro autor a apresentar o referido conceito. Antes de Hegel e Marx, já se debatia sobre a idéia de sociedade civil, mesmo que embrionariamente. Coutinho (2002) nos mostra que o mesmo termo - sociedade civil - foi usado na teoria política para designar fenômenos distintos. A grande distinção ocorre com Hegel que, embora considere a sociedade civil como espaço das relações econômicas, não a restringe a isso como o faz Marx. O filósofo austríaco considera como característica da sociedade civil a administração da Justiça, da polícia (reprimir e prevenir conflitos) e as corporações profissionais, começando a apontar novas determinações no mundo capitalista, sobretudo, por perceber que, mesmo incipientes e embrionárias, tais corporações já se apresentavam como novos interlocutores políticos. Já Marx considera a sociedade civil apenas como o mundo da produção e coloca essas organizações apontadas por Hegel na superestrutura, no mundo da política.

Embora Gramsci não tenha sido o primeiro a utilizar o termo sociedade civil, seu conceito representa um grande avanço em relação aos outros autores citados. Se em Hegel já podemos observar uma pequena aproximação do conceito em relação à temática, este ainda fica muito restrito às organizações profissionais ou corporativas. Por isso, Gramsci aponta que, “... sua concepção de associação não pode deixar de ser ainda vaga e primitiva, entre o político e o econômico, segundo a experiência histórica da época, que era muito restrita e dava um só exemplo acabado de organização, o ‘corporativo’ (política enxertada na economia)” (2000, 119).

Continuando o debate, Gramsci aponta que, mesmo Marx, não podia ter uma concepção muito avançada em relação a Hegel, já que suas experiências, a despeito de sua atuação como jornalista mais próximo das massas, não poderiam ser muito diversas das do pensador austríaco. Assim, “... o conceito de organização em Marx ainda permanece preso aos seguintes elementos: organizações profissionais, clubes jacobinos, conspirações secretas de pequenos grupos, organizações jornalísticas” (Gramsci, 2000, p. 119). Esta redução na concepção de Marx é menos fruto de sua incapacidade e mais resultado da própria realidade enfrentada pelo autor do *Capital*, já que a sociedade capitalista o mesmo viveu era deveras diferente da que Gramsci conheceu, com fenômenos e novas condições de sociabilidade².

² Segundo Coutinho (2000a, p. 5) “Marx não pôde conhecer os grandes sindicatos que agrupam milhares de pessoas, os partidos políticos trabalhadores e populares, legais e de massa, os parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de grandes tiragens, etc.”.

Contudo, apesar de uma certa aproximação com o sentido hegeliano de associação, o conceito de sociedade civil em Gramsci o transcende, ao situar as relações de hegemonia. Aliás, este alerta é feito pelo próprio autor: “É preciso distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido em que é muitas vezes usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado)...” (2000, p. 220)..

Se admitirmos que numa concepção de Estado ampliado é preciso considerar também a sociedade civil, de quais elementos concretos estamos falando? Neste caso, estamos nos referindo ao que Gramsci chamou de aparelhos privados de hegemonia (APH), ou seja, organismos que, não estando mais umbilicalmente ligadas ao Estado, atuam para a difusão de diversas concepções de mundo, contrárias ou a favor do bloco no poder. Mais claramente, concordamos com Coutinho (1996, p. 53-54) quando afirma que o conceito de sociedade civil:

Designa, mais precisamente, o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses dos diversos grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou de difusão de valores simbólicos e de ideologias; ela compreende assim o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico.

Mas por que Gramsci chamou tais organismos de APH? Qual a diferença entre a função desses para as outras instituições que, ao longo da história, também difundiram ideologias?

Primeiramente, o conceito de APH indica que a adesão de tais mecanismos a uma concepção de mundo se dá por consenso, ou seja, mesmo que haja cooptação em determinado momento, o que gera essa cooptação não é a força, mas sim uma forma de consenso. É neste campo se dá o embate por posições que visam a maior difusão de sua concepção de mundo. Por isso, Gramsci propunha para uma estratégia revolucionária conforme a complexidade atual da sociedade capitalista, a necessidade de uma reforma intelectual e moral, tarefas dos APHs da classe trabalhadora.

Quanto ao segundo ponto, se pensarmos que o sistema escolar, as igrejas e alguma forma muito embrionária de imprensa já existiam, antes mesmo do próprio capitalismo, onde estaria a novidade que justificasse tanto alarde, já que de certa forma, essas instituições já tinham função de difusão de ideologia? Ora, o grande avanço de Gramsci foi perceber que a partir da

ocidentalização da sociedade essas instituições se desvincularam do Estado restrito e passaram a fazer parte da sociedade civil, o que possibilitou inclusive vozes dissonantes em seu interior.

Se pensarmos no caso da Igreja, como nos lembrou Coutinho (2000a) isso é emblemático. Se durante muito tempo não havia separação entre Estado e a Igreja, ou seja, não havendo o Estado laico, era de supor que em todo o momento a Igreja difundisse unicamente a visão dominante. Mas com a laicização do Estado, abriu-se a possibilidade de apresentação de posições conflitantes com o bloco no poder – o que não significa que se concretizará. Assim, podemos dizer que não faz sentido numa sociedade ocidental pensarmos em aparelhos ideológicos de Estado, como pensava Althusser. Coutinho (2000a, p. 11) desconstrói, a partir do conceito gramsciano de APH e sociedade civil, o anacronismo da perspectiva althusseriana. Podemos dizer então, que:

os instrumentos ideológicos de legitimação, começando pelas Igrejas, passam a ser algo ‘privado’ em relação ao ‘público’; o Estado não pode mais impor coercitivamente uma religião; e incluindo o sistema escolar, ainda que controlado muitas vezes pelo Estado, passa a admitir cada vez uma disputa ideológica em seu interior.

Com isso, Gramsci nos provoca como que viria a ser um dos maiores avanços para a estratégia de ação política dos movimentos contestatórios ao capitalismo. Assim, a estratégia de tomada de assalto, na qual um pequeno grupo comanda a massa e derruba o bloco no poder, não pode ser generalizado para todas as formações sociais. Para ele, apenas nas sociedades ditas “orientais”, onde há uma sociedade civil ainda embrionária e pouco plural e não efetiva como interlocutor(es) político(s), podemos vislumbrar esta possibilidade. Contrariamente, nas chamadas sociedades ocidentais temos uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, os espaços de disputa de poder se complexificaram, implicando numa ampliação do conceito de Estado³. Segundo Coutinho (1996, p.58), nas sociedades ocidentais “... a luta de classes tem como terreno prévio e decisivo os aparelhos ‘privados’ de hegemonia, na medida em que essa luta visa à obtenção de direção político-ideológica e do consenso (...)”. Com isso, é importante também considerar a disputa pela hegemonia - outro importante conceito

³ Em Gramsci a distinção oriente e ocidente não obedece a critérios geográficos. Na verdade, o autor italiano tinha em mente formações sociais onde a sociedade civil ou era muito embrionária, ou dependente do Estado restrito. Nesse caso, o Estado era tudo e a sociedade civil primitiva e gelatinosa. Em contrapartida, em sociedades ocidentais, “havia entre a sociedade civil e o Estado uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (2000, p. 262).

gramsciano - que se dá, sobretudo, mas não exclusivamente, na sociedade civil. Por isso, Gramsci aponta que “... na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (neste sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção)...” (244).

Com essa ampliação do conceito de Estado, Gramsci identifica uma profunda alteração nas estratégias de ação política. Segundo ele, com a complexificação da sociedade e a ampliação do Estado, é importante superarmos as concepções explosivas de Revolução, onde a guerra de movimento, ou seja, o embate frontal, seria a principal ação das forças que querem conquistar o poder. Contrariamente Gramsci, nos alerta para a necessidade de maior ênfase na chamada guerra de posição onde a luta se daria, sobretudo, objetivando a conquista de espaço na sociedade civil, com a difusão da sua ideologia. Assim:

nas guerras entre os Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra manobrada deve ser considerada reduzida mais a funções táticas do que estratégicas, deve ser considerada na mesma posição que antes estava a guerra de assédio em relação à guerra manobrada. A mesma transposição deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras da guerra moderna (2000, pp.72-73).

De novo Coutinho (1996, p. 59) clareia o terreno, quando afirma que numa “... sociedade civil rica e pluralista (ou seja, quando é do tipo ‘ocidental’), a obtenção de uma ampla hegemonia deve proceder à tomada do poder. A classe que se propõe uma transformação revolucionária da sociedade já deve ser dirigente (ou hegemônica) antes de ser governante(...)”. Nesse ponto, Gramsci propõe um conceito de Revolução processual, que seria mais amplo que a concepção explosiva anteriormente majoritária no marxismo.

Apesar da indicação da primazia da guerra de posição em detrimento da guerra de movimento em sociedades ocidentais, é preciso ter claro que isto não exclui a presença desta em alguns momentos da luta política, ainda mais quando as classes dominantes não parecem muito dispostas a abandonarem táticas de guerra de movimento. Ou seja, perspectivar e reconhecer a primazia da guerra de posição significa reconhecer a batalha no âmbito da sociedade civil também como sendo de fundamental relevância. Entendemos que tal batalha pode vir a tornar

nossas concepções de mundo dominantes, e com isso, logramos a possibilidade de sermos dirigentes antes de governantes, condição essencial numa sociedade ocidental.

Assim, podemos apontar que, pensar a política unicamente sob a ótica da dominação estatal, sendo o Estado restrito concebido genericamente como aparelho de dominação de uma classe sobre outra, significa uma compreensão limitada. A riqueza de Gramsci é certamente ampliar as determinações do fenômeno estatal. Por isso, concebe algumas possibilidades de avanços democráticos no âmbito do capitalismo, embora estes estejam limitados em última instância pelo Estado de classe. Assim, a radicalização/universalização desses avanços, tais como o acesso aos direitos sociais e às possibilidades concretas de liberdades políticas e sociais, só serão efetivamente superados quando rompermos com a relação social fundante do capitalismo, que é a relação de exploração de classe.

Diante disso, temos que:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima de grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrio instável (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e dos grupos subordinados, equilíbrio em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (Gramsci, 2000, p.41-42).

Em outra passagem, Gramsci torna essa questão ainda mais clara.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é evidente que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (2000, p. 48).

Considerando que Marx e Engels, de certa forma seguidos depois por Lênin e Trotski, consideravam o Estado restrito unicamente como o aparelho de dominação da burguesia,

que se valia da coerção, da força para lograr seus objetivos, podemos dizer que as formulações de Gramsci significam um avanço significativo para o marxismo (Coutinho, 1996)⁴.

Diante dos pontos até aqui debatidos, concordamos com Coutinho (1996, p. 15-16) que, considerar unicamente o modo de produção e daí propor a teoria de Estado (“em geral definido abstratamente como aparelho de dominação da classe economicamente dominante”) e também a própria estrutura de classes fundamentais (“indicada como uma contraposição bipolar abstrata entre duas classes do modo produção em pauta”) é importante, mas não suficiente. Ainda com este autor, ao ampliarmos as determinações para além da esfera econômica (modo de produção) e social (complexificação da estrutura e dos conflitos de classe), considerando a dimensão política, e ainda considerando “... novas características do fenômeno estatal e maior especificação do seu papel na reprodução global das relações de produção” poderemos assim sair da abstração para a concretude da análise.

Tendo claro a especificidade conceitual que representa a sociedade civil, podemos debater sua importância na formulação, definição e implementação de políticas públicas no Brasil, sem perder a imprescindível mediação com a sociedade política. Tal debate precisa se dar com a clareza de sua relação com a conjuntura histórica de nosso país.

2.2 SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL PÓS 1970: o campo das ONGs

A trajetória da sociedade civil brasileira, sobretudo a partir dos anos 1970, nos fornece importantes elementos para a compreensão de sua especificidade atual. Podemos dizer que o Brasil emerge do golpe com uma sociedade de tipo ocidental, a despeito de alguns traços de orientalidade. Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), clubes de mães, novos partidos políticos, sindicatos, diversos movimentos sociais, associações de bairros, pastorais da Igreja Católica, todos na luta pela afirmação de suas reivindicações e pela luta democrática a partir de matrizes diversas. A partir daí a categoria sociedade civil começa a fazer parte do cotidiano da sociedade brasileira (Coutinho, 2000a; Durighetto, 2003, Doimo, 1995).

⁴ É importante frisarmos que provavelmente Marx, Engels, Lênin e Trotski não estivessem de todo errados já que o Estado que tiveram contato em geral tinha essa característica. Se pensarmos na Rússia pré-1917 estaremos falando de um Estado czarista, ou seja, com as características apontadas por Gramsci para as sociedades orientais. No entanto, é importante considerarmos que Engels, ainda que de forma embrionária, realizaria a crítica as suas posições em um texto publicado em 1895, pouco antes de sua morte. Maiores informações ver Coutinho (1996), cap. 1.

Segundo Doimo (1995), a apropriação do conceito de sociedade civil em Gramsci foi importante para a emergência das concepções de participação popular, de desenvolvimento local, de descentralização e de participação, configurando uma nova forma de fazer política. Contudo, a autora não aponta que esta leitura gramsciana de sociedade civil se deu mais por uma tendência dicotômico/maniqueísta, baseada na idéia de antagonismo com o Estado e não como pólo dialético. Nesse contexto, a sociedade civil era considerada o espaço das lutas democráticas, ao passo que o Estado era o elemento repressor.

Tais leituras geraram um certo voluntarismo - não compartilhado pela autora- que levava setores da esquerda a apontar os movimentos na sociedade civil como baluartes da inovação e da luta democrática para transformar a sociedade. Como aponta Durighetto (2003), foi corrente nos anos 1980 uma visão de que os movimentos sociais eram os únicos espaços/atores capazes de lutar pela cidadania e pela transformação social, apostando na autonomização da sociedade civil e na desqualificação do Estado; uma cidadania exclusiva no/do espaço da sociedade civil, desvinculada ao papel do Estado.

A luta democrática consistiria na abertura de canais institucionais públicos de discussão, participação e de sua ocupação por organismos na sociedade civil que representassem a pluralidade de interesses da classe trabalhadora na luta contra as várias formas de opressão. Parte significativa dos atores da esquerda passa a defender a criação/ocupação de novos espaços públicos de debate, negociações e deliberações. Nesses espaços não monopolizados e/ou controlados pelo “Estado” buscar-se-ia reformular a noção de interesse público. A sociedade civil, nessa concepção, tornar-se-ia um bloco, portador de um único interesse (Durighetto, 2003).

A presença de algumas organizações como dinamizadoras dos movimentos não pode ser ignorada, tais como: setores da Igreja Católica e as diversas organizações não governamentais (ONGs), muitas financiadas por organismos internacionais

Nesse contexto, ganha destaque um tipo específico de organismo na sociedade civil, as ONGs. Na realidade, são associações civis privadas sem fins lucrativas, atuando como entidade filantrópica, de assistência social, de dinamização de movimentos sociais ou na área de Educação popular. Juridicamente, o termo ONG não se aplica e sim o de “organização sem fim lucrativo”, que pode ser uma associação civil ou uma fundação.

Conhecidas pela ambígua negação de “não governamental”- nome proposto pela ONU nos anos 1940 para indicar os órgãos que não estavam ligados diretamente aos Estados-,

grande parte das ONGs emerge atuando na assistência técnica, jurídica e também política à muitos movimentos sociais que eclodiram no país naquele contexto. Também apresentam/representam temáticas com pouca visibilidade na agenda política como direitos de grupos étnicos, mulheres, crianças e adolescentes, direitos humanos, de liberdade de orientação sexual, ecologia, entre outros.

Segundo Francisco de Oliveira (2002), as ONGs não surgem para substituir os partidos políticos, mas para atuar com pautas políticas com quais os partidos, naquele momento histórico, não podiam dar conta, pela necessidade de fazer clivagens. Naquele momento, a aparente fragmentação de sua atuação indicava que o processo de democratização era mais amplo que o sufrágio, e que existiam outras questões que precisavam ser enfrentadas junto à conquista pelo voto direto.

Eram quase que exclusivamente financiadas nos anos 1970 e 1980 por ONGs estrangeiras, por redes de financiamento dos Governos dos países centrais, por organizações da Igreja Católica Internacional e organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial. Pode parecer uma contradição ocorrer o financiamento a organismos que atuavam no enfrentamento às ditaduras militares, por parte de países, organismos financeiros internacionais, bem como setores da Igreja Católica, que a despeito da grande resistência de segmentos médios e inferiores, na cúpula não se indispunham com o regime militar. Isso pode indicar uma certa autonomia dos órgãos, mas também uma nova forma de atuação no sentido de diminuir a influência de grupos mais radicais no combate a ditadura, como os partidos de esquerda e alguns sindicatos. Isso é bem explicitado por Herbert de Souza (1991, p. 5), o Betinho, quando afirma que:

o Banco Mundial, entre tantas outras instituições internacionais, começou a se dar conta que seus dólares não chegavam aos destinatários e que seus programas se constituíam em rotundos fracassos. (...) Foi nesse momento, curiosamente quando as ditaduras entravam em crise e perdiam terreno para os movimentos de democratização, que o Banco Mundial descobre as ONGs. (...) O Banco Mundial passou não somente a buscar uma nova aliança com as ONGs, como também a apresentá-las de alguma forma como substitutas da ação governamental do desenvolvimento social.

Souza (1991) aponta que essa nova tendência de ação dos organismos internacionais ganha força a partir do período da transição democrática. Isso contribuiu para que as ONGs obtivessem maior visibilidade na sociedade. Segundo o autor/ator (1991, p.6), os organismos

internacionais buscavam “parceiros” com uma clara marca antiestatal, para promover o “...o desenvolvimento social em harmonia com o mercado. Ao invés do Welfare state poderíamos entrar na área do ONGs Welfare. É claro que não caberia às ONGs o papel de dirigentes do desenvolvimento, esse papel é do mercado (leia-se grande capital)”.

Pela importância da figura de Souza⁵, podemos dizer que suas palavras são emblemáticas de uma tendência que ganhou força nos anos 1990. Afirmava que as ONGs são contra o Estado e o mercado, já que nasceram contra aquele e de costas para este. Segundo o autor, as ONG são contra o Estado por razões diversas dos neoliberais, não pretendendo sua substituição- “pelos menos por agora”. Assim, aponta que:

as ONGs sabem que nem o Estado nem o mercado são capazes de produzir o máximo de bem estar para todos na medida em que se organizam e atuam na lógica da excludência e da perpetuação das desigualdades. As ONGs querem democratizar o mercado (...) e o Estado. (...) Elas não têm vocação do Estado, não compartilham a obsessão por lucros do mercado, não substituem os atores sociais do mundo presente (Souza, 1991, p. 8).

Apresenta-se como uma terceira opção; nem o mercado, nem o Estado. Por isso, Souza (p. 6) afirma que o “campo das ONGs é o do Welfare, é a dimensão social do desenvolvimento- preencher as lacunas sociais do desenvolvimento do capital”. Assim, podemos dizer então que caberiam as ONGs a tarefa de humanizar o capitalismo, “... de se confrontar com as conseqüências da ação ou omissão do grande capital”.

Propondo Souza (p. 9) “... acabar com o estatal e restabelecer o público”, encontra-se aí um embrião do chamado “terceiro setor” e da idéia das chamadas organizações públicas não estatais, presentes no processo de Reforma do Estado. Sendo esse texto de 1991, ou seja, ainda Governo Collor, com a tentativa de entrada do Brasil no ajuste, depois de uma década de experiência na Europa, podemos dizer que Betinho antecipa a tendência da crítica burguesa ao neoliberalismo. Esse modelo - nem Estado, nem mercado, e sim público não estatal - foi à base do projeto da 3ª via e da redefinição da posição dos organismos internacionais.

Temos assim, significativas pistas da direção que o campo das ONGs assumiria a partir dos anos 1990. Se de certa forma ocorria uma disputa interna acerca do papel político

⁵ Apenas para lembrar, Betinho foi um importante personagem da sociedade civil brasileira durante os anos 1980 e 1990. Foi diretor da ONG Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), além de dirigir no ano de 1993 a chamada campanha de combate à Fome ou Ação pela Cidadania Contra a Miséria pela Vida, também conhecida como Campanha do Betinho.

desses organismos, começam a se tornar majoritárias concepções pouco combativas, voltadas mais para a atuação em colaboração com Estados e empresas, diluindo o caráter de antagonismo entre projetos de sociedade⁶.

Essa mudança na natureza da atuação foi defendida pelo Banco Mundial, como podemos ver no documento elaborado por Garrison (2000, p.45). Segundo o autor, se nos anos 1970 insistiam em serem não governamentais, nos anos 1980, e principalmente nos 1990, as “... principais ONGs começaram a perceber que constituíam um setor à parte, com posições e interesses próprios, ao invés de se verem apenas como ‘voz dos que não têm vez’”, ou seja, porta vozes das populações marginalizadas”.

Com isso, a aproximação ideológica com uma concepção não mais contestatória, e sim de colaboração, se fez valer também neste campo, juntamente ao conhecido descrédito e desqualificação dos que se posicionam de formas não subservientes, como podemos perceber nas palavras Herbert de Souza, o Betinho: “... as velhas barreiras ideológicas, resquícios da guerra fria, precisam ser substituídas por uma busca mais pragmática de soluções efetivas para os problemas humanos urgentes” (*apud* Garrison, 2000, p. 28).

Embora em 1991 tenha sido criada a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), considera-se o evento das Nações Unidas sobre meio ambiente no Rio de Janeiro em 1992 (ECO 92) como um marco para a conquista e visibilidade desses organismos no Brasil. Essa entidade representa as ONGs associadas frente aos outros organismos na/da sociedade civil e junto ao Estado. As entidades que fundam a ABONG⁷ fazem parte em geral do conjunto do que se chamou ONGs pioneiras, que já atuavam desde os anos 1980, sendo essa identidade muito importante como tentativa de diferenciação em relação às que surgem nos anos 1990. Essa diferenciação é fundamental para esses organismos, que gozam de alguma legitimidade com setores da esquerda, devido um passado de enfrentamento à ditadura. Não por acaso, defendem que as associadas da ABONG teriam como objetivo principal o “fortalecimento da cidadania na conquista e expansão dos direitos sociais e democracia” (Abong, 2004, p.1).

⁶ Os organismos Internacionais também seguem essa trilha. Segundo John Garrison, em texto publicado pelo Banco Mundial, “durante a última década, as ONGs vêm vivenciando transformações profundas em seus paradigmas conceituais e estruturas organizacionais, transformando-se em entidades mais propositivas, especializadas e voltadas para a obtenção de resultados” (2000, p. 13).

⁷ Atualmente a ABONG conta com 270 Associadas, sendo 262 ONGs e 08 Fundações Empresariais, divididas em oito (8) fóruns regionais de forma abarcar todo o território nacional.

Com a eleição de FHC em 1994, as relações ONGs e Estado começam a se intensificar. O Programa Comunidade Solidária teve um papel fundamental no processo. Foi vinculado à Presidência da República e coordenado pela 1ª Dama, Profª. Ruth Cardoso, e contou com a presença de ministros de Estado, além de representantes de ONGs, igrejas, universidade e empresas em seu Conselho de Coordenação.

O referido programa foi criado logo assim que FHC assumiu em 1995, objetivando sistematizar essas novas relações entre o Governo FHC e os organismos na sociedade civil. Segundo Ruth Cardoso (2000, p. 09), a função que o Programa Comunidade Solidária desempenha foi mais “facilitar, mobilizar, catalisar energias e recursos do que executar diretamente programas e projetos. Só estamos trabalhando com parceiros, quer elas envolvam governo e sociedade, quer se dêem entre grupos da própria sociedade”.

Tal órgão atuou divulgando e promovendo a idéia do chamado “terceiro setor”, atuando também na participação de organismos na sociedade civil na implementação de políticas públicas e também na revisão do que chamou de marco legal, quando atuou diretamente na elaboração e proposição de alterações na legislação. Através dessas atuações, foi possível a potencialização de contratos, parcerias e convênios entre organismos na sociedade civil e o governo na implementação de ações. Tanto com a chamada Lei das Organizações Sociais (OS) de 1997, quanto com a Lei 9790/99 que cria a figura jurídica de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), foram sistematizados mecanismos legais para o estabelecimento, sejam de “contratos de gestão” ou “parcerias”.

É nesse contexto que começam a surgir os clamores e as vozes pela participação do chamado terceiro setor. Este é apresentado como uma outra esfera da vida em sociedade, diferente do Estado e do mercado, sendo o primeiro o “local” da política, e o segundo da economia e a sociedade civil ou “terceiro setor” seria o espaço do social, das relações sociais baseadas na solidariedade e no altruísmo, que promoveria a participação da “comunidade”. Estão incluídas no chamado terceiro setor as ONGs, instituições filantrópicas, fundações empresariais e associações comunitárias. O que têm em comum é o fato de serem não lucrativas e estarem na sociedade civil (Brasil, 1999 e 1995, Bresser Pereira, 1998; Cardoso, 2000).

Ao chamado “terceiro setor” caberia a implementação de políticas públicas, já que tanto o Estado, na fase keynesiana, quanto o mercado, no neoliberalismo mais radical, fracassaram, ao passo que a “sociedade civil” poderia ser mais eficaz que estes dois outros

setores, por não estar presa ao autoritarismo, como o Estado, e não buscar o lucro, como o mercado (Brasil, 1999 e 1995, Bresser Pereira, 1998, Cardoso, 2000)

Segundo Carlos Montañó (2002), além da pobreza conceitual do termo “terceiro setor”, também fica clara sua vinculação direta com o projeto de sociedade neoliberal, seja pela defesa por parte dos organismos financeiros internacionais, seja pela articulação com a implementação das políticas públicas sociais focalizadas e precarizadas. O enfrentamento a essa concepção não é apenas uma questão epistemológica. Não se trata somente de apontar a referida fragilidade conceitual. Trata-se sim de compreender como esse aparente pouco rigor é secundário, já que seus defensores valem-se de um forte aparato comunicacional para difundir suas ações. Com isso, se apresentam na sociedade como novos mecenas do social, ou então, a nova forma de enfrentamento da pobreza e desigualdade social.

Isso fica explicitado na tentativa de responsabilizar a sociedade “... na satisfação das necessidades coletivas, mostrando que também nesse campo o Estado e o mercado não são as únicas opções válidas” (Bresser Pereira & Grau, 1999, p. 30). Tal questão implicaria em transformar a solidariedade em política pública, já que estamos falando em obrigação da sociedade em responder a tais necessidades, o que se daria mediante atividades de cunho pessoal. Seria um processo de filantropização das políticas públicas e não mais direitos sociais, direito dos cidadãos, mas obrigações de cunho privado. Assim, os cidadãos, a partir de iniciativas individuais, deveriam se unir para enfrentar seus problemas, num processo de despolitização e repolitização pelo não conflito⁸.

Noutro ponto articulado ao debate do “terceiro setor” encontra-se o clamor pelo trabalho voluntário como mecanismo de enfrentar as questões sociais, trazendo o debate para um plano de individualização “despolitizada”.

Outra “novidade” ganha destaque: empresas socialmente responsáveis, que não estariam interessadas somente em locupletar-se, mas sim que teriam uma “preocupação social”. Não por acaso, começa também o clamor por incentivos fiscais para que assim possam cumprir devidamente essa “vocação social”. Notamos isso nas palavras de Milu Vilela, visando promover uma maior participação do capital em “projetos sociais”. Segundo ela “... deveríamos ter no

⁸ Neste caso, é emblemática a edição especial da Revista Veja (2001) com o sugestivo título: **Guia para fazer o bem**. Em dado momento, em uma reportagem não assinada, temos que: “...Diferentes da maioria das pessoas, aquelas que arregaçam as mangas se envolvem em trabalho assistencial na exata medida em que vão percebendo quanto o drama social do país é maior que a capacidade governamental de dar respostas. A melhor maneira de enfrentar esses problemas parece ser ir a luta em vez de procurar os culpados” (sic) (p.14).

Brasil algo similar à Lei Rouanet, só que dirigida ao social (sic). Se as empresas podem investir em cultura, usando benefícios fiscais, por que não fazer mesmo para incentivar a aplicação de recursos em projetos sociais?” (Jornal do Brasil, 2002, p. 5).

Surgem organismos específicos para dinamizar e representar politicamente as empresas e incentivar os programas de responsabilidade social, como Instituto ETHOS e o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) entre outros. Surgem os chamados balanços sociais das empresas, propostos por ONGs e organismos internacionais. Isso ganha tamanha dimensão que, até a concessão do título de ISO 9000 é condicionada a existência de programas de responsabilidade social nas empresas.

A proposta “pedagógica” presente nesse movimento não pode ser minimizada. Disseminando a noção de “empresa social”, “responsabilidade social das empresas”, “empresa cidadã”, temos uma proposta de educação política que apresenta o grande capital financeiro e industrial, como os novos mecenas do “social”, em detrimento de um Estado que não cumpre nem suas obrigações. Como estratégia de obtenção de consenso, nada mais apropriado à intensa divulgação midiática das ações sociais empresarias, como a criação de diversos institutos de grandes empresas, responsáveis por profissionalizar a velha filantropia empresarial que alguns empresários já realizavam perto de suas empresas, com uma preocupação política mais localizada, e não institucional. Por isso, há um intenso processo de divulgação dessas ações, muitas vezes dando visibilidade muito maior que seu verdadeiro alcance, em termos de atendimento⁹.

O importante princípio da participação, tão caro aos movimentos sociais e aos partidos políticos de esquerda, ganha novos contornos nesse contexto, apresentando um caráter “asséptico”, sem conflitos e/ou interesses de classes. Se durante muito tempo lutou-se contra uma suposta apatia da sociedade brasileira e sua pouca tradição participativa, hoje vivemos o tempo da “participação social”, do voluntariado, da solidariedade, das empresas socialmente responsáveis, da sociedade extremamente mobilizada e do capital social.

⁹ Milú Villela, principal acionista do segundo maior banco privado do Brasil, coordenadora da ONG FAÇA PARTE, que divulga e incentiva o trabalho voluntário no Brasil, e importante representante deste movimento no país afirma que: “Muitas empresas já descobriram que não podemos mais contar exclusivamente com o Estado para resolver as demandas coletivas que aí estão”, e que por isso, as mesmas estariam “... em última análise atuando para transformar nossa realidade (sic), contribuindo para o resgate de parte dos 50 milhões de brasileiros que vivem o drama da exclusão social” (Jornal do Brasil 2002).

Apropriando-se do termo sociedade civil, busca-se transmitir a noção de um espaço sem antagonismos, “despolitizado” e livre dos “vícios” que teriam o Estado restrito e o mercado, abstraído das lutas entre projetos de sociedade distintos. Por isso, Ruth Cardoso (2000, p.10) defende ser preciso superar as resistências e os preconceitos, deixando de ver a sociedade civil como em tempos de ditadura militar, ou seja, denunciadora. Segundo Cardoso, a atuação do chamado terceiro setor implicaria num fortalecimento da sociedade civil, com sua atuação no que chama de desenvolvimento social, sendo este “... o caminho correto para que possamos superar essa herança pesada de injustiça e exclusão”.

Essa homogeneização dos organismos na sociedade civil, fetichizado nesse termo “terceiro setor”, é acompanhado da divulgação intensa da participação desses organismos na implementação das políticas públicas. Como já apontamos, os organismos internacionais também “entram” nesse jogo, produzindo textos, elaborando relatórios e exigindo como cláusulas de seus contratos essa atuação. Sob a bandeira da necessidade da “descentralização” da gestão, começa-se essa relação orgânica com os organismos na sociedade civil.

Fica claro o caráter conformador de novas relações entre Estado e sociedade civil. Tais relações “educam” no sentido de promover a noção de responsabilidade social individual, de substituição da concepção de direitos sociais pela de serviço social, que além de não ser implementado pelo Estado se configura não como conquista, mas como concessão, ou ainda então, como mercadoria a ser consumida.

Por isso, afirma André Martins (2004, p33) que, essa aproximação também implicou na criação de uma ampliada:

rede sustentação político-social para conformar a sociedade civil brasileira, nos limites estreitos da política, de tal modo que as tensões, conflitos e antagonismos fossem substituídos por novas referências- harmonia, colaboração e convergência de posições para edificação de um novo projeto voltado “ao bem comum”.

Com a significativa profusão de organismos na sociedade civil sem fins lucrativos, nos anos 1990, dentre os quais temos as ONGs, o perfil de muitos organismos tradicionais se alterou. Mesmo aqueles que outrora apresentavam inegáveis vínculos com movimentos sociais e organizações populares, acabam se conformando dentro do atual paradigma. Assim, a ênfase no acesso aos fundos públicos passa a ser também uma das bandeiras desses organismos. Não por

acaso, como relatam Silvio Caccia Bava e Lúcia Pontes (1996), a ABONG encaminha à Presidência da República em março de 1995, uma proposta de nova legislação:

para regulamentar o campo das entidades sem fins lucrativos, com o propósito de tornar mais efetivo seu controle social e mais transparente suas atividades. Outro objetivo dessa proposta é garantir o acesso a fundos públicos para entidades que efetivamente estejam comprometidas com a defesa da qualidade de vida da população e com a construção da cidadania.

Os autores também eram e são atores, ou seja, membros da diretoria da ABONG, sendo Caccia Bava, o diretor geral dessa entidade por dois mandatos. A tendência de participação de ONGs na implementação de políticas sociais é parte do projeto desses organismos; “trata-se de uma iniciativa inovadora que demonstra, pelos que a defendem, uma vontade política de reforma do Estado e de democratização do espaço público” (1996, p. 130). Remetemos essa ênfase à descentralização/desconcentração nos marcos anteriormente apontados e a delegação da execução das políticas a organismos na/da sociedade civil.

Essa confluência de interesses, projetos políticos e visões de mundo aproximou grande parte desses organismos, a despeito das exceções e sem discutir a natureza das práticas estabelecidas nos diversos programas implementados, primeiro para dentro do projeto neoliberal do governo FHC, e agora no Governo Lula.

Isso não ficou restrito ao período abordado no texto de Caccia Bava e Pontes (1996), pois, posteriormente, a ABONG avança nesse posicionamento, como podemos ver no texto de Jorge Durão de 2001, então membro da diretoria e hoje Diretor Geral, assim como no texto de Sérgio Haddad¹⁰, também de 2001, então Presidente da ABONG.

Durão (2001, p. 4), ao propor debater o marco legal do chamado terceiro setor e o papel das ONGs, considera essas últimas entre o neoliberalismo e as tendências de estatismo, que reduziria o público ao estatal. Para este autor/ator, a última concepção não incorpora a noção de “uma esfera pública ampliada, e por isso não é capaz de compreender a natureza complexa da discussão sobre os fundos públicos, e a legitimidade e necessidade de acesso de organizações da sociedade civil a esses fundos...”.

Seguindo a trilha deixada por Bresser Pereira e trabalhando explicitamente com o termo público não estatal, Durão (p. 07), para justificar a necessidade das ONGs terem acesso aos

¹⁰ Este texto de Haddad, então Presidente da Abong, é escrito em parceria com Anna Cynthia Oliveira, que se apresenta como “...Consultora independente para temas de governança e gestão de organizações da sociedade civil, parcerias e responsabilidade social de empresas” no referido texto.

fundos públicos, vale-se de um argumento que muitas vezes faz sucesso no Brasil. Referimo-nos à chamada “Síndrome de Deu no New York Times”, ou seja, a tendência de louvar uma prática apenas porque ocorre nos países centrais, e que assim, para chegarmos a ser como os países centrais deveríamos copiá-los. Não que o autor tenha se valido dessas palavras jocosas, mas podemos tirar essas conclusões quando o mesmo afirma que tal processo “... ocorre em todos os países em que o capitalismo se tornou mais civilizado (sic) através dos controles impostos ao mercado e do Estado de Bem estar social”. Não obstante, essa atuação dos organismos na sociedade civil, como o intuito de humanizar ou civilizar o capitalismo, se insere no bojo das propostas neoliberais da 3ª via, além de eternizar o capitalismo como única forma de viver em sociedade.

Notamos essa mesma posição nas palavras de Sérgio Haddad, quando afirma que os termos sociedade civil organizada (sic) e Organizações da sociedade civil indicam um grande universo de organizações que constituídas “... livremente por cidadãos que atuam diante da carência de produtos e serviços que o Estado não atende de modo satisfatório e o mercado não tem interesse em atender” (Haddad & Oliveira, 2001, p.62). O referido autor nos oferece, em diversos momentos, um relato que o aproxima fortemente das teses da 3ª via.¹¹

A relação entre as ONGs do campo da ABONG e o chamado terceiro setor é reveladora das concepções e práticas. Enquanto um significativo número assume o termo “terceiro setor” como forma de garantir uma identidade consoante com o termo que está em voga no momento, outras, sobretudo as mais antigas, têm uma certa resistência ao se assumirem como tal¹². Essa dificuldade advém do reconhecimento de que o termo “terceiro setor” está imbuído de toda a matriz neoliberal, sendo um importante espaço de luta simbólica quanto ao papel dos organismos na sociedade civil.

Contudo, isso não implica numa ruptura, já que embora Durão (p.8) afirme que grande parte das ONGs da ABONG rejeitem esse termo, não deixa de defender que “... a construção no imaginário social da noção de terceiro setor parece ter representado já uma abertura de novos espaços mais plurais para a intervenção das ONGs, um campo para novas alianças, espaços de intervenção e instrumentos de trabalho”. Podemos dizer, então, que para

¹¹ Não por acaso, temos que a atuação dos organismos, “... complementando a ação do Estado na esfera pública, (...) mereceria incentivos fiscais especiais e recursos públicos que financiassem seus programas de cooperação com o governo” (Haddad & Oliveira, 2001, p. 66).

¹² Segundo Durão (p.9): “A ABONG e suas associadas não se identificam nem teórica nem politicamente com a categoria de terceiro setor, construção ideológica de matriz neoliberal” .

estas, a afirmação do chamado terceiro setor representaria novas possibilidades de financiamento para suas ações. Parece que o fato de estar vinculado à implementação do projeto de sociedade neoliberal, algo que a princípio a ABONG combateria, devido aos seus compromissos com a “democracia” e a “cidadania”, pode então ser perdoado¹³.

Esse fenômeno não ficou restrito ao Brasil. James Petras (1999, p. 88), estudando o papel das ONGs no contexto do ajuste neoliberal na Bolívia, observou diversos fenômenos parecidos com nossa realidade: o aumento significativo do número de organizações, as mudanças no paradigma de financiamento, a origem dessas organizações, bem como sua atuação como executores das políticas governamentais. Petras também aponta a transfiguração institucional e política nas ONGs bolivianas mais antigas. Qualquer semelhança não é mera coincidência. Para o autor, essas organizações:

viram-se forçadas a entrar na disputa por fundos e a apresentar-se como agências de desenvolvimento, quando perceberam o risco de se afogar em um mar de siglas. Grande parte da diversidade dos pontos de vista representada por essas instituições perdeu-se nessa múltipla concorrência entre as ONGs, que se converteram em clientes especiais dos doadores internacionais.

Outro fenômeno que tem chamado a atenção seria a crescente profissionalização de muitas organizações. Assim, a perspectiva de militância e atuação junto a movimentos sociais é totalmente abandonada, para que elas se tornem “empresas do social ou empreendedores sociais” ou ainda, organismos do chamado “terceiro setor”. Não por acaso, numa edição especial inteira da Revista Veja (2001), destinada a debater as ações do chamado “terceiro setor”, foi apontada a existência de um novo “mercado social”, ou ainda, um novo campo de negócios e geração de empregos, em que é possível “fazer o bem” e ainda ter lucro com isso¹⁴.

Nessa linha, torna-se, novamente, sinal dos tempos os desafios expressos para as ONGs no documento do Banco Mundial. Assim, Garrison afirma que:

O próximo passo é aprimorar o gerenciamento organizacional e as qualificações técnicas para que possam ampliar o alcance e o impacto de seus esforços. A postura mais informal e pouco

¹³ “... não entendemos que a disputa no terreno conceitual ou a recusa intransigente a atuarmos no terreno demarcado pela ideologia dominante como o do terceiro setor constitua estratégia mais adequada aos nossos interesses” (Durão, p. 9).

¹⁴ Isso também pode ser notado na reportagem “Ongueiros sim, mas profissionais”, publicado no Caderno Especial “**Responsabilidade Social**” do Jornal do Brasil (2002), onde apontam que alguns executivos estariam trocando seus cargos em grandes empresas por atuação em ONGs. Segundo a reportagem, “o mercado de ongueiros profissionais tende a crescer”.

empresarial precisa ser superada por um estilo de gerenciamento mais profissional e uma maior especialização técnica (...) Isso exigirá mais investimento em treinamento de pessoal e iniciativas de capacitação técnica (2000, p. 40).

Com Petras (1999), notamos que a atuação das ONGs se torna um importante mecanismo de consenso e adesão pela “classe média”. Este autor afirma que na Bolívia, as ONGs acabam sendo os grandes empregadores desses setores, já que a oferta de emprego em empresas privadas e na burocracia estatal foi diminuída drasticamente. Assim, cria-se um grande mecanismo conformador de formadores da opinião pública, sejam professores, jornalistas, advogados, entre outros. Por isso, tiveram o “papel” de empregar setores consideráveis das classes médias urbanas.

Por conta dessas transfigurações no papel político que as ONGs têm desempenhado na sociedade, Francisco de Oliveira (2002) alerta que a capacidade de inovação política demonstrada nos 1980 - ação visando trazer para agenda pública, temas com pouca visibilidade, articulando redes de movimentos sociais na luta por direitos, fiscalizando/denunciando a ação do bloco no poder - foi absorvida de maneira tão intensa a ponto de, em nome desta capacidade inovadora, se desqualificar as ações radicais, de críticas e de denúncia. Ainda com este autor, temos que a referida metamorfose implicou que mesmo as antigas ONGs passaram a aceitar:

o papel de administrar o possível, para minorar a pobreza, pressionados por todos os lados, desde a vitória semântica da direita até as promessas do Banco Mundial e os fundos internacionais (...) e inúmeras outras instituições que ajudaram no passado e hoje cobram realismo e visibilidade (...) As ONGs da democratização foram engolfadas pela onda reducionista, mas sofrem de uma incômoda consciência de capitulação. Por trás do ‘realismo’ insinua-se um movimento intenso de privatização da vida, das instituições e das políticas (...) O Estado não precisa ser desmontado institucionalmente, mas sim politicamente (2002, p. 57).

Oliveira (2002, p.61) também nos fornece pistas para pensarmos como essas ONGs têm atuado no sentido de construção de consensos. Com isso, a mudança pragmática da política para calculabilidade da viabilidade objetiva transformar essas organizações em:

ventríloquos da escassez, que se imporá necessariamente numa economia capitalista (...) O minimalismo da viabilidade pode estar-se transformando numa perigosa administração da pobreza (...). Será trágico e não apenas irônico que a administração da pobreza transforme as ONGs da democratização em ersatz de empresa não lucrativas que administram recursos para a reprodução de sua lógica, cuja lógica é do lucro.

Como lembra Paulo Arantes (2000, p. 03), tudo vira luta por cidadania, incorporação de direitos, fortalecimento da sociedade civil, espaços de interação, compromisso e participação cidadã. Pautados em termos que remetem a sentidos vagos e imprecisos que podem servir aos mais diversos projetos de sociedade, temos que:

É um tal de abrir e construir ‘espaços’, nos quais ‘interagem’ ‘atores’ que trocam juras de ‘compromisso’ e ‘envolvimento’ mútuos, tudo num registro altamente ‘pró-ativo. Em contrapartida, será taxada de ‘reativa’ qualquer iniciativa que cheira a ressentimento de perdedor. Espaços obviamente de ‘participação’ (...) irrigados por ‘canais de interlocução’, através dos quais governo e sociedade civil ‘aprendem a pensar e agir juntos’, constroem plataformas para futuras ‘parcerias’ e novas ‘interações’, conferem ‘visibilidade’ a iniciativas ‘emergentes’ e promovem a cidadania ativa.

Ainda com este autor, é preciso atentar para um “mimetismo terminológico” que confunde e educa para um perigoso consenso incapaz de compreender os diferentes projetos de sociedade, expressos sob uma aparente homogeneidade terminológica. Nessa linha, este autor nos mostra como este mimetismo tem sido essencial para a afirmação do projeto de sociedade neoliberal. Com isso:

vive-se o grande desconcerto de verificar, a cada rodada, que tamanha demolição é conduzida nos termos mesmos em que a fórmula de resistência dos perdedores (...). Portanto ‘sociedade civil’ desmantelada em seu próprio nome, destituição de direitos em nome de direitos de última geração (...). Não é para menos: de uma hora para outra ‘direito’ tornou-se privilégio, além dos mais em detrimento dos ‘excluídos’; sujeitos de direitos, usuário de serviços; ‘cidadania’ mera participação numa comunidade qualquer (...) (2000, p. 16).

Apontar o caráter fragmentário das ações propostas pelas ONGs, que atuam focando uma questão ou público alvo em geral, é cair no lugar comum. Atuando com jovens, crianças, educação infantil, pessoas com necessidades especiais, defesas de minorias étnicas, pela liberdade de orientação sexual e contra o preconceito, na luta pelo acesso a justiça, enfim por diversas lutas na sociedade que podem, de certa forma, deixar claro o caráter desigual do mundo capitalista. Em si, essa fragmentação não é problemática, desde que haja um elemento de síntese com o qual essas lutas se encontrem numa busca por promover um outro projeto de sociedade, em que tais questões sejam consideradas tão importantes quanto as mais tradicionais no campo da esquerda.

Contudo, o que temos é uma atuação de grande parte desses organismos no campo do que Gramsci (2000) chama de interesse econômico-corporativo ou egoístico passional. Com isso,

a dimensão universal da luta das ONGs é perdida em nome do “foco único” na bandeira apresentada. Mesmo a efetivação/ conquista da reivindicação concorre com outros postulantes de bandeiras tão legítimas quanto. Uma espécie de competição dos necessitados, em que ninguém quer segurar a “lanterna dos afogados”. Assim, se perde de vista o elemento que une tais bandeiras, que é a organização excludente da sociedade. Não acontece o que Gramsci chama de catarse, ou seja, a passagem do nível econômico corporativo para ético político na luta¹⁵. De modo algum se propõe a desconsideração das dimensões particulares das lutas representadas nas bandeiras das ONGs, movimentos sociais e de sindicatos, mas se vislumbra o momento quando tais dimensões se tocam.

Nesse sentido, é significativo que a situação da atuação das ONGs não se altere no Governo Lula. Seja com o avanço no número de OSCIPs qualificadas no ano de 2003, representando 40% do total desta aprovação da lei desde 1999, seja com a continuidade de tal mecanismo nos programas de Alfabetização do Ministério da Educação, e ainda na “menina dos olhos” do governo o FOME ZERO (Martins, 2004). Tanto é que os repasses do governo para as ONGs, no ano 2003, foram da ordem de 1,4 bilhão de reais, e se prevê que cheguem a 2 bilhões no ano de 2004 (Mendes, 2004, p. a4).

Na busca de precisar o número de ONGs no Brasil, encontramos diversas pistas que nos levam a vários caminhos. A já comentada multiplicidade de características de organizações na sociedade civil que são apontadas como ONGs, dificultam esse exercício. Se formos considerar os números oficiais podemos incorrer em erros já que as organizações podem dispor de vários títulos ao mesmo tempo, podendo ser entidades de Utilidade pública Federal, Estadual e Municipal; podendo ter registro no Conselho Nacional de Assistência Social; podendo ser qualificadas ou como Organizações Sociais (OS) ou ainda como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Seria preciso uma consulta e uma análise combinadas aos vários bancos de cadastros oficiais para precisar a real quantidade.

¹⁵ Para Gramsci, o momento ético-político “... é aquele em se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos, uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’” (p. 41).

Contudo, segundo Mendes (2004) haveria 29000 organizações cadastradas junto ao Governo Federal, das quais 22000 seriam cadastradas como entidades de *Utilidade Pública Federal*, 7000 junto ao Conselho Nacional de Assistência Social e 2000 qualificadas como OSCIPs. Estas estariam aptas a receberem recursos federais, sendo que mais de 90% foram criadas a partir dos anos 1990.

Essa imprecisão pode nos levar a diversos caminhos conflitantes. Se formos considerar o registro de entidades Filantrópicas do Conselho Nacional de Assistência Social encontraremos desde Fundações empresariais até empresas educacionais, que se valem desse título para obter renúncia fiscal.

Apesar da aparente homogeneidade expressa em nossa análise, deve-se considerar a possibilidade concreta de exceções, tanto no que se refere às práticas sociais desses organismos, como também no que se refere ao seu papel político. Ora, não devemos desconsiderar por completo a possível contribuição de algumas Organizações na construção de um projeto contra hegemônico de sociedade. O que ressaltamos é que frente às características gerais assumidas por esses organismos, podemos nos remeter ao título do texto de Petras, como uma ajuda ambígua das ONGs.

2.3 SOCIEDADE CIVIL, ONGs E TERCEIRO SETOR: FOI ISSO QUE NOS SOBROU?

No debate do chamado “terceiro setor” e das ONGs, notamos uma ênfase na utilização do termo sociedade civil, com sentidos e significados diversos. Por que justamente essa ênfase? Qual seria sua diferença em relação ao conceito gramsciano? Qual seria sua implicação política?

A ênfase na sociedade civil não é por acaso. Remetendo-nos ao período da ditadura militar, grande parte da resistência que se tinha a esse regime partia da sociedade civil, já que a sociedade política - Estado restrito - era o elemento repressor. A oposição organizada se dava principalmente por parte de organismos na/da sociedade civil. Coutinho (2002) nos lembra que essa aparente oposição entre Estado e sociedade civil fazia sentido na época. Naquele contexto era fácil imaginar ser a sociedade civil eminentemente o foco da resistência. Criou-se, posteriormente, uma leitura maniqueísta que considerava a sociedade civil como o foco da “virtude” e o Estado como o espaço unicamente da repressão, do autoritarismo, da corrupção.

Diante disso, Coutinho (2002, p.34) afirma que essa polarização entre sociedade civil e Estado acabou por provocar na esquerda uma:

cegueira teórica e estratégica em alguns de seus setores, cegueira esta que veio a ter conseqüências graves não só no momento da transição, mas também, e talvez, sobretudo, em seus desdobramentos ulteriores. Impediu parte da esquerda de ver que, embora o conjunto da sociedade civil se opusesse à ditadura, ela era dividida em classes, como de resto são todas as sociedades civis.

Muitos desses movimentos/organizações buscavam se fundamentar de alguma forma a partir de uma certa leitura do conceito de sociedade civil em Gramsci. Em geral, era tratado de forma antagônica ao Estado, e não parte do Estado ampliado, como aponta o marxista italiano. Por isso, Coutinho (2002 p.34) afirma que tal leitura foi apropriada pelo neoliberalismo para que “... continuasse a demonizar o Estado e a confundir a sociedade civil com o mercado”.

Assim, em Gramsci (2000) temos a relação entre Estado restrito e sociedade civil como uma tensa relação, constitutiva do Estado ampliado, formando uma unidade na diversidade e de forma alguma como esferas independentes da vida social. No caso brasileiro, produziu-se, talvez deliberadamente, uma visão maniqueísta e dicotômica de ver a relação sociedade civil/Estado restrito.

Coutinho (2000a) aponta que essa suposta homogeneidade assume uma nova face nos anos 1990, já que as divergências de concepção de mundo e projetos de sociedade entre os diversos organismos na sociedade civil afluíram com o avançar do processo de ocidentalização. Essa homogeneidade era, e ainda é, extremamente funcional, sendo essa “despolitização” conceitual e de sua práxis, que indicasse o “reino da bondade”, música para ouvidos neoliberais.

Conforme nos chamou a atenção Carlos Montano (2002), a própria consideração de organizações da sociedade civil, já implica uma posição teórico política. Com isso, objetiva-se transformar a sociedade civil em sujeito articulado, portador de um único interesse, relativamente homogêneo e auto identificado. Diante disso, consideraríamos a sociedade civil não como espaço de lutas, mas sim como um sujeito dessas lutas, isolado e autonomizado da totalidade social transformada em unidade harmônica. A partir desta ótica, os embates de projetos de sociedade passam a ser vistos não no interior da sociedade civil,

mas sim como enfrentamento desta (como unidade, transformada em “sujeito”) contra seus opositos oponentes, o Estado e/ou mercado. Nessa concepção, quando se fala de confronto de

interesses, põem-se em tela os (supostos) interesses da sociedade civil, contra os do Estado e do mercado (p. 275).

Contrariamente, pensamos em organizações na sociedade civil, ou seja, organizações que estão na sociedade civil e não são as expressões únicas desta, mas fruto também da diversidade de organizações, o que não nos autoriza considerar, *a priori*, a sociedade civil como guardiã da democracia contra um suposto autoritarismo do Estado restrito.

Ellen Wood (2003) nos chama atenção para o fato de que o conceito de sociedade civil tenha se tornado uma expressão quase mística e adaptável a quase tudo, abrigando uma ampla gama de aspirações emancipatórias, servindo também como conjunto de desculpas para um recuo político de setores da esquerda, quando se propõe uma intervenção mais propositiva, menos combativa, atuando nos marcos da conciliação de classes.

Nessa linha, produz-se um perigoso jogo de soma zero, uma relação de causa e efeito, que pode induzir a pensar que bastaria mais organizações na sociedade civil e mais “participação” para que tivéssemos, necessariamente, uma sociedade mais democrática. Longe de “jogar fora a criança com a água da bacia”, *a priori*, rechaçar qualquer forma de participação ou de organização, queremos chamar atenção para as contradições deste processo.

É comum no Brasil a utilização do termo “sociedade civil organizada”, como forma de indicar a participação de diversos organismos na sociedade civil na luta por se fazer presentes, defendendo seus interesses. Chamamos a atenção para as ciladas que este termo pode trazer. Se pensarmos que a sociedade civil é um espaço de disputa/difusão de concepções de mundo pelos diversos aparelhos privados de hegemonia, tanto do trabalho quanto do capital, este termo esconde mais do que esclarece. Podemos perguntar para qual projeto a “sociedade civil” está organizada? Melhor ainda seria perguntar quais atores estão envolvidos nessa organização? Falar abstratamente da participação da sociedade civil é pouco esclarecedor.

Ellen Wood (2003) polemiza com os movimentos sociais que atuam na luta por diversos direitos difusos de grupo sociais e não necessariamente ligados à classe social. Estamos falando dos chamados novos movimentos sociais, na luta pelo reconhecimento, pela aceitação da diferença, pela igualdade, como gênero, cultura, orientação sexual, etnia, juventude, infância, velhice, ecologia, entre outros. Reconhecendo a emergência desses movimentos como expressão da pluralidade de interesses na sociedade, Wood (2003) argumenta que essas lutas indicam que a dominação no âmbito de uma sociedade capitalista não fica restrita à dominação de classe.

Contudo, aponta que tais questões não são necessariamente antagônicas à sociedade capitalista e questiona como ficam esses movimentos frente ao antagonismo fundante da relação social capitalista, que é exploração de classe, inclusive agudizando cada uma das outras formas de dominação? É possível uma sociedade democrática com diferenças de classe? O novo pluralismo se põe esta questão¹⁶?

Wood (2003, p. 212) alerta para uma estratégia clara de dominação que busca diluir o capitalismo numa desestruturada e indiferente pluralidade de instituições e relações sociais, que enfraqueceria as tentativas de construção de projetos de sociedade contra hegemônicos. Essa ênfase nessa nova sociedade civil fragmentada e multifacetada, torna invisível toda a lógica totalizadora e o poder coercitivo do capitalismo, que fica reduzido a um conjunto de instituições e relações sociais, entre muitas outras possíveis.

Não se trata de desconsiderar a imperiosa necessidade de enfrentamento de todas as formas de opressão e dominação que se apresentam em nossa sociedade, mas sim de compreender que as novas dinâmicas da sociedade capitalista não eliminaram a relação social fundamental, e contrariamente, tornaram essas formas de opressão e dominação ainda mais drásticas. Segundo Wood (2003, p. 224-5) “o projeto socialista deve ser enriquecido com os recursos e idéias dos ‘novos movimentos sociais’ - que não são tão novos -, e não empobrecidos pelo uso desses recursos e idéias como desculpa para desintegrar a resistência ao capitalismo”.

Tais provocações buscam polemizar com os defensores do chamado espaço público, da esfera pública, da participação da sociedade civil, concebida de maneira homogênea, que “naturalmente” se constituiria como um espaço de afirmação democrática, já que limitaria o poder estatal.

Com isso, queremos chamar atenção para um debate no campo da esquerda, já que estamos falando não de apologistas diretos do capital. Esse recuo identificado por Wood de setores da esquerda, que assumem uma nova face em relação ao capitalismo, buscando humanizá-lo, torná-lo sociável, representa uma das principais características do chamado “Centro Radical” da Terceira Via. Na verdade, por trás dessa concepção temos a nova face da conservação, num contexto de grandes dificuldades de mobilização.

¹⁶ “Uma sociedade verdadeiramente democrática tem condições de celebrar diferenças de estilo de vida, de cultura ou de preferência sexual; mas em que medida seria “democrático” celebrar as diferenças de classe?” (Wood, 2003, p. 222).

Como podemos ver com Durighetto (2003), mesmo imbuídas de propostas de ampliação/consolidação de mecanismos democráticos, o debate da participação da sociedade civil, como o espaço público, não rompe com abordagens a-classistas e homogêneas, dificultando estratégias de ação política, que se pautem nos interesses divergentes das classes e de suas frações na sociedade capitalista. Baseado, geralmente, nas formulações habermasianas de esfera pública, pensa-se uma dimensão da vida em sociedade, onde os conflitos de interesses são admitidos, mas não como fruto das classes sociais em luta e projetos de sociedade antagônicos.

É preciso ter claro que criticar as organizações públicas não estatais/terceiro setor não significa negar a importância das lutas na sociedade civil. Conforme nos chama a atenção Carlos Montano (2002, p. 263/64), “é tão equivocada considerar apenas o Estado como arena possível de lutas sociais, como considerar a sociedade civil como seu espaço único e exclusivo”.

Segundo Coutinho (2000), o debate das organizações públicas não estatais/terceiro setor como bastiões da democracia, significa o coroamento da pequena política. E se recuperarmos a distinção que Gramsci fazia de pequena política para grande política, podemos entender com mais clareza o papel político dessas organizações em nosso tempo.

Gramsci (2000, p.21), ao trabalhar a referida distinção, aponta que a grande política refere-se aos assuntos ligados ao surgimento de novos Estados, ou à luta pela sua destruição, “... pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”. Neste caso, estamos diante de questões afeitas à própria organização da sociedade, cujos acontecimentos e luta pela mudança passam pela efetivação de uma nova ordem, uma vez que na atual, essa possibilidade não estaria contemplada.

Por outro lado, no que tange à pequena política podemos dizer serem as questões menores, de pequena abrangência política, apresentando-se “... no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe” (Gramsci, 2000, p. 21).

Com isso, temos que reduzir problemas que envolvem toda a organização social apenas à condição de pequenas disfunções organizacionais, que passando para as mãos das organizações públicas não estatais/terceiro setor seriam resolvidos como que num passe de mágica, é fazer pequena política. Mas, afirma Gramsci, que não existe maior luta no plano da grande política do que tentar reduzir tudo a pequena política, como fazem os apologistas das organizações públicas não estatais/terceiro setor. Assim, de pequena e inocente esta política não

tem nada, e é sim parte de um projeto de organização da sociedade, visando senão a ampliação e a conservação do atual estado de coisas.

Essa luta pela apropriação do conceito de sociedade civil e suas múltiplas implicações, indica a necessidade de se realizar uma árdua disputa também no campo teórico. Com isso, pensamos que recuperar as formulações gramscianas sobre sociedade civil, e debater acerca da realidade brasileira pode nos ajudar a compreender as especificidades do projeto Vila Olímpica da Maré e sua relação com o Estado e os organismos na sociedade civil.

CAPÍTULO 3: SOBRE O ESPORTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVES DISCUSSÕES

Poucos fenômenos sociais têm a mesma inserção na sociedade que têm os esportes. Dificilmente ficamos indiferentes às alterações que alguns eventos esportivos provocam em nosso cotidiano como uma Copa do Mundo de Futebol ou os Jogos Olímpicos. Contudo, os esportes ainda não gozam da legitimidade social como demandante de políticas públicas. Mesmo sua afirmação legal na Carta de 1988 enquanto um direito social, não implicou em sua legitimação. Por isso, se faz necessário discutirmos nesse capítulo a configuração atual do esporte enquanto direito social, bem como seu papel na luta entre as classes sociais pela hegemonia.

Enfrentar essas questões nos clareará pontos centrais no decorrer de nosso trabalho.

3.1 EDUCAÇÃO FÍSICA E OS ESPORTES NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1980: TENSÕES E DISPUTAS POLÍTICAS

As lutas pela democratização da sociedade brasileira nos 1980 incidem na Educação Física de forma muito significativa. Algumas questões passaram a fazer parte de nossas preocupações. Qual o papel dessa disciplina na escola? A quais interesses têm servido? Como o esporte educa? Esporte é saúde? Para quem?

Inegavelmente, a prática esportiva possui potencial integrativo, de comunhão, de pertencimento, de congregar pessoas em torno de si. Mas isso não implica em desconsiderar que práticas esportivas também foram e são utilizadas para afirmação da dominação de povos contra outros; da maquinização e manipulação do corpo humano - inclusive de ordem biogenética, para a afirmação da hegemonia político-econômica de alguns países.

Concordamos que a prática esportiva regular pode contribuir para a saúde, mas não podemos fechar os olhos aos riscos presentes, como sua prática ocasional por pessoas sedentárias, quando, em nome da saúde, expõe-se a riscos ainda maiores do que quem não pratica. Se pensarmos no chamado esporte de alto rendimento, sua vinculação com a saúde é algo distante, como podemos observar nas constantes agressões que os corpos dos atletas sofrem ao longo dos anos, podendo até ser considerado um trabalho que destrói o corpo do trabalhador. E ainda há o processo de drogadição, objetivando o alcance de melhores resultados - o doping.

As relações entre esporte e educação também precisam ser vistas com mais cuidado. Já em 1986, Valter Bracht (1992) chamava atenção que os esportes podem educar para um projeto de sociedade egoísta, ultracompetitivo, individualista, em que a busca da vitória se justificasse por si; em que o prazer da prática esportiva é reduzido à busca de resultados; em que o outro praticante é considerado inimigo que deve ser subjugado e não um adversário de prática esportiva apenas; não obstante, a assertiva de que os esportes ensinam a aceitação de regras e internalização de valores.

Mas, os sentidos dos esportes também estão em disputa. Buscando tipificar e assumindo os riscos disso, podemos pensar os fenômenos esportivos a partir de dois adjetivos. Com Bracht (1997), temos o chamado “esporte de alto rendimento ou espetáculo”, como aquele que faz parte da Instituição Esportiva- as federações, confederações e clubes- caracterizando-se pela espetacularização, mercantilização das práticas e dos produtos esportivos, bem como também da imagem dos praticantes, que são os atletas. Nessa concepção, a lógica que rege é a do mercado, da prática voltada para o lucro, que não contempla participação democrática, restando às massas a inserção - quando têm dinheiro para comprar ingressos - como espectadores presenciais ou via meios de comunicação. Nesse modelo, a exacerbação dos resultados em detrimento da vivência, exige uma seleção dos praticantes de acordo com rendimento físico técnico, e a performances mais apuradas, demandando treinamentos científicos e programados. Nota-se um processo de reificação da técnica, não como possibilidade de auxílio do ser humano em suas tarefas cotidianas, no caso esportivas, mas como um alijamento daqueles inaptos. Diante disso, Elenor Kunz (2000) apresenta como principais características do esporte de alto rendimento os princípios de sobrepujança, seleção e especialização precoce dos praticantes, instrumentalização e padronização dos movimentos, bem como a busca de comparação e resultados a partir de um ideal (record).

Por outro lado, apesar de majoritária, essa não é única forma de se vivenciar o esporte, também sendo possível notarmos práticas esportivas legitimadas a partir de outros sentidos e significados. Estamos falando do chamado esporte como lazer, sobretudo na condição de praticantes e não como espectadores do espetáculo esportivo de alto rendimento.

Como características marcantes, teríamos a não subserviência aos rígidos códigos da instituição esportiva, bem como novas possibilidades de vivências esportivas pautadas não em exigências de rendimento e nem como uma necessidade imperiosa de vitória como sinônimo de

sucesso. Assim, podemos encontrar a vivência lúdica do esporte, a possibilidade de participação de praticantes menos hábeis, velozes, altos, fortes, quando o definidor da vivência não é o rendimento físico-técnico. Sem deixar de haver competição, não fazendo dela uma batalha entre “inimigos”; jogar “com” e não “contra” o outro; pensar na readequação das regras de acordo com os interesses dos praticantes e não pelas regras as universais e “oficiais”; são características do chamado esporte como atividade de lazer.

Neste caso, insistir no caráter lúdico da prática esportiva significa recuperar o sentido de júbilo, prazer, de festa que pode haver nessa prática. Vivências críticas, criativas e lúdicas são elementos constitutivos do chamado esporte de lazer. Com isso, queremos nos contrapor às abordagens unicamente agonísticas, que visualizam a prática esportiva a partir apenas de seu viés competitivo.

Tal tipificação não implica numa posição maniqueísta, em que nas práticas esportivas “lúdicas” estivessem todas as virtudes, e nas de “rendimento” residisse a “caixa de pandora” dos esportes, estando ali todos os pecados. Como lembra Bracht (2000, p. XVII) “... há nesta posição uma idealização do lúdico como espaço, dimensão do humano a priori a ser preservado da colonização da razão (científica). (...) O comportamento lúdico não existe na sua forma pura, ele está presente em uma série de práticas humanas (...)”.

Não é incomum encontrarmos grupos que se reúnem em torno de interesses esportivos que não sejam marcados pelos códigos da Instituição esportiva, ou seja, não são apenas reprodutores do chamado esporte de rendimento. O esporte não é uma manifestação homogênea, apenas legitimadora do capitalismo, sendo a generalização pouco recomendável. Tanto às práticas esportivas na escola, como às práticas esportivas nos momentos de lazer não se configuram *a priori* como campos de “dominação” do esporte de alto rendimento.

Contudo, o modelo do esporte de alto rendimento acaba tendo maior visibilidade e, por isso, maior possibilidade de influenciar as práticas esportivas cotidianas. Mesmo em práticas esportivas não diretamente relacionadas à instituição esportiva, seus códigos podem se fazer presentes. Não é difícil ver campeonatos, mesmo estudantis, em que acontecem brigas, adulterações das idades dos praticantes, incentivo à utilização de meios ilícitos para obter vantagens, brigas de “torcidas”, com casos em que até a polícia precisa ser chamada. Ou seja, sob a lógica de vitória a qualquer custo, tais práticas fazem sentido, mesmo que condenáveis. Nos chamados torneios de lazer, a incorporação dos sentidos e significados do esporte de rendimento

se faz presente na premiação de destaques individuais, na necessidade de árbitros das federações, na existência de súmulas nos modelos oficiais.

Diante disso, Valter Bracht (1997) nos indica uma questão fundamental para pensarmos nosso *locus* de pesquisa. A utilização de termos do mundo do esporte de alto rendimento também se faz presente em instituições que teriam por princípios a promoção do esporte como atividade de lazer. Podemos apontar os Centros Esportivos em bairros pobres e favelas no Rio de Janeiro, que recebem o nome de “Vilas Olímpicas”¹, e também na experiência do morro da Mangueira. Essa denominação pode indicar a concepção de esporte e de sociedade a serem construídas nesses espaços.

O uso comum das instalações esportivas, baseado, em lógicas distintas, nos permite pensar em algumas questões. Podemos perguntar qual a necessidade de se construir estádios com grandes arquibancadas, quando na verdade o “público” espectador é composto “apenas” por amigos e familiares.

O rechaço ao esporte de alto rendimento não é apenas uma questão moral. Trata-se de debater qual o projeto de sociedade que este modelo de esporte contempla. Estamos falando de organizações articuladas aos processos de mercantilização, espetacularização das práticas corporais e também dos trabalhadores em esporte- os jogadores-, além de restringir a participação popular, resumida à condição de espectadora do espetáculo.

O caminho para difusão de práticas esportivas, baseado em sentidos e significados diferentes do esporte de alto rendimento, não é tarefa fácil. Mas este jogo não está perdido, estando apenas começando, e é possível reverter o placar.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO BRASIL

Debater a trajetória das políticas públicas de esportes no Brasil é uma tarefa desafiadora. Tal trajetória nos elucidará possíveis caminhos das relações, entre Estado e esporte, e entre este e alguns organismos na sociedade civil, no que tange à formulação/implementação de políticas públicas.

¹ Vila Olímpica é nome dado ao alojamento dos atletas durante os Jogos Olímpicos. Seriam estes espaços então moradias de futuros craques? Não necessariamente, já que esses programas, em geral, não se apresentam como formadores novos atletas, mas nem por isso deixam de valer desse imaginário social que tem o esporte de alto rendimento.

Indicamos as intervenções do governo Vargas, intensificada a partir do Estado Novo de 1937, como os primórdios da relação mais sistemática entre Estado e esporte. Tais intervenções se deram com o objeto de um maior controle estatal sobre os clubes. Segundo Manhães (2002), a política “esportiva” no Estado Novo se apropriava dessas manifestações, as relacionando aos princípios e valores que defendiam, como o constante evocar da falta de disciplina no campo esportivo, pernicioso ao esporte e ao país; como também o discurso nacionalista quanto ao esporte, divulgador não só dos feitos da “nação”, mas também das práticas esportivas nacionais. Além disso, as políticas esportivas deveriam ter o caráter moral e cívico valendo-se assim do potencial “educativo” dos esportes, objetivando uma educação “sadia” para juventude brasileira.

Para “disciplinar” o campo esportivo, diversos decretos e leis foram baixados pelo Governo central, vinculando os clubes e Federações diretamente ao Conselho Nacional de Desportos. A eles só era autorizada a participação na vida esportiva nacional após o cumprimento certas exigências.

As ações não se restringiam apenas as que acabamos de mencionar. Buscando formas de controle social da população, ao esporte e à Educação Física são destinados importantes papéis naquele momento. Isso fica claro na criação dos chamados parques proletários que incluíam o esporte e a Educação Física na “educação” de adultos e crianças. Tivemos também a criação de Jogos Estudantis; do Serviço de Recreação Operária (SERP); das primeiras Escolas Superiores de Educação Física, tanto militares como civis; de parques infantis; de Colônias de férias; a criação de departamentos e superintendências nos âmbitos estadual e municipal para a implementação de ações relativas à Educação Física e aos esportes (Linhales, 1996).

Começa assim maior aproximação do sistema esportivo com o sistema escolar de ensino básico e universitário. Nota-se um empenho particular do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, em promover o esporte universitário. Em 1939, cria-se a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU). Contudo, como aponta Linhales, tal sistema não funcionou como o previsto². Já com o ensino básico, tivemos o início da consideração de uma relevância da Educação Física como componente curricular, a partir em princípios eugênicos/higienistas.

² “A permanência da CBDU até os dias atuais, e do sistema por ela constituído, que subordina as federações universitárias estaduais, e a estas as associações atléticas acadêmicas, caracteriza-se muito mais como um grupo de interesses e privilégios específicos, capaz de barganhar com o Estado sua pauta de demandas. Não se estabeleceu, de

Fica claro o papel pensado para os esportes e a Educação Física, quando analisamos o projeto - que não chegou a sair do papel - conhecido como “Juventude Brasileira”, embora tivesse como nome oficial “Organização Nacional da Juventude”. Com base em princípios nazi-fascistas, este programa seria subordinado diretamente ao Ministério da Justiça, tendo como objetivo “assistir e educar a mocidade, (...) promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação”. Diversas organizações seriam partícipes do programa, inclusive as esportivas e as escolares, ficando responsáveis pelos jovens de suas alçadas, além de disponibilizarem suas instalações (Horta *apud* Linhales, 1996, p. 90).

Apesar do aparato do Estado Novo, e do empenho pessoal dos militares, tal programa encontrou resistências internas e externas, como do Ministro da Educação, além de setores estudantis. Com isso, tal programa não foi à frente, embora o desejo de articular esportivamente a juventude ao projeto do Estado Novo, ainda permanecesse.

No período entre as ditaduras (1946-64), poucos fatos referentes à política de esporte merecem menção, já que a organização esportiva pouco foi alterada. Os fatos emblemáticos estiveram também ligados ao projeto desenvolvimentista de construção de um país grande. Neste período, tivemos a realização de uma Copa do Mundo de Futebol no Brasil (1950) e a construção dos grandes estádios, tendo destaque o maior de todos, o Estádio Mário Filho ou Maracanã, no Rio de Janeiro. Além de ter surgido nesse período um maior número de clubes esportivos, algo que nos parece condizente com o maior desenvolvimento urbano-industrial do país.

Com o avançar do processo de industrialização nos anos 1950, começa a ser cogitada a importância da formulação de políticas de esporte, mesmo que legitimadas a partir de vieses da recuperação da força de trabalho ou da minimização dos efeitos da vida urbana. Segundo Linhales (1996), o esporte aparece em algumas Constituições Estaduais pós Estado Novo, não necessariamente efetivadas.

Com o Golpe militar em 1964, as políticas de esporte ganham outra conotação. Reconhecidas como valiosas na obtenção do consenso popular, os militares buscam apropriar-se das manifestações culturais, entre elas os esportes. Além do conhecido aproveitamento da vitória

fato, como a representação legítima do esporte universitário, na medida em que este nunca se consolidou como prática efetiva e sistemática nas universidades brasileiras” (LINHALES, 1996, p. 86).

da Seleção de Futebol em 1970, também há o aproveitamento de fatos isolados como a Loteria Esportiva, o Campeonato Brasileiro e também o gol 1000 de Pelé.

Em 1971 é apresentado o primeiro Plano de Educação Física e Desporto que, junto à publicação do chamado Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, buscou traçar as diretrizes para as políticas de esporte no país. Dentre as diretrizes, clamava-se pela necessidade de ampliação da Educação Física Escolar, das Instalações esportivas no Brasil, bem como pela maior e melhor formação de professores de Educação Física (Linhales, 1996).

Formula-se a idéia de pirâmide esportiva, na qual dever-se-ia oferecer maiores oportunidades às massas, com o argumento de que assim surgiriam os grandes talentos esportivos de alto nível. Neste momento, temos uma grande esportivização da Educação Física. O esporte passa a ser o conteúdo dominante da Educação Física em detrimento às outras manifestações da cultura corporal.

E esse oferecimento às massas também incluía o sistema escolar, básico e universitário, voltado para a juventude. Temos, a partir da segunda metade dos anos 1970, a retomada, desta vez com mais força, dos Jogos Estudantis Brasileiros (JEB's) e Jogos Universitários Brasileiros (JUB's), pensados como celeiros de futuros craques, além da já conhecida tentativa de controle social.

A ampliação do acesso ao esporte é reconhecido pelos militares como direito social. Claro que esse reconhecimento se dá a partir das possibilidades “pedagógicas” dos esportes, bem como sua creditada possibilidade de ocupar o tempo dos jovens com uma diversão “sadia”. Não por acaso, ocorre um grande incentivo às Associações Atléticas nas universidades em relação aos Diretórios Acadêmicos, na nova tentativa de americanização do modelo esportivo, em que os *campi* universitários brasileiros são vistos como celeiros de atletas³ e também como forma de tentar evitar o envolvimento político dos estudantes.

Outro aspecto a ser realçado é a campanha do **Esporte Para Todos** (EPT), programa de lazer oficializado em 1977. Baseada em campanhas de incentivo à prática de atividade física em países europeus, a versão brasileira tinham como função o incremento da atividade física

³ É significativo que essa visão limitada de esporte esteja voltando a tona. Durante o mês de Julho de 2004 foi realizado a 52ª edição dos jogos Universitários Brasileiros (JUBs) em São Paulo. Esse evento foi amplamente divulgado pela grande mídia por sua potencialidade de revelar talentos para o esporte brasileiro. Como forma de convencimento, foram vinculadas reportagens acerca de atletas norte-americanos que competem por suas Universidades. Contudo, o que não é revelado que a estrutura esportiva brasileira não é e não deve ser baseada no sistema escolar. O pouco desenvolvimento esportivo brasileiro, em termos de resultados internacionais, não se dá por uma suposta deficiência da Educação Física escolar em revelar talentos, algo que absolutamente não lhe compete.

como promotora da saúde (Brandão *apud* Linhales, 1996). Nessa versão “esqueceu-se” que tal programa era aplicado em países capitalistas centrais, nas quais havia um Estado de Bem-estar, que não se deu nos países periféricos.

Nos anos 1980, os sopros da democratização do país também começam a rondar o mundo dos esportes. Ainda que timidamente, o direito ao esporte também começa a fazer parte das reivindicações populares. Com a criação/ampliação de espaços públicos ou programas esportivos, o direito ao esporte passa se configurar como demanda de uma sociedade democrática. Apesar disso, no texto final da Constituição de 1988, tanto o lazer como os esportes são considerados direitos sociais ao lado dos já tradicionais como saúde, educação, habitação, transporte e etc.

O acesso diferenciado das classes sociais aos diversos bens culturais e direitos sociais é marca registrada dos regimes capitalistas, drasticamente ampliados nos países periféricos como o Brasil. A possibilidade de vivência esportiva não poderia ficar imune a tal questão. Seja como espectador ou como praticante, as condições dessa vivência certamente se deterioram. A mercantilização do esporte e dos espaços público de convivência escasseia a existência desses espaços destinados à prática esportiva, como parques, praças, quadras em condições de uso. O direito ao esporte, articulado ao direito à cidade, encontra grandes dificuldades de realizar-se no contexto de uma formação social como a dos países capitalistas periféricos.

No campo das esquerdas, iniciam-se discussões sobre o esporte a partir de referenciais diferentes às práticas políticas tradicionais. Tais debates nunca gozaram de grande legitimidade, sendo comum visões apressadas que minimizavam a relevância social dos esportes, associando-o à prática alienante. Enquanto isso, as práticas clientelistas, como troca de medalhas, jogos de camisetas, bolas por votos, sejam em eleições gerais ou de órgãos esportivos, continuam “dando de goleada”. A partir da vitória em alguns municípios primeiramente, e depois em alguns estados, há o desafio de implementar políticas de esportes que se diferenciem das práticas tradicionais nesse âmbito. Segundo Vaz (1997) o curto intervalo de tempo entre o início dos debates críticos na/da Educação Física e esportes, e o alcance de posições políticas em executivos municipais, tornaram a missão ainda mais difícil.⁴

⁴ Não por acaso, Vaz (1997, p. 52), à época compondo a equipe da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis/SC numa gestão de esquerda, nos faz uma difícil pergunta: “... no âmbito das práticas corporais, como implementar políticas públicas com sentidos, significados e direcionamentos radicalmente articulado a um projeto democrático de sociedade?”

Tendo claro que não se podia apenas reproduzir políticas pautadas nos códigos do esporte de alto rendimento, ao mesmo tempo em que era preciso responder aos desafios assumidos e às expectativas populares por mudanças, as políticas públicas de esporte das chamadas frentes populares ainda tinham que lutar internamente nas administrações para ter orçamento e capacidade de realização.

Outra tendência que permanece no âmbito das políticas públicas de esporte é sua consideração como celeiro de novos talentos, revivendo a concepção da pirâmide esportiva dos tempos da ditadura. Parte-se da premissa que a ampliação da prática esportiva fará surgir novos talentos e com isso o país poderá obter melhores resultados esportivos, além de promover a ascensão social desses jovens. Contudo, não se considera que as condições de profissionalização e surgimento de grandes talentos esportivos em massa, não só nos esportes mais divulgados, passa não somente pela oferta das modalidades - relevante, mas não suficiente - mas também pela mudança nas condições de vida de significativa parcela da população. A transformação do Brasil em potência esportiva requer um avanço significativo nas condições de vida da população, já que assim novos talentos, não apenas nos esportes, mas nas artes, ciências e afins, não se perderão na luta pela existência e contra a miséria.

Essa tendência de profissionalização esportiva dos jovens geralmente aborda a questão dos problemas da juventude e suas soluções a partir de iniciativas individuais, ou seja, um(a) jovem se destacará e com isso servirá de exemplo para outros. Temos uma individualização da questão, cabendo aos jovens, através de seus esforços e talentos, galgarem o seu espaço, uma vez que todos teriam condições de alcançar o sucesso esportivo, bastando dedicação. A premissa parece ser a de aqueles que não lograram sucesso, talvez não tenham se dedicado o suficiente.

Outro ponto que não é incomum nas políticas públicas de esporte é sua relação “carnal” com as instituições do esporte de rendimento. Seja no financiamento direto às equipes e esportistas⁵, ou então investindo considerável verba pública na promoção de grandes eventos esportivos, nas quais à população cabe participar no máximo como espectadora. Outro ponto que reflete isso é a articulação com as confederações dos diversos esportes. Como se para legitimar a

⁵ Podemos citar o caso da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, gestão 1997-2000, onde considerável parte da receita da SMEL era empregada no patrocínio de atletas. Não por acaso o Rio de Janeiro se vangloriava de ter uma das maiores “delegações” dos Jogos Olímpicos de Sidney em 2000

política esportiva fosse preciso que esta se articule a alguma instituição do esporte de alto rendimento⁶.

O esporte escolar também sofre o assédio das instituições do esporte de alto rendimento. Quando o Brasil obteve um mal resultado nos Jogos Olímpicos de Sidney, começou-se a argumentar que isso se dera por conta da Educação Física nas escolas não se dedicar ao ensino do esporte para a formação de novos atletas. Assim, surge o projeto Esporte na Escola do Governo Federal em 2001. Mas a relação esporte de alto rendimento e escola não surge com esse projeto, mas sim com a afirmação clara do esporte escolar como base da pirâmide. Desconsidera-se a especificidade da Escola e da disciplina Educação Física em nome de outra instituição, que é o sistema esportivo, subjugando os interesses e as funções sociais da Escola em detrimento das “necessidades” do esporte de alto rendimento. Depois de arduamente criticada, essa concepção retorna em nossos dias com uma nova roupagem.

Torna-se quase um senso comum criticar tal concepção, dado seu caráter limitado, embora esta conte com grande apoio da mídia e do sistema esportivo oficial, que alimentam o mito da profissionalização esportiva de jovens, sobretudo pobres. Surgem novos discursos legitimadores das políticas públicas de esporte. Se a promessa de formação de novos talentos perde força, embora ainda se faça presente em algumas políticas, nota-se a emergência da vinculação entre as políticas esportivas e o discurso da promoção da cidadania⁷ ou de inclusão social. Ou então uma outra tendência ainda é a de considerar o esporte importante mecanismo de controle social da juventude, visando apenas dominar os impulsos violentos e produzir uma nova sociabilidade, capaz de gerar novas práticas que possam afastar os jovens das drogas e crimes, numa abordagem salvacionista.

Não é difícil sabermos de políticas de esporte, sejam públicas ou privadas, sobretudo em bairros pobres, que se autodenominem como promotoras de cidadania. Nessa linha, para contrapor-se ao projeto anterior de formação e descoberta de novos talentos, muitas políticas

⁶ Na atual gestão das Vilas Olímpicas, com exceção da Vila da Maré que é administrada por uma ONG (UEVOM), todas as outras são geridas através de convênios entre a SMEL/RJ e diversas Federações esportivas. Essas Federações contratam os profissionais através de Cooperativas, não configurando vínculos com a PMRJ. Como aponta Bracht (1997) nas políticas públicas de esporte os organismos da sociedade civil que mais figuram acabam sendo os vinculados ao sistema esportivo, e com isso, abre-se caminho para que o modelo de esporte de alto rendimento continue majoritário.

⁷ O capitão do tetracampeonato mundial de futebol, Dunga, quando perguntado sobre os objetivos da prática esportiva no Instituto Dunga de Desenvolvimento do Cidadão, foi enfático em declarar que eles trabalham “... inclusão social, gerando oportunidades e formando os cidadãos do futuro” (Jornal O Globo, 2003, p. 14).

públicas de esporte buscam associar-se às imagens e idéia de cidadania. Qualquer ação que “tire” os jovens da rua é resgate de “cidadania”. Qualquer ação solidária, como filantropia empresarial, ação caridosa de uma Igreja, ou mesmo as novas políticas esportivas de atletas famosos; tudo se transforma numa “promoção de cidadania”.

O termo “cidadania” tornou-se auto-explicativo. Está na moda. Sua densidade conceitual, sua carga de enfrentamento a ordem desigual, e o seu processo de conquista, que sempre implicou em lutas por direitos de diversas ordens, foi mimetizada a um discurso sem conteúdo. Mesmo os atores e organismos que estão diretamente ligados à implementação do projeto neoliberal, que com suas ações contribuem para a precarização das condições de vida da maioria da população mundial, também clamam por cidadania. Como se o seu convocar fosse suficiente para esclarecer seus sentidos e projetos políticos.

Inegavelmente os esportes e as artes possibilitam novas formas de relação com o mundo, podendo tais manifestações ser parte integrante de um projeto de melhoria das condições gerais de vida. Mesmo assim, o caráter de redentor de uma cidadania perdida e o aproveitamento político disso como forma de obtenção de consenso, não pode ser desprezado. Não se trata de desconsiderar sua importância para a vida das pessoas que estão sendo atendidas, já que para essas, num contexto de poucas opções de lazer, pouco importa quem promove, se é o Estado, uma ONG ou um candidato a cargo político, ou já eleito, visando ampliar/consolidar sua base política. O desafio é compreender os aspectos políticos disso, e sua vinculação/capacidade de dar conta das metas que se propõe a atender. Podemos perguntar se a prática esportiva por si é garantidora de cidadania, ou ainda, se a mesma está relacionada com o processo de conquista/ampliação da mesma. Ou, então, se podemos resgatar a cidadania num contexto em que, apesar das novas opções de lazer, os antigos problemas continuam e se agudizam.

Por outro lado, também notamos um certo revolver de justificativas conservadoras quando se aborda a importância das políticas públicas de esporte. Nos anos 1990, com um avanço da pobreza e uma maior visibilidade da violência urbana credita-se ao esporte o papel de redentor da juventude pobre. Além disso, há também a tarefa de controlar os impulsos e promover uma “sociabilidade civilizada”. Isso fica claro quando Gonçalves aponta que

as tentativas de desenvolvimento de um ‘ethos civilizador’ que afaste o jovem dessa realidade hostil, permitindo a implementação de práticas sociais que propiciem uma sociabilidade afirmativa e ampliem as possibilidades de participação desse jovem na sociedade, contribuem

para a construção de uma cidadania plena, garantindo assim a saúde da coletividade (2003, p. 53. Grifo nosso).

Não é difícil ouvir assertivas de que o jovem que pratica esporte não se envolve com drogas e crimes. Ao esporte e ao lazer são creditadas funções de controle e disciplinamento da juventude pobre. Promovendo de maneira moralista, um lazer “saúdável”, como denuncia Carrano (2003).

Nessa concepção fica a impressão que a juventude pobre teria quase que uma tendência “natural”, um destino inevitável, a enveredar pelos caminhos das drogas e crimes, e que as políticas de esporte e lazer seriam relevantes para tentar “livrar” esses jovens desse “destino”. Uma visão preconceituosa, que tende a considerar o jovem pobre como sinônimo de criminoso em potencial. São comuns bordões como esses: “ocupá-los a mente para que não tenham tempo de pensar em besteiras”; “para não ficarem fazendo o que não devem na rua”; “mente vazia oficina do diabo”. Os esportes seriam uma forma de se contrapor aos perigos presentes nas ruas.

Por trás de argumentações como estas estão presentes componentes que há muito marcam algumas iniciativas que atendem os jovens pobres. Percebemos claramente a posição de que o jovem se envolveria com o crime por não ter outras coisas a fazer, indicando uma suposta linearidade entre a falta de opções de lazer com o ingresso no mundo do crime, além de estabelecer uma espécie de relação causa/conseqüência. Assim, o esporte seria o “antídoto” perfeito para coibir tais práticas, uma espécie de analgésico social, sempre numa perspectiva conservadora de controle social⁸.

Programas de esporte, por si, não darão conta da resolução de todos os problemas sociais. Aliás, o esporte não pode ser tratado como a solução de problemas que requerem ações de ordem políticas muito mais incisivas do que simplesmente a criação de programas esportivos. A não ser que se pretenda justamente o contrário: o ocultamento da real gênese desses problemas

⁸ Essa visão está presente nas concepções que buscam fundamentar as políticas públicas de esporte da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Como podemos ver no texto disponível na página da SMEL na Internet comentando sobre a importância da Vila Olímpica da Maré. “Na Vila Olímpica da Maré podemos destacar o fato da adesão escolar que representa uma porcentagem considerável e ainda, o estudo feito do envolvimento dos jovens da Maré em atos infracionais. Contamos que, dos jovens infratores do Complexo da Maré que deram entrada na 2ª Vara da Infância e Adolescência no período de maio a novembro de 2001, apenas 11% pertencem a comunidade da Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbáu, que são as comunidades onde se encontra a grande maioria dos alunos matriculados no projeto, e os mesmos estão na faixa etária dos 17 anos, o que não condiz com a faixa etária dos alunos da Vila Olímpica, que é de 7 a 14 anos”. Tão grave parece ser o fato de louvar o fato dos jovens em conflitos com a lei estarem acima da idade dos freqüentadores da Vila Olímpica, o que posso afirmar não ser verdadeiro, visto que muitos jovens nesta idade são freqüentadores regulares da Vila. (www.rio.rj.gov.br/smel Acesso em 20-04-2004).

que, supostamente, estão se tentando enfrentar. Isso fica claro quando Gonçalves (2003, p. 143), em seu trabalho sobre a Vila Olímpica da Mangueira, aponta que com o aumento da criminalidade, da violência, da crise econômica que atingem de maneira drástica os jovens, sobretudo pobres, surgem os chamados projetos sociais nos bairros pobres. Parece que, a despeito do pulular de iniciativas e de propagandas redentoras, a capacidade de respostas desses não é a mesma que a alardeada, já que “... *tanto os problemas que serviram de justificativas para o desenvolvimento desses programas quanto as soluções criadas para resolvê-los continuam em vigor até hoje*”.

3.3 “TERCEIRO SETOR” E OS ESPORTES: COMEÇA O JOGO SOLIDÁRIO?

Com a nova configuração da sociedade civil nos anos 1980 e o surgimento/afirmação da idéia de “terceiro setor”, as iniciativas no âmbito dos esportes também são influenciadas por esse processo. Começam a ganhar força os chamados “projetos sociais” ou programas de Iniciação Esportiva para crianças e jovens, principalmente em bairros pobres.

A experiência da Vila Olímpica da Mangueira- iniciada em 1987- e do PRIESP (Programa Privado de Iniciação Esportiva)- no início dos anos 1980- financiado pela Fundação Roberto Marinho (Rede Globo), são marcos do pioneirismo em termos de divulgação. Embora o PRIESP tenha tido curta duração, o programa da Mangueira continua até hoje.

Na conhecida Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira no morro de mesmo nome, começa a ser delineado o projeto da Vila Olímpica. Ocupando um terreno doado pela Rede Ferroviária Federal (RFFSA), passa posteriormente a contar com o apoio de uma empresa multinacional, que vincula sua marca ao projeto. Amplamente divulgada na grande mídia, hoje, além do projeto Vila Olímpica da Mangueira, estão incluídos também outros programas que formam o que se considerou chamar como programa social da G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira (Gonçalves, 2003).

A participação do chamado “terceiro setor” não se reduz às experiências referidas, já que há um significativo incremento de organizações. Assim, temos diversas Fundações empresarias, ONGs, Fundações de esportistas⁹, que se articulam para disputar espaço na

⁹ Numa rápida pesquisa nos meios de comunicação encontramos as seguintes Organizações: Instituto Ayrton Senna, Instituto Guga Kuerten, Instituto Dunga de Desenvolvimento do Cidadão; Instituto Beneficente Romário de Souza Farias (Romário); Instituto Bola pra frente (Jorginho e Bebeto) Fundação Gol de Letra (Raí e Leonardo); Fundação

sociedade, ganhando visibilidade na/da mídia e, quiçá, verbas públicas, sejam diretamente ou via isenções de impostos para si ou para os “parceiros” que contribuem. Não por acaso, a idéia de responsabilidade social empresarial e de personalidades, como artistas ou atletas, faz tanto sucesso. Nesta linha não nos surpreende que tais ações estejam revestidas pela nuvem de solidariedade e de altruísmo que marca este campo, inclusive constituindo um grupo que congrega esses organismos com o sugestivo nome de Rede de Atletas do Bem, para praticar o que classificam de “esporte social”.

As Fundações de esportistas “engrossam” o caldo do chamado “terceiro setor”, como constantemente falam os ex-jogadores Raí e Leonardo, da Fundação Gol de Letra¹⁰. Comparado com outras áreas de atuação, o esporte é mais recente. É comum acontecer projetos de ONGs que incorporam ações esportivas em seu interior. Ainda assim, temos visto muitos programas que já nascem para implementar ações esportivas.

Para se ter noção da dimensão deste movimento, apenas o Instituto Ayrton Senna movimenta um orçamento em torno de cem milhões de reais (R\$100.000.000,00). Por isso, esse organismo hoje atua mais como um banco de projetos, estendendo suas ações por todo o Brasil através de financiamentos do que diretamente implementando ações. Tornou-se uma ONG que financia projetos de outras, nos moldes das grandes organizações internacionais.

Suas ações baseiam-se na noção de promoção de “**Desenvolvimento Humano**”, por entender ser necessário o enfrentamento da profunda desigualdade social no Brasil, já que não “...há como manter o tecido social saudável (sic) enquanto existir tamanho desnível” (Instituto Ayrton Senna, 2004). Nessa linha, é significativo o papel atribuído a educação em geral, e também ao esporte, em especial, nesse processo.

Mas, esse papel de destaque atribuído à educação não é algo neutro. A partir da concepção de educação que justifica os programas- concebidos como *tecnologias sociais*- podemos apreender como sua atuação se insere na base da formação do projeto de homem concernente ao projeto de sociabilidade neoliberal.

Cafu, Instituto Jackie Silva (Jaqueline, vôlei de Praia); Instituto Rexona de Esporte (Ana Moser- Vôlei); Instituto Canhotinha de Ouro (Gérson); Instituto Rumo Certo (Ênio Figueiredo- Ex-Técnico de Vôlei da seleção); Instituto Vôlei 2002 (Domingos Maracanã). Grande parte dos parceiros destas organizações são grandes empresas nacionais e multinacionais, além de alguns órgãos estatais federais, estaduais e municipais.

¹⁰ “O terceiro setor é cada vez mais importante pelo papel modificador. Tenho muito orgulho do que conseguimos até hoje”, afirma Leonardo (Jornal O Globo, 2003). Ainda nessa linha, é emblemático o fato de Raí ter sido escolhido, no ano de 2003, o “Brasileiro do ano no terceiro setor” pela Revista Isto é, sendo que, na solenidade de entrega do prêmio, estavam presentes o Presidente Lula, o Ministro Antonio Palocci, além alguns governadores de estados.

Ao apoiar-se num relatório da UNESCO sobre Educação, o Instituto Ayrton Senna acrescenta ao seu texto o que classificam como **Quatro Competências para o Desenvolvimento de Potenciais**, posto em prática no cotidiano de seus projetos e programas. Essas quatro competências são definidas como:

- 1) **Aprender a ser** (a capacidade de ser você mesmo e construir o seu projeto de vida);
- 2) **aprender a conviver** (com as diferenças e com o meio em que vive, cultivando novas formas de participação social);
- 3) **aprender a fazer** (atuando produtivamente para ingressar e permanecer no novo mundo do trabalho);
- 4) **aprender a conhecer** (apropriando-se dos próprios instrumentos de conhecimento e colocando-os a serviço do bem comum) (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2004).

A partir desses quatro pontos, podemos evidenciar como, para além da dimensão pedagógica de conformação de um organismo privado na execução/promoção do acesso aos direitos sociais, no caso educação e esporte, é no interior dessas ações que configura-se também um projeto educativo de formação de um novo homem coletivo, buscando promover valores e saberes de acordo com o projeto neoliberal.

Isso fica explícito na análise das competências. Na primeira, “aprender a ser”, que busca difundir a capacidade de construção do próprio projeto de vida por parte dos participantes, em que está presente uma noção de auto-responsabilização dos indivíduos pela construção de seus projetos de vida. Ou seja, uma individualização que abstrai e incute a noção de que, independente das condições materiais, os alunos são responsáveis por seu “sucesso e fracasso”.

No que tange à segunda competência, o “aprender a conviver”, aceitando as diferenças e promovendo “novas formas de participação social”, pode-se afirmar que estamos diante de uma ênfase no pluralismo como valor radical, sem se discutir acerca da diferença fundante da sociedade capitalista, que é a diferença de classe, como lembra Wood (2003). Seriam essas as novas formas de participação social junto à promoção da participação repolitizada pelo consenso do voluntariado e do chamado terceiro setor, pautando-se num abstrato “bem comum”?

Na terceira competência, o “aprender a fazer”, estão presentes componentes que buscam introduzir a noção de empregabilidade na educação, como forma de justificar a inserção, ou não, do trabalhador no mundo do trabalho. Isso fica explicitado na defesa dessa “competência”, ao se relacionar com a necessidade de atuar “... produtivamente para ingressar e permanecer no novo mundo do trabalho” (Instituto Ayrton Senna, 2004). Assim, a não inserção

adviria de uma atuação não produtiva. Por isso, caberia à Educação tornar os sujeitos empregáveis para a exigência do “novo mundo do trabalho”, mesmo que este seja o do trabalho precarizado e informal, quando há.

A novidade nesse campo pode ser expressa pela dimensão midiática que tal movimento tem recebido nos últimos tempos. Como evidência disso podemos apontar as inúmeras reportagens de jornais, televisões e revistas.

Aqui nos deteremos ao Caderno do jornal O Globo, Razão Social, que divulga as ações do chamado “terceiro setor”. A edição de agosto de 2003 tinha o emblemático título de capa: “Está na Hora de Virar Este Jogo: ídolos do esporte usam prestígio para criar ONGs e Fundações de auxílio a pessoas carentes”. No interior dessa publicação há a seguinte reportagem: “Craques que suam a camisa para virar o jogo social”. Nessa linha, a reportagem começa a discorrer sobre essa nova onda de ações dos ex-jogadores, apontando não ser coincidência que todos esses viveram na Europa, quando tiveram contato com sociedades diferentes da brasileira, onde essas ações são práticas comuns.

A partir disso, temos um quadro das novas configurações dessas ações, incluindo a atuação conjunta com empresas e suas fundações. Assim, a reportagem torna-se novamente emblemática quando afirma que “num aumento de consciência que não pára de crescer nos últimos anos, diversos craques dedicam vida pós-campo ao jogo duro da inclusão social. Melhor ainda: estão trazendo com eles alguns pesos-pesados da economia, aumentando os investimentos (...)” (p. 12). Ou seja, pratica-se a noção de responsabilidade social das empresas, se articulando com ONGs na implementação de ações que podem sem problemas cumprir funções do Estado, como expressou Raí em nossa epígrafe.

Tendo claro os fundamentos e dimensões políticas do chamado “terceiro setor” e seu papel na consolidação do projeto neoliberal, torna-se claro e elucidativo os títulos da referida reportagem, bem como a importância que o esporte possui nesse processo. Essa clarividência nos possibilita afirmar que a consolidação do esporte como um direito social é amplamente dificultado pela ação pretensamente solidária e repolitizada desses organismos de ex-jogadores.

Não por acaso também notamos um grande incremento de ações esportivas no âmbito das chamadas fundações empresariais. Assumindo o discurso da formação integral, da promoção da cidadania, do desenvolvimento da auto-estima, das melhorias/avanços na educação, de diminuição da evasão escolar, muitas empresas começam a promover ações sociais esportivas,

através de seus Institutos e Fundações. Outra mudança que fica clara é a natureza da participação das empresas na implementação dessas ações. Se antes evidenciávamos a existência de “patrocinadores”, hoje se fala em “parceiros”. Não apenas alguém que financia, mas que se preocupa e se ocupa; que dá atenção, que se envolve com essa ação por acreditar. Assim, muda-se a natureza política do envolvimento do empresariado, através de seus organismos, fundações e institutos.

Isso também pode ser evidenciado a partir do Projeto de Lei enviado pelo Governo Lula ao Congresso em Julho de 2004 para criar uma Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte, nos moldes da lei Rouanet de incentivo à cultura. Como afirma o Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz (2004, p. 06), “... investir em esporte é um excelente negócio. (...) Qual empresa não deseja colar sua marca sua imagem a um negócio que é identificado em todo mundo com vitória, beleza e solidariedade?”. Buscando inserir mecanismos legais de renúncia fiscal para empresas, o Governo Lula pretende dar mais um exemplo de sua subserviência às regras do jogo no projeto neoliberal, já que em “... nosso país, temos combinado escassez de recursos públicos com falta de motivação para as empresas investirem”.

Como forma de legitimar tal medida, Queiroz vale-se de um argumento já conhecido na Educação Física. Falamos da recorrente menção a um dado da Organização das Nações Unidas (ONU) acerca da relação que há entre o investimento de cada dólar com o esporte em relação a uma economia de três (3) dólares com saúde. Para além da relação linear entre saúde e esporte, algo que tem sido criticado na Educação Física, torna-se emblemática a afirmação de Queiroz “de que não há cálculo de quanto se deixa de gastar em segurança. (...) estimular o esporte é criar uma cultura da paz”. Sem considerar os argumentos monetaristas quanto aos direitos sociais como saúde, esporte e segurança, tornam-se emblemáticas as relações simplistas e mecânicas que se tenta estabelecer entre a prática esportiva e a diminuição de crimes. Seria essa uma oficialização do salvacionismo? Fica então a questão.

A outra vinculação explícita das ações no âmbito dos esportes, referente às novas relações Estado e sociedade civil, é a promoção do voluntariado como forma de enfrentar as questões sociais. Seja no programa “Amigos da escola”, onde era constante o incentivo para que doassem parte de seu tempo para ensinar algum esporte aos alunos das escolas, nos chamados projetos sociais, ou também em programas de empresas com a mesma finalidade. Nesse último, temos o exemplo da atuação do Instituto Escola Brasil que conta com a ação voluntária dos

funcionários do Banco Real ABN Anro, incentivados por um programa do próprio banco, estando diretamente articulado a essa noção em nosso tempo. Mas essas não são as únicas experiências de promoção do Voluntariado nas ações sociais de esporte. As Fundações de esportistas também promovem campanhas em torno da participação de Voluntários, podendo os interessados inscreverem-se através das páginas na Internet desses organismos. Nesse processo, a Fundação CAFU, do capitão do pentacampeonato de Futebol, apresenta em sua página na Internet¹¹, dez argumentos sobre a importância do Voluntariado. Assim, temos que:

No voluntariado todos ganham: o voluntário e aquele com quem o voluntário trabalha, a comunidade. Ao mobilizar energias, recursos e competências em prol de ações de interesse comum, o voluntariado combate à indiferença, a discriminação e a exclusão social, fortalece a solidariedade e a cidadania, reforça o pertencimento de todos a uma mesma sociedade. Ajudando aos outros, ajudamos a nós mesmos e a todos (Fundação Cafú, 2004).

Já a Fundação Gol de Letra, com um argumento melhor elaborado, segue o mesmo caminho. Além da premiação de Voluntário de ano 2000, recebida por Raí, essa promoção está expresso da seguinte forma em sua página¹² na internet:

O capital humano é a força condutora de qualquer empreendimento, e na ação social não é diferente, por isso os voluntários formam um elo fundamental para o desenvolvimento da Fundação Gol de Letra. O voluntário pode compartilhar sua experiência profissional ou atuar com uma proposta diferenciada. Hoje, a instituição conta com cerca de 30 voluntários que realizam atividades na área de saúde, administrativa, pedagógica, e social durante, no mínimo três horas semanais (Gol de Letra, 2004).

Notamos que há uma importante mudança no discurso de legitimação das políticas de esporte desses organismos privados. Abandona-se quase por completo o discurso da formação/ descoberta de novos talentos. Em seu lugar, surge a vaga idéia de promoção/resgate da cidadania, inclusão social e melhorias nos índices educacionais. Isso, a partir do esvaziamento do conceito de cidadania, valendo ainda da aceitação social que o termo possui, associando-o linearmente à prática esportiva de jovens e crianças, numa espécie de relação de causa e efeito.

¹¹ www.fundacaocafu.org.br

¹² www.goldeletra.org.br. Também notamos programas de Incentivo ao Voluntariado na página do Instituto Guga Kuerten, numa seção intitulada **Faça Parte**. Maiores informações ver www.igk.org.br.

Isso fica claro na fala de uma coordenadora de projetos que envolvem o Instituto Ayrton Senna, o ministério dos Esportes e grandes empresas, quando afirma pretender trabalhar com esportes “... não com a finalidade de transformar as crianças em grandes atletas, mas ferramenta de educação integrada, que irá catalisar as competências sociais, pessoais, cognitivas e produtivas que elas podem desenvolver”. Afirma ainda que muitas empresas não investem no esporte porque só conhecem a dimensão da formação de atletas. Assim, “... temos que buscar fazer com que o esporte também tenha o poder de educar para vida, para valores e para competências a serem desenvolvidas” (Herculano, 2004).

Esse culto/louvor da participação do “terceiro setor” na implementação das políticas de esportes não tardou a chegar no mundo acadêmico. No que diz respeito à Educação Física podemos apontar os recentes trabalhos de Patrícia Zingoni (1998; 2003) como um exemplo disso. A referida autora circula pelo campo dos estudos em políticas públicas de esporte e lazer, dispondo de um certo reconhecimento.

Zingoni (1998; 2003), como mecanismo para promover a “participação”, propõe a ação conjunta do Estado e da sociedade civil, entendida como “terceiro setor”, por meio do que chama de ações descentralizadas. Apesar disso, argumenta a favor do “terceiro setor”, sem com isso relaciona-lo a parte empírica da análise de um programa da Prefeitura de Belo Horizonte.

Notamos em seus textos uma certa apologia do “terceiro setor”, sem com isso explicitar quais seriam as implicações disso para uma efetiva democratização nas políticas públicas de esporte e lazer. Apoiando-se em Rubem César Fernandes e Ruth Cardoso, Zingoni (1998, 2003) afirma ser o “terceiro setor” a possibilidade de realização de políticas públicas participativas, no qual a “sociedade civil” poderia se fazer presente. Contudo, não debate quais os organismos na sociedade civil comporiam este “terceiro setor”. A idéia de um todo homogêneo, e que a participação da sociedade civil, por si, garantiria uma feição mais democrática, também se faz presente nesses estudos.

Em outro momento, Zingoni (2003) discute a necessidade de ações descentralizadas e participativas no bojo da implementação das políticas públicas de esporte e lazer. No entanto, não problematiza quais seriam as implicações políticas dessa descentralização, e nem o porquê desse assunto voltar a cena. Ao fazer a crítica ao neoliberalismo, suas posições adquirem uma dubiedade, adotando argumentos semelhantes aos do Banco Mundial ao defender o clamor dessas ações descentralizadas e “participativas”. Não considera que, antes de promover uma

democratização do Estado, tais ações podem gerar uma privatização branca, ocorrendo um processo de desconcentração, no qual a execução focalizada é delegada aos organismos na/da sociedade civil, no caso o chamado terceiro setor, ficando o Estado (os executivos municipais) dirigindo o processo.

Não obstante, Zingoni (2003, p. 224) corrobora os argumentos dos teóricos neoliberais da 3ª via “... de que o modelo de provisão de políticas sociais no qual o Estado desempenhava todas as funções está, praticamente, superado. Os desafios colocados para o equacionamento dos problemas sociais ultrapassam a atuação do poder estatal(...)”. A autora, então, oferece o que considera a “solução” para enfrentar esse limite da atuação do Estado: a parceria com o “terceiro setor” e a iniciativa privada que, “... por conta e riscos próprios, criam e implementam soluções inovadoras para atender as grandes demandas sociais existentes no país” (225).

Enfatizando a dimensão da gestão das políticas públicas, Zingoni parece abstrair conflitos de classes e interesses, bem como projetos de sociedade que vão entender conceitos como participação, descentralização e sociedade civil a partir de matrizes políticas diversas. Assim, tudo parece ser apenas uma questão técnica, de gestão, e não de um encaminhamento político que vá direcionar as soluções e os caminhos diversos.

Por conseguinte, são emblemáticas as conclusões da autora, quando aponta o papel da “... participação (...) na consolidação da emancipação, contrapondo-se, nas políticas públicas, às práticas paternalistas da relação entre Estado e sociedade civil” (1998, p.44). Contudo, sem explicitar os sentidos da emancipação, menos ainda como se dão as relações paternalistas entre Estado e sociedade civil, Zingoni, à guisa de conclusão, defende serem as ações do “terceiro setor” um “... caminho para uma ação social conseqüente e eficaz”. Assim, também na Educação Física, esta concepção busca espriar-se.

O importante trabalho de doutoramento de Maria Alice Gonçalves (2003) sobre a Vila Olímpica da Mangueira também se insere na mesma linha. A autora estudou a trajetória da referida Escola de samba até a promoção do que chamou de políticas sociais. Embora não trabalhe explicitamente com a idéia de “terceiro setor”, preferindo enfatizar o que chama de políticas sociais por dádiva, configurando o “quarto setor”, suas proposições seguem caminhos parecidos aos dos teóricos da 3ª via. Baseia-se na chamada Teoria da Reciprocidade, que teria como base às formulações de Marcel Mauss sobre dádiva, e também na sociologia das

configurações. Apesar disso, embora se refira ao “quarto setor”, Gonçalves discute as ações da Mangueira com argumentos semelhantes ao debate do “terceiro setor”.

A ênfase no que ela chama de modelo da dádiva, se baseia em teorias antropológicas sobre formações sociais menos complexas. Essas teorias consideram as políticas públicas segundo diferentes critérios do Estado, que teria como princípio a obrigação e a igualdade, e também do mercado, que seria baseado no interesse e na liberdade. Assim, a dádiva “... mescla todos eles, pois (...) há, ao mesmo tempo, liberdade e obrigação, interesse e desinteresse” (Gonçalves, 2003). Partindo de bases teóricas menos convencionais quanto ao debate de políticas públicas, a autora busca novos caminhos para legitimar as ações públicas não estatais, abstraindo e tornando a implementação de políticas sociais de maneira aparentemente despolitizada. Isso fica claro quando a autora firma que:

O interesse pelo campo do social(sic)- aquele que difere do mercado e do Estado - tem como justificativa a preocupação dos teóricos da reciprocidade em retrazar os caminhos de reconstrução do laço social, apostando, assim, na possibilidade de construção de novas formas de convivência social (p. 63).

Como aponta explicitamente Gonçalves (p. 48), a implementação de ações sociais em escolas de samba, através do que chama de “parcerias”, seja com órgãos públicos ou privados, objeto da autora, podendo ser ampliado para os organismos na/da sociedade civil, está em consonância com as diretrizes e concepções acerca das políticas públicas no projeto neoliberal. Gonçalves nos ajuda a compreender como a referida experiência apresenta-se como importante divulgador da nova noção de ações sociais, implementadas por organismos na/da sociedade civil.

No caso dos esportes, essa delegação da execução das políticas públicas aos organismos na sociedade civil através do chamado “terceiro setor”, pode ter sérias conseqüências no que se refere à democratização do acesso/permanência do esporte como um direito social. Em outras áreas, com debates mais amadurecidos e legitimidade social do papel do Estado, isto já se configura como um grande avanço das concepções privatistas, em geral corroborando com as concepções de atendimento seletivo, precarizado, focalizado, além de não configurar estratégias de afirmação da idéia de direito social. No caso das políticas públicas de esporte que, num quadro de escassez generalizada, tendem a ficar em segundo plano, embora não esquecidas, a opção corrobora para que o esporte não se configure como um direito social, e sim como um serviço, que poderá ser conseguido ou no mercado da atividade física com clubes, academias e escolinhas

pagas, ou então contar com a “solidariedade” de atletas, com a “responsabilidade social” de grandes empresas ou ainda com a ação dos voluntários. Ao invés direitos, favores e assistência.

Com esse debate sobre o esporte e sua relação com as políticas públicas, podemos compreender o que representa a experiência da Maré, bem como as vicissitudes deste processo. O que tal experiência tem de singular? O que nela se insere na conjugação maior das políticas públicas em geral, e do esporte em particular?

CAPÍTULO 4: VILA OLÍMPICA DA MARÉ: OS CAMINHOS DA PESQUISA

Neste capítulo apresentaremos a trajetória da Vila Olímpica da Maré (VOM), localizada no conjunto de favelas da Maré no Rio de Janeiro. Abordaremos desde seu surgimento, da sua consolidação até o momento da interrupção de seu funcionamento em dezembro de 2003. Com isso, poderemos compreender como se deu esse processo de constituição e as articulações com diversos outros organismos na sociedade civil, como outras ONGs, órgãos da Universidade, bem como sua relação com setores da aparelhagem estatal, neste caso o executivo Municipal do Rio de Janeiro.

Assim, compreender qual a especificidade educativa de um programa de políticas públicas de esporte, que em suas discussões iniciais já surge com a forma de criação de um organismo na sociedade civil para gestão dessa política, é um desafio que nos levará a considerar as novas configurações da relação Estado e sociedade civil nos anos 1990, influenciando assim a experiência analisada.

Isso será feito a partir dos diversos documentos produzidos pela ONG UEVOM e também por outros organismos envolvidos na constituição da VOM, além de contar com a experiência pessoal como professor no referido programa por três anos. Não obstante, através de entrevistas com os principais atores envolvidos no processo- que totalizaram mais de 11 horas de gravação-, poderemos ter uma visão mais aprofundada, auxiliando em nossa análise.

Diante disso, faz-se necessário apresentarmos o local onde acontece o programa que é objeto dessa pesquisa, visando apreender sua constituição, seus dilemas, características e sua relação com o Estado e as políticas públicas. Estamos falando da Favela da Maré, onde poderemos traçar a história política que culminou na efetivação da Vila Olímpica da Maré.

4.1 ENTRANDO NA MARÉ

Hoje a Favela ou Complexo da Maré, na verdade, é um conjunto de dezesseis “Comunidades” que a constituem. Por ordem demográfica na Maré temos as seguintes “comunidades”: Parque União, Vila dos Pinheiros, Parque Maré, Baixa do Sapateiro, Nova Holanda, Vila do João, Rubem Vaz, Marcílio Dias, Morro do timbáu, Conjunto Esperança, Conjunto Salsa e Merengue, Praia de Ramos Conjunto Pinheiros, Nova Maré (Casinhas), Roquete Pinto, Bento Ribeiro Dantas (Fogo Cruzado) e Mandacaru.

Localizada entre três das principais vias de acesso à cidade –Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela- bem como próxima ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), a Maré possui uma população de mais de cento e trinta mil pessoas (132.176) representando 2,26% da população do município do Rio de Janeiro e 0.97 % dos habitantes do estado do Rio de Janeiro (Ceasm, 2003).

A constituição da Favela da Maré insere-se na consolidação da formação sócio-espacial própria do Rio de Janeiro. As favelas, enquanto espaços de habitação e sociabilidade dos setores pobres, possuem uma história secular. Não abordaremos com profundidade o desenvolvimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro por julgarmos que tal tarefa já foi bem realizada por outros autores (Valla, 1986; Zaluar & Alvito, 1999).

A favela da Maré tornou-se conhecida nacionalmente através da música “Alagados” do grupo de Rock Paralamas do Sucesso, que denunciava sua terrível situação com as palafitas. O Brasil, assim, conhecia a Maré. O Rio de Janeiro foi “obrigado” a conhecê-la um pouco antes. Nos anos 1960 e 70, era conhecida por ser o destino, a princípio provisório, e que se tornou definitivo para muitos, de diversos moradores removidos pelos Governos quando da já comentada onda remocionista, que marcaram as políticas públicas para as favelas nesse período.

As palafitas fizeram parte da Maré desde o seu início, tanto na Baixa do Sapateiro, como no Parque Maré. Como a Baía de Guanabara vinha até quase a Avenida Brasil, restava aos moradores construir suas casas e barracos sobre as águas- então relativamente limpas. Devemos ainda considerar que expressiva parte do aterro da Maré foi feita gradativamente pelos próprios moradores, face à urgente necessidade de habitação.

Sem desconsiderar a existência de habitações populares anteriores à década de 1940 na região, podemos dizer que a partir daquele momento, começava a se configurar o que hoje chamamos de Favela, Complexo ou Bairro da Maré, ou então simplesmente Maré. Surgem as primeiras casas e barracos onde hoje se localizam as “comunidades” da Baixa do Sapateiro, Parque Maré e do Morro do Timbau – única área naturalmente de terra firme.

A cidade do Rio de Janeiro começava a expandir seu parque industrial de maneira significativa para as regiões mais distantes do Centro, como a região da Leopoldina, impactada pela construção da Avenida Brasil em 1946. A área hoje ocupada pela Maré favorecia a ocupação, por tratar-se de uma área cuja propriedade era desconhecida, em boa parte terras devolutas e terrenos da Marinha e/ou União. Próxima à área industrial e à principal via de acesso

(Avenida Brasil), cujos terrenos de pedreiras, encostas e manguezais não despertavam interesse da especulação imobiliária.

Por outro lado, a construção da Cidade Universitária na Ilha do Fundão para abrigar a então Universidade do Brasil (hoje UFRJ), também influenciou na ocupação do espaço da Maré. Esse processo demandou o aterro do Conjunto de oito (8) Ilhas, para que começasse a ser construída a Cidade Universitária. A obra teve início no fim dos anos 1940, e praticamente estendeu-se por duas décadas, alterando de maneira radical toda a estrutura sócio-ambiental da região, além de representar outro campo de trabalho, sobretudo na construção civil, para os moradores da Maré. Não obstante, muitos dos antigos moradores das Ilhas aterradas, tendo suas casas desapropriadas no processo, também passaram a morar na região (Ceasm, 2003).

Até mesmo a Copa de 1950 e a construção do Estádio do Maracanã influenciaram indiretamente na efetivação da Maré. Por conta desses eventos, houve a necessidade da transferência da unidade militar, 1º Regimento de Carros de Combate (RCC)- no terreno que seria o Estádio- para outra área da cidade, no caso os terrenos antes ocupados por chácaras, em Bonsucesso, junto à Avenida Brasil, o que foi efetivado em 1947. Instalado defronte ao Morro do Timbáu, e sob a alegação de evitar a ocupação de “seus” terrenos, essa unidade militar buscou controlar a área, derrubando barracos, controlando a entrada de moradores através da colocação de cercas de arames farpados e cobrando dos moradores “taxas de ocupação” (Ceasm, 2003).

Houve resistências de diversas formas por parte dos moradores, inclusive com a criação, em 1954, da terceira Associação de Moradores em Favelas no Rio de Janeiro. Um episódio central foi quando uma das primeiras moradoras, Dona Orozina, ao escrever uma Carta a Getúlio Vargas denunciando aquela situação, obtém do Presidente, uma resposta que se tornaria uma espécie de salvo conduto. Com isso, os militares tiveram que diminuir a repressão aos moradores da Maré.

Já no Governo Carlos Lacerda (início dos anos 1960), quando começam as ações sistemáticas de remoção em outras favelas, alguns desses recém removidos são trazidos para a região da Maré, formando, a partir da famosa Rua Teixeira Ribeiro, a Nova Holanda. Pensada como Centro de Habitação Provisória, um local de triagem dos “removidos”, acabou se consolidando como uma das principais “comunidades” da Maré. Inicialmente, possuíam estrutura melhor que os outros barracos, mas como eram proibidas melhorias nas casas- já que eram “provisórias”- elas rapidamente se deterioraram. Diante disso, conta-se que as melhorias e os

aterros complementares eram feitos pelos moradores durante a noite para que a fiscalização não derrubasse as obras (Ceasm, 2003).

A ameaça de remoção se fez presente na Maré por muito tempo. Primeiro, com a proposta de construção de uma via paralela à Avenida Brasil, para “desafogar” o trânsito desta. Depois, no fim dos anos 1970, surge o Projeto Rio, uma iniciativa do Governo Federal, com o apoio do Governo do Estado. O projeto visava sanear a orla da Baía de Guanabara, intervindo desde o Caju até Duque de Caxias. Embora o projeto inicial contemplasse a previsão de remoções de algumas áreas, isso não chegou a acontecer, até mesmo pela resistência dos moradores, que criaram a CODEFAM (Comissão de Defesa das Favelas da Maré).

Pautado no discurso de urbanizar a região, acabando com as palafitas, que no momento abarcavam 1/3 dos habitantes da Maré, cria-se o PROMORAR (Programa de Erradicação das Favelas). Assim, inicia-se o Projeto RIO, que tinha como objetivos acabar com as palafitas, financiar habitações populares, regularizar a propriedade dos terrenos, e urbanizar a área seca do Timbáu ao Parque União, com o alinhamento das ruas e instalação de rede de esgotos e abastecimento de água. Além disso, também pretendia-se a ampliação das redes de energia elétrica, com o fim das comissões de luz, e a criação de uma área de lazer nos moldes do Aterro do Flamengo - área onde hoje funciona Vila Olímpica da Maré - e a construção de um sistema viário alternativo à Avenida Brasil.

O Projeto Rio altera sobremaneira o espaço físico da Maré, principalmente com o aterro da região das palafitas e a criação dos conjuntos habitacionais como o Conjunto Pinheiros, a Vila dos Pinheiros, o Conjunto Esperança e a Vila do João (homenagem a João Figueiredo) onde os moradores das palafitas passaram a viver¹.

Outra intervenção que incide sobremaneira na Maré foi a construção da Linha Vermelha, o projeto de construção de uma via alternativa à Avenida Brasil. Com isso, a Maré ganha maior visibilidade, já que a ligação entre a Baixada Fluminense, e, sobretudo, do Aeroporto Internacional Galeão- hoje Tom Jobim- com o Centro da cidade do Rio de Janeiro passam a se dar por esta via. A Maré deixa de ficar escondida atrás da Avenida Brasil para ganhar visibilidade. Fica mais difícil esconder a pobreza e a miséria diante dos olhos do mundo.

¹ Restaram algumas palafitas na região de Ramos, onde estão as comunidades mais distantes, mas, que segundo a PMRJ fazem parte da Maré, como Roquete Pinto e Marcílio Dias. Essas palafitas foram derrubadas em 1994 e seus moradores transferidos para o Conjunto Nova Maré, também conhecido como “Casinhas”, localizado às margens da Linha Vermelha, em frente à Vila Olímpica da Maré

A Maré tem uma dupla característica de Favela formada, tanto pela iniciativa dos moradores, como pela formação de Conjuntos Habitacionais pelos governos. Assim, em 1994, 1995 e 1997 surgem mais três “comunidades” através da construção governamental das casas. Temos o Conjunto Bento Ribeiro Dantas, situado às margens da Linha Amarela, construído em 1994. Depois, temos o Conjunto Nova Maré, em 1995, e em 1997 é realizado o Conjunto Salsa e Merengue.

Assim, a Maré ganha a forma que possui hoje. Estendendo-se de Manguinhos até Ramos; do Conjunto Esperança, em frente à Refinaria de Manguinhos, na Avenida Brasil, até o Marcílio Dias, depois do Piscinão de Ramos. Surge então o Bairro da Maré, a partir da assinatura de um decreto pelo prefeito César Maia, então no segundo mandato, em Janeiro de 2003, transformando as diversas “comunidades” que formam a Favela da Maré no Bairro da Maré, com uma Região Administrativa própria. Para isso, são consideradas como parte da Maré, comunidades que não se sentem partes da Maré, ou seja, que se vinculam com outros bairros da cidade. Estamos nos referindo às “comunidades” de Ramos, Roquete Pinto, Marcílio Dias e Praia de Ramos.

Mesmo que essa identificação da Maré como um Bairro da cidade tenha vindo por decreto, isso implicou na cobrança das promessas para que a região se configurasse efetivamente como um Bairro. Nesse processo de “constituição” da Maré como um bairro há dimensões relevantes para pensarmos. Primeiro, falamos da substituição de um termo eivado de carga negativa, a “favela”, por outro mais aceito socialmente, como bairro. Isso traz implicações na auto-estima do morador. Contudo, nos leva a questionar se a Maré pode ser considerada como um bairro frente às enormes contradições sociais. Além do processo ter sido fruto de decreto, a carga social, o estigma sobre o termo favela ainda é muito forte, o que tem levado muitos moradores da Maré a omitirem o fato de lá morarem, dizendo-se moradores de Bonsucesso, Ramos ou Manguinhos, por conta de histórias anteriores de preconceito, que acarretaram, entre outras coisas, na dispensa de possível emprego ou mesmo em dificuldades para abertura de um simples crediário.

No que tange à nossa pesquisa, a criação da União das Associações de Moradores da Maré (UNIMAR), em 1995, é decisiva. Sua criação buscou o fortalecimento de uma base de reivindicações para a Maré como um todo, e não apenas para uma ou outra “comunidade”, definindo-se assim, uma pauta específica de cada “comunidade”, como também uma pauta geral

para a Maré. Na composição da diretoria da UNIMAR, os cargos são ocupados pelos presidentes das Associações. A criação de um Centro Esportivo no molde da experiência do Morro da Mangueira torna-se uma de suas bandeiras de luta.

A UNIMAR representou um novo posicionamento político da/na Maré perante a cidade, os governos e outras entidades na sociedade civil, como ONGs, organismos filantrópicos e empresas. Pela dimensão populacional do conjunto de “Comunidades”, sua entidade representativa tinha um peso político considerável, que não poderia ser ignorado por nenhuma força.

A partir da segunda metade dos anos 1990 começam a pulular notícias sobre a Maré por conta da violenta disputa por pontos de vendas de drogas entre quadrilhas rivais. Se na década anterior sua imagem era vinculada às palafitas, nos anos 1990, a “guerra” entre traficantes ganha maior destaque. A imagem de um espaço monoliticamente dominado por traficantes torna-se majoritária. O fato da Maré se localizar perto das três vias principais de acesso ao Rio, confere uma maior visibilidade aos acontecimentos.

A Maré é “dividida” em duas ou três regiões, de acordo com a conjuntura “política” flutuante estabelecida entre as facções do tráfico. Há uma presença mais ou menos equilibrada das três maiores facções de tráfico presentes. No momento, o Comando Vermelho comanda o tráfico nas “comunidades” da Nova Holanda, Parque União, Rubem Vaz. Já o Terceiro Comando domina o tráfico na Baixa do Sapateiro, Morro do Timbáu. Por outro lado, a facção Amigos dos Amigos (ADA), uma dissidência do Terceiro Comando, domina o tráfico na Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Vila do João e Conjunto Esperança. É importante saber que esta “conjuntura” se altera, já que sempre há tentativas de domínios das áreas rivais, o que leva essas facções, algumas poucas vezes, a aproximarem-se.

Por conta disso, algumas áreas tornam-se fronteiras imaginária, onde os moradores de determinada área não seriam bem vistos em outras, podendo haver possíveis represálias por morarem na “comunidade” dominada pela facção rival. Mesmo os moradores, que em sua maioria não possuem nenhum envolvimento com o tráfico, estão de certa forma sujeitos. Isso tem grande implicação no processo de escolarização e/ou socialização, já que as escolas situadas em “comunidades” dominadas por facção rival são “evitadas” por pais de alunos. Entretanto, isso não pode ser visto de maneira monolítica, já que, apesar disso, ainda há algumas (poucas) possibilidades de convivência mútua. Assim, espaços de convivência comum entre jovens,

crianças, adultos e idosos de diversas áreas da Maré, que hoje têm poucas possibilidades de contato, são importantes na construção de novas relações sociais.

Frente a isso, algumas áreas da Maré são desconhecidas para moradores geograficamente próximos. Há zonas proibidas, de circulação restrita para moradores de comunidades diversas, onde as possibilidades de contatos/relações sociais são diminutas. Uma espécie de “Faixa de Gaza”, de ódio compartilhado não apenas pelos envolvidos diretamente no tráfico. Sobretudo algumas crianças e jovens identificam-se com esse código que define quem é amigo ou “alemão”. Isso implica, algumas vezes, em brigas, discussões, onde as supostas potencialidades de um determinado “comando” são evidenciadas ou rechaçadas, dependendo do local onde habitam os envolvidos na discussão.

A existência de quadrilhas fortemente armadas nesses espaços influencia diretamente a dinâmica da vida social, gerando sérios problemas para os moradores desses e outros bairros. A violência produzida torna a questão mais visível. Seja nos confrontos entre as facções rivais de traficantes, com policiais ou então nos lutos pela morte de algum envolvido com o tráfico, podemos dizer que os efeitos dessa violência não se restringem às favelas, embora lá os efeitos sejam sentidos de maneira mais drástica, seja pela ação legal e/ou ilegal da polícia, seja pelo impacto diário da existência de traficantes armados, com o constante do risco de confrontos.

Ainda encontra-se posturas lineares, simplistas e irresponsáveis na abordagem desta questão. Estamos falando da associação, quase que inexorável, entre pobreza, favela e criminalidade, que ressurge como nova versão do mito das classes perigosas, independente de se saber que o percentual de moradores envolvidos com o tráfico é insignificante face ao número geral de habitantes nas favelas.

A representação das favelas como espaços fora da cidade, ainda se faz presente. Às favelas e bairros pobres já foram atribuídos vários estereótipos ao longo da História: desde focos de doenças geradoras de mortais epidemias; habitações de malandros e vagabundos, negros inimigos do trabalho; amontoado promíscuo de população sem moral, e mais recentemente habitat de bandidos por excelência. Isso levou concebê-las somente como a imagem da carência e da precariedade, promovendo a idéia destes lugares como locais apenas da falta, do espaço a ser ocupado por qualquer iniciativa, tornando, então, foco em potencial da caridade, da filantropia, do bom samaritanismo, e como também uma espécie de bode expiatório dos problemas da cidade ao longo do tempo (Zaluar & Alvito, 1999).

A visão da favela a partir de uma referência dualista, como um outro mundo social ou como se fosse outra cidade, ainda se manifesta. Noções como centro/periferia, favela/asfalto, incluídos/excluídos, são comuns nos debates sobre favelas. Como afirmam Ribeiro e Lago (2000) torna-se sinal de prestígio intelectual a utilização de termos como “gueto”, “nova marginalidade”, “exclusão social”, tendo como resultado “... à produção intensa de imagens, idéias e práticas que reeditam o antigo mito da favelas como um outro mundo social à parte da cidade, diferente, identificado pela carência e desorganização” (2000, p. 4).

Torna-se emblemático, nessa linha, notar como a favela é definida pelo que não teria ou não seria em relação à cidade, a partir das visões dualistas aludidas acima. Como um eterno vir a ser. A favela, então, tornar-se-ia um bairro com as diversas melhorias a serem implementadas; tornar-se-ia, também, parte da cidade “formal” quando deixasse de ser “excluída”- para usar um termo da moda. Há, nessa linha de pensamento, uma naturalização das desigualdades e nenhuma historicidade na difícil condição social das favelas e de parte - significativa, mas não homogênea - de seus moradores. Como se isso também não fosse produção histórica, mas sim uma vontade divina ou fruto da incapacidade “nata” de seus moradores.

Tendo esses elementos claros, podemos compreender algumas especificidades a partir do importante trabalho produzido pelo CEASM. Estamos falando do CENSO MARÉ 2000, que nos permite um retrato mais próximo da realidade. Combinando as técnicas dos organismos estatísticos federais e municipais com o conhecimento advindo da práxis cotidiana, o censo nos permitiu dados mais fidedignos (Ceasm, 2003).

A Maré possui mais de 132000 habitantes, o que implicaria, caso fosse um Município, a 17ª posição, em termos populacionais, no estado. Isso a habilita a ser o maior conjunto de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Com isso, possui uma densidade demográfica bem superior a média municipal ($232,7/100^2$), sendo que apenas duas “comunidades” apresentam esta taxa menor que a média. Para explicitar, temos como exemplo as seguintes comunidades: Parque Maré ($965,9/100^2$), Rubem Vaz ($939,1/100^2$), Baixa do Sapateiro ($861,7/100^2$), Parque União ($722,5/100^2$) e Nova Holanda ($674,1/100^2$).

Tendo a Maré aproximadamente 30% (39000) de sua população entre 0 e 14 anos, a demanda por escolarização Infantil, fundamental e muito em breve, por ensino médio, é algo constante. Há, na Maré, 16 escolas públicas (municipais) de Ensino Fundamental e 03 de Ensino

Médio (estaduais), além de algumas poucas escolas privadas, que contribuem para que 94% das crianças entre 7 e 14 anos estejam matriculadas, ficando a apenas 0,9% da média nacional.

O fato de haver 6% de crianças fora da escola não pode ser atribuído apenas a falta de escolas e/ou vagas para esse nível de ensino. Questões sociais mais amplas, como o desemprego dos(as) chefes de família, o trabalho infantil, os conflitos familiares e a localização de escolas próximas às áreas de conflitos armados influenciam na continuação/evasão. Pode ser apressado atribuir essa questão apenas a falta de vagas, sem considerar outras questões pertinentes à Maré, mas também a dinâmica da sociedade. Apesar disso, em duas comunidades a taxa de crianças de 7 a 14 anos fora da Escola é gritante. Tanto no Conjunto Nova Maré, com 16,5%, como no Salsa e Merengue, com 11,4%, temos um quadro grave. No caso do Nova Maré é significativo já que há no seu entorno 3 CIEPs que poderiam receber essas crianças. Contudo, o fato desse conjunto estar localizado na “fronteira” com a Nova Holanda- representada apenas por um “valão”- e dois desses CIEPs estarem do outro lado deve ser levado em consideração para a existência dessa alta taxa

Quanto ao Ensino médio, a possibilidade de atendimento é muito restrita, já que há apenas três escolas na região, levando muitos jovens a se matricularem em escolas de outros bairros. Considerando que 30% da população da Maré tem entre 15 e 25 anos, há uma grande demanda a ser atendida.

Ainda sobre a educação, podemos apontar que, embora a taxa de analfabetismo na Maré- 7,9%- esteja abaixo da média nacional, em torno de 13,3%, apresentam-se bem acima da média municipal para o ano de 1999, que era de 3,4%. Essa pequena radiografia do sistema escolar da Maré indica a necessidade de enfrentamento urgente de dívidas históricas no que se refere às possibilidades educacionais de crianças, jovens, adultos e idosos.

No que se refere ao trabalho infantil, o censo CEASM constatou uma taxa de 2% de crianças entre 7 e 14 anos que trabalham. Comparando com a taxa municipal- 0,6%- colocando a cidade como a capital com o menor índice- a taxa da Maré nos indica um retrato do empobrecimento de adultos provedores das famílias, bem como o quadro de desemprego. Como a outra face da moeda do trabalho infantil acaba sendo a desescolarização, malgrado exceções, essa alta taxa de crianças que trabalham, implica, também, na alta taxa de crianças fora da escola. Não por acaso, as comunidades que apresentam maior taxa de trabalho Infantil (Nova Maré, Salsa e

Merengue e Vila do João) são as que apresentam maior taxa de crianças fora da escola, como podemos ver no referido Censo do Ceasm.

Debater sobre a Favela e/ou Bairro da Maré requer superar o olhar totalizante que a vê apenas sob a ótica da violência e/ou pobreza. Não se trata de negar a existência desses graves problemas, mas sugerir que estes não são fenômenos naturais, absolutizados como podem fazer crer as abordagens midiáticas.

Assim, poderemos ter uma visão ampla do que representou a Vila Olímpica da Maré em seu contexto, suas mediações políticas, seu papel educativo para a população *mareense*, em sentido amplo, frente ao processo das novas relações Estado e sociedade civil.

4.2 VILA OLÍMPICA DA MARÉ E A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO AO ESPORTE: CONSTITUIÇÃO DA ONG UEVOM À POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE DA SMEL

O termo “Vila Olímpica” foi consagrado a partir da experiência da Escola de Samba Mangueira. Vila Olímpica tornou-se sinônimo de projeto de esportes e lazer em bairros pobres e favelas. No imaginário coletivo presta-se a duas funções: a primeira, preparar as novas gerações de atletas do futuro, sendo uma espécie de “celeiro” de novos talentos; e a segunda, representaria uma forma de “afastar” os jovens da criminalidade e das drogas, através da prática esportiva.

Esses sentidos e “funções” que teriam as Vilas Olímpicas lhes são atribuídos diariamente nos principais meios de comunicação e também em manifestações públicas de seus dirigentes. Longe de aceitá-las sem questionamento é importante compreendermos como esse discurso é bem recebido na sociedade, representando quase uma fórmula inconteste: “jovem que pratica esporte não se envolve com drogas”, ou ainda “o esporte é importante para afastar os jovens do mundo do crime”. A partir desses argumentos salvacionistas, as Vilas Olímpicas são pensadas como um modelo de política pública de esporte para a juventude pobre no Rio de Janeiro, ganhando grande destaque no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000.

A trajetória da Vila Olímpica da Maré- VOM- pode ser dividida em dois períodos: o primeiro vai desde as discussões iniciais no âmbito da UNIMAR -União das Associações de Moradores da Maré-, passando por sua aproximação inicial com o VIVA RIO, a Prefeitura do

Rio de Janeiro, através de sua secretaria de Habitação, a COPPE/CENTEX² e, posteriormente, com a Petrobrás, que a financiaria. Este “período” vai até o fim da gestão de Luiz Paulo Conde na PMRJ no ano 2000. O segundo “período” se inicia com a reaproximação da Prefeitura, via Secretaria de Esportes e Lazer (SMEL) no início do ano de 2001 quando César Maia é eleito. Com isso, a VOM passa por diversas mudanças de ordem política, econômica e também na dinâmica de seu funcionamento, como veremos posteriormente. Para efeito deste trabalho, consideramos que essa fase termina com o fechamento da VOM em dezembro de 2003, após a renúncia do Presidente da ONG UEVOM -União Esportiva Vila Olímpica da Maré³.

Tal divisão nos permitirá compreender as mudanças qualitativas que foram ocorrendo em todo o processo de constituição, consolidação e fechamento da VOM e sua relação com os diversos atores envolvidos, principalmente o Estado.

4.2.1 UNIMAR: O INÍCIO DA IDÉIA DA VILA OLÍMPICA DA MARÉ

A idéia de um Centro Esportivo na Favela da Maré se deu a partir da criação de uma Associação, no início de 1995, que congregasse as Associações de Moradores de todas as “comunidades” que formam o chamado Complexo da Maré⁴. Assim, a criação do referido Centro Esportivo tornou-se uma de suas bandeiras de luta. Esse processo contou com “assessoria” de pessoas de fora da Maré. A partir daí, as lideranças comunitárias começam a buscar articulações com os executivos municipal, estadual e federal. É importante ter em conta a conjuntura política do momento. No Rio de Janeiro os executivos, municipal e estadual, eram de partidos da base de sustentação do Governo Federal (FHC-PSDB), com Marcelo Allencar (1995/98-PSDB) no governo do Estado e César Maia (1993/96- PMDB depois PFL), a despeito de disputas internas no Rio de Janeiro.

Como forma de viabilizar o projeto da VOM, a UNIMAR precisava dessa interlocução com os governos. Foram conseguidas audiências com o Governador Marcelo Allencar e com o Prefeito César Maia, no primeiro semestre de 1995, quando se fez a apresentação do projeto elaborado pelo Engenheiro Edgar Amaral. O Prefeito César Maia

² Instituto de Pesquisa e Pós Graduação em Engenharia da UFRJ/ Projetos Centros de Excelência.

³ A VOM retomou suas atividades em julho de 2004

⁴ No momento de formação da UNIMAR, a Favela da Maré era composta por 13 comunidades: timbáu, Baixa do Sapateiro, Nova Holanda, Parque Maré, Parque União, Vila dos Pinheiros, Vila do João, Conjunto dos Pinheiros Rubem Vaz, Marcílio Dias, Roquete Pinto, Conjunto Esperança, Praia de Ramos.

interessou-se pelo projeto, confirmando que a PMRJ viabilizaria metade das obras, caso o Governo Federal viabilizasse a outra metade.

O Governo Federal, através do Ministério Extraordinário dos Esportes, cujo titular era Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, também foi procurado. Um dos diretores da UNIMAR viajou a Brasília para resolver outras questões do movimento comunitário e aproveitou para tentar reunir-se diretamente com Pelé, o que não aconteceu. Foi então designado um assessor para recebê-los. Apesar disso, houve um grande interesse do Ministério dos Esportes quanto ao assunto (Dominguez, 2003).

Entretanto, após todos esses contatos, não aconteceram os esperados avanços nas negociações sobre a implementação da VOM. Inclusive no movimento comunitário da UNIMAR, houve mudanças, por conta do pouco envolvimento posterior do 1º Presidente. Com isso, elege-se uma nova diretoria, com a qual se tenta retomar os debates sobre a VOM.

Com essa dispersão do grupo da UNIMAR, dentro da PMRJ, no segundo semestre de 1996, começaram debates sobre a implementação de um Centro Esportivo, envolvendo o VIVA RIO e outras lideranças comunitárias da Maré. Assim, o grupo da UNIMAR, na condição de proponente inicial, exige a participação nesses debates. Sua expressividade interna como líderes comunitários, reconhecidos que eram na Maré, os credenciava a participar do processo da VOM (Entrevistado G). Nesse contexto, há uma aproximação do VIVA RIO com a UNIMAR, não apenas no que tange ao tema e questão, mas também em termos de outros projetos, como por exemplo, a implementação do projeto de Educação à distância denominado TELESALAS. Nessa aproximação surge a idéia da realização de uma Pré-Olimpíada na Maré.

Devemos lembrar que no ano de 1996, a cidade do Rio de Janeiro foi palco da campanha em torno de sua candidatura à sede dos Jogos Olímpicos de 2004. No projeto da “RIO 2004”, as instalações para os atletas e os locais das partidas seriam na Ilha do Fundão, ao lado da Favela da Maré, o que de certa forma favorecia a idéia de criação de uma “Vila Olímpica” naquela região.

Na percepção dos envolvidos na referida campanha- e também no processo de implementação da VOM- a construção de um Centro esportivo na Maré, marcada pelas notícias referentes à “guerra” entre traficantes, mortes e outras notícias sobre violência, representaria uma importante possibilidade de modificar a imagem da Maré e do Rio de Janeiro perante os olhos do mundo, que durante os Jogos a conheceria de perto.

Não por acaso, uma das maiores preocupações de alguns setores foi com a imagem que a equipe do Comitê Olímpico Internacional (COI) e os turistas, teriam da cidade ao se defrontarem com toda a extensão da Favela da Maré, ao passarem pela Linha Vermelha, vindos do Aeroporto Internacional. Rapidamente surgiu a proposta de Renato Archer- então Presidente do Comitê RIO 2004- de se fazer um grande muro cobrindo toda a Maré, afastando-a da vista das pessoas do COI e turistas⁵.

Frente a essa proposta houve inúmeras reações. Tendo como pano de fundo dar uma “resposta” aos defensores da proposta do muro, o Viva Rio, em articulação com a PMRJ, propõe aos líderes comunitários a realização de um evento esportivo durante a visita da delegação do COI, contrapondo-se à imagem da Maré apenas como lócus da violência, ajudando também na divulgação da idéia da criação de uma Vila Olímpica na Maré. Assim, tivemos a realização de uma “Pré-Olimpíada” na Maré, ocorrida em novembro de 1996. Embora a UNIMAR tenha gostado da proposta, não dispunha de meios para viabilizá-la. Face isso, o VIVA RIO, viabiliza toda a estrutura, fazendo também os contatos para divulgação do evento.

Esse evento, que durou três fins de semanas, foi amplamente divulgado na grande mídia, contando com a presença de políticos, líderes comunitários e atletas. Foi um marco para a Vila Olímpica, já que representou o anúncio público que a Maré pleiteava a criação de um Centro Esportivo naquele local. Na ocasião, o Prefeito César Maia assinou uma carta de intenção de construção da Vila Olímpica⁶.

A construção/efetivação da VOM estava imbuída da mítica imagem de união que ao esporte é creditada. Isto fica explícito quando se aponta a contribuição do esporte para “integrar” ou incluir os bairros pobres/favelas à cidade, o que seria uma forma de contrapor-se à noção de “cidade segmentada”. Com uma nova roupagem, ressurgiu a já explicitada concepção dual das favelas, como apontam Ribeiro e Lago (2000). Sem minimizar a importância do esporte, mais uma vez a ele é atribuída uma função de redenção social. Comentando a promessa de construção da VOM, o Jornal O GLOBO aponta que “cumprida a promessa, as autoridades poderão mostrar como o esporte pode ajudar a integrar comunidades carentes ao restante da sociedade” (Andersen, 1996, p.35). Fica a impressão que ao esporte caberia trazer para a “sociedade” os

⁵ Não foi possível confirmar se há uma ligação direta, mas logo após essa declaração (abril de 1996) e toda a repercussão negativa na mídia, Archer é substituído por Ronaldo Cezar Coelho na condução da referida Campanha.

⁶ Consultando os Jornais da época, notamos que se falou em lançamento de edital em 30 dias para início imediato das obras no Parque para construção da VOM. Tais obras só efetivamente começaram no ano de 1998 (PRÉ OLÍMPIADA..., 1996; DOIS MIL E QUATRO..., 1996).

segmentos que estão em suas margens. Sem dúvida, nós professores de Educação Física e os esportes não temos tanto poder.

Já nesse momento o modelo pensado para a VOM incluía a criação de uma ONG para sua gestão, como ficou explicitado nas reportagens de então sobre o evento e a assinatura da carta de intenção entre a UNIMAR, o VIVA RIO e a PMRJ⁷. Assim, o modelo de delegação da implementação de políticas públicas para organismos na sociedade civil- muitas vezes surgidos dentro do aparelho estatal- começa a ser pensado na VOM.

Com a entrada desse novo personagem - o VIVA RIO – faz-se necessário um pequeno aparte a respeito da tão popular ONG.

4.2.2 O VIVA RIO E VOM: RELAÇÕES E APROXIMAÇÕES

A conhecida organização do Rio de Janeiro surge no fim de 1993, reconhecida por seus partícipes, como uma resposta “da sociedade carioca” contra o que chamavam de onda de violência na cidade. Após dois grandes episódios no ano de 1993- as chacinas da Candelária e de Vigário Geral - assim como outros eventos marcados pela violência, um grupo de empresários, intelectuais e pessoas públicas começa a propor a existência de um movimento “pela paz” na cidade. Além das campanhas e seminários, esse grupo também começa a executar ações sociais nas áreas de educação, meio ambiente, esportes entre outros. Torna-se, assim, um dos principais disseminadores da noção do chamado terceiro setor, seja na figura de seu diretor executivo- Rubem César Fernandes - seja em sua atuação com seus “parceiros” na execução dessas ações.

No ano da fundação do movimento, Fernandes lança um livro que até hoje é muito citado nos trabalhos sobre o chamado “terceiro setor”. Com o simbólico título, *Privado Porém Público*, Fernandes (1994) apresenta essa concepção, onde uma organização privada, com participação inclusive de grandes empresários, fazendo campanhas e mobilizando a “sociedade” na solução de seus problemas. Aponta que o movimento estava interessado em promover uma postura “pró-ativa”, “ao invés de se expressarem sob a forma de denúncia acusatória, como era norma no discurso dos movimentos sociais no período da guerra fria” (1998, p.17), e se obrigar a

⁷ “A administração do Complexo ficará a cargo de um conselho diretor formado por representantes de 4 Secretarias Municipais da Escola de Educação Física da UFRJ e de três empresas privadas” (PRÉ- OLÍMPIADA... 1996, 13). No desdobramento desse processo, a aproximação com a UFRJ se deu via COPPE e não Escola de Educação Física (EEFD), como discutiremos depois. O contato com a EEFD se deu através do contato pessoal com alguns docentes dessa unidade e não de forma institucional. Logo voltaremos nesse ponto.

pensar “positivamente”, já que “o desgaste dos discursos globalizantes deu lugar a uma demanda impaciente por soluções específicas”.

Segundo Fernandes, o VIVA RIO estava interessado em ações pontuais, em poder mobilizar a “sociedade” para a discussão da paz na cidade. Assim, é interessante nos atermos a duas questões que mobilizaram a criação do referido movimento: “duas perguntas orientavam o questionamento: o que é possível fazer em curto prazo para baixar violência? Como nós, que não somos governo, podemos ajudar?”. Tendo essas duas questões como motes, aponta que “... discursos sobre ‘causas maiores’ da violência ou sobre soluções globais’ foram evitadas. Buscava-se sugestões específicas e factíveis” (1998, p. 14).

Justamente por não querer discutir as “causas maiores” ou as “soluções globais”, o referido Movimento começa a propor ações de “mobilização” da sociedade em torno de campanhas simbólicas como marchas, minutos de silêncio, abraços, passeatas (geralmente na zona sul e Centro da cidade do Rio de Janeiro). Essa aparente despolitização de suas ações, anunciadas como desejo de paz, representam um grande mote no momento histórico em que surgem. Esse tipo de mobilização política se configura como uma de suas marcas.

O VIVA RIO é composto por pessoas que “... praticam a vida pública em espaços não governamentais. Agrupadas, dão visibilidade ao conceito de uma sociedade civil (ou ‘terceiro setor’)” (Fernandes, 1998, p. 15). Contando com grande espaço na mídia, até por ter quatro (4) diretores de grandes jornais em sua Coordenação⁸, suas ações tomam grande dimensão. Qualquer campanha, iniciativa ou debate que contasse com a participação de algum diretor ou membro da coordenação recebia ampla cobertura. Assim o VIVA RIO torna-se nacionalmente conhecido.

Como explicita em sua página na Internet, atua hoje em cerca de 350 favelas e bairros pobres na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sempre no paradigma de parcerias com entidades locais, empresas, órgãos governamentais, focando seus programas majoritariamente nos jovens, já que estes seriam “... mais vulneráveis aos riscos sociais, e buscando a superação da violência...” (Viva Rio, 2004).

Com isso, o VIVA Rio espraia suas ações e concepções por grande parte das favelas e bairros pobres do Rio de Janeiro. Como mecanismos de obtenção de consenso atua também como um significativo empregador de mão de obra local, abarcando desde outras Ongs, associações de moradores, instituições religiosas, sindicatos, cooperativas, até órgãos públicos e empresas

⁸ Os Jornais são A Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil, O Globo e O Dia.

privadas, que formam uma rede de mais de 350 entidades, responsáveis pelo funcionamento dos programas, pela administração das verbas e articulação entre os parceiros. Segundo informações disponíveis em sua página, o VIVA RIO conta hoje com cerca de 1100 pessoas remuneradas e 900 voluntárias atuando nos diversos projetos e atividades regulares da organização.

Nesse sentido, é importante termos claro que o VIVA RIO, em sua atuação, articula-se diretamente com os argumentos neoliberais. Seja defendendo a atuação da “sociedade civil”, sempre concebida como um bloco homogêneo sem conflitos, promotora de políticas públicas, de maneira ativa; ou seja, na promoção de um pacto social entre as classes sociais. em nome do “bem comum ou interesse público”, entendidos de maneira abstrata. Isso fica claro quando Fernandes (1998, p. 21) afirma que o VIVA RIO responde “...por demandas coletivas que ainda não foram identificadas ou satisfeitas pelo mercado. Tornam-se, assim, produtos de bens e serviços de interesse público”.

Essa breve digressão nos pareceu necessária, reconhecendo a relevância na aproximação da VOM com o VIVA RIO e os posteriores contatos por estes viabilizados. Essa aproximação se deu também por conta de uma das linhas de trabalho do VIVA RIO, chamada de Integração das Favelas à Cidade. Nesses projetos, as ações esportivas possuíam destaque, inclusive fazendo parte das ações do Programa Favela Bairro da PMRJ/SMH, como aponta Fernandes (1998). Assim, o VIVA RIO também se interessa pelo esporte.

Daí surge o interesse com o programa VOM e as articulações feitas no sentido de viabilizá-lo. Com isso, o nome de Fernandes, e conseqüentemente do VIVA RIO, na composição da diretoria da ONG a ser constituída- a UEVOM-, funcionaria como uma espécie de avalista dessa ONG frente aos possíveis “parceiros”, fossem empresas ou mesmo órgãos do executivo municipal. A importância de sua figura não era desconsiderada nesse processo, inclusive no que se refere à visibilidade. Assim, como afirma um de nossos entrevistados, trata-se de “um homem público, reconhecido, uma liderança no movimento de solidariedade nacional. Você ter uma pessoa dessa numa diretoria, realmente ajuda quem estiver olhando entender essa diretoria” (Entrevistado C).

4.3. GOVERNO CONDE (1997-2000), APROXIMAÇÃO DA COPPE/CENTEX E A CRIAÇÃO DA UEVOM: CONCRETIZAÇÃO DOS PRIMEIROS PASSOS

Com a eleição de Luiz Paulo Conde (PFL, vice de César Maia) no pleito de 1996, começam as discussões tripartites envolvendo o VIVA RIO, a PMRJ e a UNIMAR para a implementação propriamente dita da Vila Olímpica. Quanto a PMRJ, a secretaria que se envolveu na discussão não foi a de Esportes e Lazer (SMEL), mas sim a Secretaria de Habitação (SMH).

É relevante apontar que a partir de 1997 ocorre uma aproximação que foi determinante para a VOM. Falamos da aproximação de um setor da COPPE/UFRJ, o CENTEX ou Projetos de Centro/Redes de Excelência, responsável pela implementação da chamada metodologia de Centros de Excelência. Esse organismo delineou o modelo de gestão de acordo com seus princípios e concepções de mundo. A VOM passou a fazer parte do projeto de Centros/Redes de Excelência, sendo também chamado em documentos oficiais como Centro de Excelência Sócio Desportivo Vila Olímpica da Maré. Por isso, faz-se necessário conhecer um pouco desse modelo e suas implicações/concepções políticas.

É possível notar também a dimensão simbólica dessa aproximação, já que a UFRJ, embora vizinha à Favela da Maré, torna-se uma realidade distante para muito de seus moradores, mesmo que alguns trabalhem na cidade Universitária. Assim, a aproximação da COPPE/CENTEX está imbuída dessa dimensão simbólica.

Nesse sentido, é importante atentarmos para o significado da COPPE no cenário da UFRJ e do Brasil. A COPPE (Coordenação de Programas de Pós Graduação em Engenharia da UFRJ) é conhecida mundialmente por suas pesquisas na área de engenharia, sendo referência no Brasil e no mundo, como uma instituição de pesquisa do mais alto padrão. Conta atualmente com 300 professores, todos com doutorado e trabalhando em regime de dedicação exclusiva, algo raro no contexto da Universidade pública. Contudo, isso não implica que essa “dedicação exclusiva” esteja realmente vinculada às atividades de ensino, pesquisa e extensão, já que consultoria a empresas e órgãos governamentais é uma prática comum, sendo inclusive viabilizada através de uma Fundação no interior deste órgão.

Apesar disso, é preciso atentar para suas especificidades. No âmbito da Universidade, a COPPE é a expressão do modelo de “autonomia universitária” nos moldes propostos pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e FMI, e que vem sendo proposto para as Universidades públicas brasileiras, tanto pelo Governo FHC como no atual Governo Lula. Estamos falando da tentativa de regulamentação e incentivo para que as mesmas possam captar recursos externos como forma de enfrentar a profunda crise, decorrente do estrangulamento e

contingenciamento financeiro por que passam as Universidades públicas. Assim, a solução, segundo a proposta de Autonomia Universitária neoliberal, seria de auto financiamento, mediante convênios com as empresas e órgãos governamentais, que “comprariam” os serviços prestados pelas Universidades, sendo esta uma de suas principais fontes de receita.

Além dos aportes financeiros da UFRJ, a COPPE se mantém através de convênios/parcerias com diversas empresas públicas/estatais e privadas, gerando também um significativo complemento salarial aos docentes. Isso é viabilizado através da Fundação COPPETEC - Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos- uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, ligada regimental e estatutariamente aos objetivos maiores da COPPE/UFRJ e destinada a viabilizar a prestação de serviços técnicos especializados aos diversos agentes públicos e privados do desenvolvimento nacional, como podemos ver no endereço da Fundação na Internet⁹. Como forma de visualizarmos como a COPPE atua segundo esse paradigma de Universidade auto-sustentável, no ano de 1999, a referida Fundação teve uma receita aferida na ordem de 34 milhões de reais, segundo informação literal da página “vêm assumindo crescente importância na composição dos recursos globais destinados à manutenção das atividades de ensino e pesquisa da COPPE”.

Como a própria COPPE aponta, a Petrobrás foi, desde anos 1970, um de seus principais “parceiros”. Esta parceria histórica possibilitou à estatal um grande avanço no domínio de tecnologias na área de petróleo. Assim, chegamos a criação do chamado Projeto Centros/Redes de Excelências- CENTEX-, que embora tenha “nascido” dentro da Petrobrás, logo é encampado na COPPE, como forma de disseminação do que chamam de Metodologia dos Centros de Excelências COPPE/PETROBRÁS.

Podemos notar como o Centro se apresenta como um pólo de desenvolvimento de uma metodologia que busca promover melhorias na implementação de programas em diversas áreas, ou como apontam: “a temática de um Centro/Rede de excelência (CRE) pode ser de natureza mercadológica (sic), tecnológica, científica, social (sic), esportiva, ambiental, da saúde ou de gestão empresarial”. Disseminando a concepção da necessidade de “parcerias” com diversas entidades, sejam elas, governamentais, empresariais, acadêmicas ou outras, o CENTEX apresenta uma visão de implementação de ações - em nenhum momento chamada de políticas públicas – em que haveria uma união das denominadas entidades em torno da “excelência”.

⁹ www.coppetec.coppe.ufrj.br

A denominação “Centro de Excelência”, como afirmam seus propositores, é parte da estratégia de *marketing* “... visando conferir status a uma ampla rede estruturada a partir de competências, de empresas, de órgãos e de Universidades que se complementam na realização de objetivos comuns” (Fantine & Oliveira, 1998, p.4). Com isso, estabelece-se uma imagem moderna para o referido Centro.

Os Centros/Redes de Excelência seriam diferenciados pela ênfase empregada na união de forças em torno de um objetivo final. Assim:

A arte de bem pactuar, a preocupação com a sustentabilidade das parcerias, a oferta de novos produtos ou a visualização de novas oportunidades, a busca incessante dos apoios para desenvolver (e aplicar) tecnologias, a preocupação com a permanência do projeto e com a manutenção da vanguarda, a inovação e a valorização da criatividade e um perfeito planejamento são os pontos que caracterizam um Centro ou Rede de Excelência e o tornam distinto dos projetos convencionais. Nesse sentido, todos os envolvidos nesses projetos devem ter essa dimensão: posicionar-se para avançar sempre, unindo novos recursos, superando desafios e assumindo a responsabilidade de liderar processos inovadores de gestão (Centex/Coppe, 2004).

Continuando nesse debate, notamos como o projeto CRE apresenta uma grande indefinição entre o que é público e o que é privado, já que há sempre o desejo perene pelas “parcerias”. Isso fica muito claro não apenas no texto de apresentação da chamada metodologia CRE, como também nos desenhos utilizados no texto. Com isso, afirma que, nos “países em desenvolvimento” – termo que utilizam para definir os países com papéis secundários no capitalismo mundial - há uma escassez de “recursos públicos e privados para garantir a expansão e continua recuperação da infra-estrutura industrial, pública ou tecnológica de um país em desenvolvimento. Somente a união de todos os recursos em cada tema de interesse viabiliza resultados sustentáveis e de vanguarda em curto prazo” (Centex/Coppe, 2004).

Assim, o projeto CRE previa a localização da chamada organização inicial, em geral proponente do projeto inicial- no nosso caso a ONG UEVOM-, que seria complementado pelo que classificam de “... parcerias estratégicas nos campos governamentais, acadêmico, das Instituições da sociedade nacional, das Instituições do exterior”. Segundo o projeto CRE, não se trata apenas de aporte financeiro, mas sim de compor um grupo gestor, que seria escolhido pelas “entidades líderes, (...) ouvindo os parceiros internos e externos” (Centex/Coppe, 2004).

Nesse processo de união de forças há uma total confluência de interesses. A fronteira entre o interesse público e privado é completamente delineada. O Estado é considerado apenas, e

não mais que isso, um financiador de projetos, independente das possíveis concepções de mundo e projetos de sociedade diversos. O curioso e relevante para nossa pesquisa é que, embora o CENTEX aborde a implementação de políticas públicas, seja na área esportiva, de saúde, ou mesmo nas áreas técnicas, o Estado é considerado apenas um “parceiro estratégico”. A noção de política pública é reduzida a uma dimensão técnica na implementação do projeto, que garantiria a esperada de “excelência”, sendo esta executada pelos organismos proponentes.

Nessa linha, o CENTEX defende que essa noção de “parceria estratégica” tem sido considerada por “gerentes públicos e privados” como um caminho para melhoria dos resultados e diminuição de custos, principalmente frente à “crise da economia, a concorrência inclusive na captação dos poucos recursos humanos de alta capacitação e a conscientização da sociedade quanto aos seus direitos...” (Centex/Coppe, 2004). Assim, é relevante atentarmos que o debate do CRE em momento algum se remete às questões de direitos sociais ou algo parecido. Apenas debate as “parcerias” e como isso implicaria na “excelência”.

No entanto, o papel do Estado como “parceiro” não é minimizado, sobretudo se pensarmos na necessidade de financiamento, embora isso não esteja apontado textualmente. Por isso, é emblemático o apontamento da importância que assume “... um grupo líder para conduzir o Projeto, com acesso à alta administração da entidade ou do órgão da administração pública responsável” (Fantine & Oliveira, 1998, p. 09).

Para concluirmos a apresentação do CENTEX, suas concepções e formulações, podemos dizer que suas ações se configuram como uma face de implementação de “políticas públicas” por organismos privados. Embora em momento algum o CENTEX se apresente como parte do chamado “terceiro setor”, isso fica claro quando aponta para a necessidade de uma “Ancoragem Governamental”. Assim:

um trabalho de vanguarda deve contemplar acordos estratégicos com órgãos governamentais buscando conferir ao empreendimento um caráter também de desenvolvimento nacional – fator fundamental para sua sustentabilidade e permanência no tempo no agrado da sociedade. Disso resultam importantes ações e responsabilidades conjuntas (Centex/Coppe, 2004).

Frente aos seus outros projetos, a VOM representa uma espécie de “peixe fora d’água”, já que, tirando um projeto de Combate à Tuberculose, os outros programas são ligados às áreas de Engenharia e Administração. A princípio, a concepção de trabalho do CENTEX não teria relação com ações esportivas. Contudo, seu objetivo era “... desenvolver o projeto que era da

área Tecnológica para área social”, ou seja, tentar aplicar seus princípios de gestão e paradigmas administrativos ao que chamam de área social (Entrevistado B). É nesse bojo que se propõe a configuração do Centro de Excelência Sócio Esportivo da Vila Olímpica da Maré.

Assim, a noção de entidade “à parte” ou mesmo um novo organismo implementador está subjacente a essas formulações. Por isso, na VOM a proposta gerou não apenas a ONG UEVOM, mas também seu modelo de gestão. O Conselho gestor era formado por membros da PMRJ, da Petrobrás, da ONG UEVOM e do CENTEX/COPPE.

Com essa aproximação foi sistematizado todo modelo de gestão da VOM que, de certa forma, atendem a todos os princípios neoliberais de implementação de políticas públicas por organismos na sociedade civil. O modelo proposto pelo CENTEX/COPPE é a materialização orgânica dessa concepção política.

Nesse processo, notamos uma aproximação com termos próprios das áreas técnicas como: qualidade total, excelência administrativa e gestão integrada, aplicada a uma outra realidade. Isso não chega a surpreender, já que se configurou como uma “moda” a partir da segunda metade dos anos 1990. No caso da VOM, além de todo momento ser apresentada como um Projeto de Centro de Excelências, como modelo de avaliação que busque a “Qualidade Total”, seu próprio organograma incorporava essas terminologias das áreas técnicas/empresariais. Assim, as funções não eram denominadas “Coordenação” e sim “Gerência”. A VOM deveria ser, como foi durante muito tempo, dividida em três “Gerências”: **Administrativa**, que coordenaria as funções Administrativas de um modo geral; **Gerência Educacional**, que cuidaria da parte pedagógica; e a **Gerência Científica**, responsável pela parte de pesquisas na VOM, algo presente no projeto CENTEX, mas que nunca ocorreu. Essas formulações, como veremos, foram fundamentais e orientaram muitas ações na condução da implementação do projeto VOM.

Paralelo a isso, as construções da estrutura física do que seria a VOM avançaram e com previsão de término para o 2º semestre de 1999. Foram construídas no referido terreno do antigo Parque Burle Marx, próximo a duas grandes “Comunidades”, Baixa do Sapateiro e Nova Holanda. Podemos dizer que a VOM localiza-se numa espécie de fronteira imaginária. Falamos da divisão simbólica entre as “comunidades” da Baixa do Sapateiro e da Nova Holanda, feita por um “valão” e por uma rua que as corta. Essa divisão se dá por conta das facções de tráfico de drogas que comandam cada uma dessas localidades. Enquanto a Baixa do Sapateiro é comandada pelo Terceiro Comando (TC) a Nova Holanda é comandada pelo Comando Vermelho (CV). Por

isso, a constituição da VOM deveria representar um espaço de paz, onde os conflitos externos não se fizessem presentes, e onde haveria possibilidade de convívio entre pessoas de todos os lados, situação muito dificultada pelos conflitos existentes entre as facções.

Descrevendo a estrutura da VOM podemos dizer que ela é constituída de um campo de futebol em dimensões oficiais, com arquibancada; um campo de saibro em dimensões oficiais (na área da Nova Holanda); seis quadras poliesportivas (sendo duas na Nova Holanda); duas piscinas, sendo uma olímpica (50m de comprimento) e uma semi-olímpica (25m de comprimento); duas quadras de tênis e também um “paredão” para os iniciantes desse esporte utilizarem; duas quadras de areia, que deveriam ter sido para Vôlei de Praia. Além disso, um ginásio poliesportivo com capacidade para 800 pessoas foi construído. É importante notar como este ginásio, logo se tornou a sede da administração da VOM, com os vestiários servindo como escritórios, almoxarifes, biblioteca/sala de vídeo. Durante todo o período de funcionamento era vedado o uso do ginásio para esportes com bola, ficando apenas para as aulas de dança, ginástica Olímpica e Rítmica, além de ginástica para adultos e idosos e também como palco de solenidades que contassem com a participação de políticos, esportistas, empresários, artistas, etc.

Nesse processo, é sistematizada a proposta anterior de criação de uma “Associação Civil sem fins lucrativos, filantrópica e de caráter assistencial, social e cultural...” para administrar a Vila Olímpica, que começava a ter sua estrutura física construída pela PMRJ/SMH (Uevom, 1999c, p.1). Surge efetivamente a União Esportiva Vila Olímpica da Maré, a ONG responsável por gerir os recursos recebidos da PMRJ e também por procurar outras formas de financiamento para a Vila Olímpica da Maré. Apontada desde o início nas entrevistas, a participação financeira da PMRJ deveria ser temporária, até a VOM ser sustentável com a receita advinda das “parcerias”, tal como estava explicitado no plano de trabalho apresentado a PMRJ em março de 2000. É importante alertar que a própria criação da ONG tinha esse fundamento, ou seja, possibilitar a busca de financiamento em empresas públicas/estatais e/ou privadas. Como defendeu um de seus membros:

Porque a UEVOM como ONG pode buscar recursos em empresas estatais, privadas e assim sucessivamente. A PMRJ não tem como buscar esses recursos em empresas. Então UEVOM é que fazia esse intercâmbio. UEVOM é que ia buscar recursos internacionais, nacionais, nas empresas privadas. Aqueles patrocínios que tinham por ali. A UEVOM e não a PMRJ. Porque a PMRJ não podia fazer isso. Então a UEVOM fazia esse meio de campo (Entrevistado A)¹⁰.

¹⁰ Como apontou outro entrevistado: “ao mesmo tempo não fica amarrado nas vicissitudes de ser uma Prefeitura ou um Governo do Estado ou um órgão federal. É oxigenado pela comunidade quando está dirigindo. Mas que

É preciso lembrar que todo o processo surge dentro da UNIMAR, e que sendo assim, havia uma participação de todas as Associações de moradores. Entretanto, na efetivação da UEVOM é proposto um modelo em que há uma tirada de decisões do âmbito da UNIMAR, na qual havia uma participação equivalente entre as diversas Associações de Moradores da Maré para uma outra Instituição, no caso a UEVOM. Com a necessidade de criação de uma Instituição a parte do VIVA RIO, do CENTEX e da UNIMAR, a UEVOM contaria com participantes de todas essas outras Instituições, além dos membros da PMRJ (Entrevistados A, C, G). Nesse processo, embora tenham sido incorporados dois diretores da UNIMAR e seu presidente, que também se tornou Presidente da UEVOM, a correlação de forças é muito mais favorável ao VIVA RIO e também à PMRJ, já que a composição da ONG é desigual nesse sentido.

Apesar disso, houve uma grande resistência por parte dos representantes do VIVA RIO e da PMRJ à incorporação das outras associações de moradores nas tomadas de decisões, gerando assim uma grande separação entre as Instituições, isto é, as ações da UEVOM autonomizam-se em relação ao movimento comunitário, havendo um certo distanciamento gerador de insatisfações (Entrevistados G E H). Inclusive começa a haver uma aproximação pessoal do Presidente da UEVOM com o VIVA RIO, o que posteriormente o levou a condição de seu Conselheiro. Isso, como veremos posteriormente, teve grande repercussão no funcionamento da VOM.

Embora as discussões viessem acontecendo, o surgimento efetivo da ONG só se deu nos primeiros meses de 1999, sendo sua primeira reunião em 19 de maio de 1999, nas dependências do CENTEX/COPPE, com a presença da Diretoria, dos Sócios Fundadores, de representantes do CENTEX, DA SMH/PMRJ, do VIVA RIO e da UNIMAR.

Esta ONG, criada no “colo” do aparelho estatal, na Secretaria Municipal de Habitação, possui uma composição própria. Como forma de atender ao modelo proposto pelo CENTEX, o chamado Conselho Gestor da ONG é formado por membros da Diretoria e por representantes dos diversos “parceiros”.¹¹ Não obstante, a fala do representante do VIVA RIO na

comunidade dirigindo junto? Foi o formato que nós passamos: morador e a sociedade, através de movimentos, empresários” (Entrevistado C).

¹¹ É relevante atentarmos que já havia participação de representantes da SMH/PMRJ antes da aprovação, pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro em outubro de 1999.

referida reunião, como podemos observar na ata da mesma, é emblemática nesse sentido. Assim, a “... *VOM é uma obra da PMRJ, que considerou necessária a constituição de uma ONG para gestão do complexo esportivo*” (Uevom, 1999a, p. 1 grifo nosso).

Temos então uma ONG, enquanto figura jurídica, pensada como mecanismo de implementação de políticas públicas. Essa confluência de interesses, propostas e concepções de mundo materializam-se na implementação do referido projeto. Esse modelo mostra-se de grande importância para compreendermos o processo de constituição da VOM como fruto de um momento histórico, estando presentes diversos exemplos de sua confluência com o projeto de sociedade que impera no país a partir dos anos 1990.

Assim, a UEVOM atende a essa questão, incorporando pessoas advindas de diversas Secretarias da PMRJ¹², do VIVA RIO e da UNIMAR. Além disso, podemos ver como o corpo de sócios fundadores e o corpo de conselheiros da ONG, os que deliberam sobre as questões a serem decididas, são majoritariamente indicados pelo VIVA RIO, pelo CENTEX e pela PMRJ¹³.

É ainda relevante atentarmos que discussões acerca da autonomia da ONG frente seus financiadores/parceiros, ou mesmo frente ao Estado, algo presente no debate das ONGs, sequer é considerado na constituição da UEVOM. Como esse organismo foi criado especificamente para implementar um programa, no caso a VOM, essas questões não se colocam.

Isso é notório quando analisamos o projeto de lei (PL) nº. 1040/99, que tramitou na Câmara Municipal do Rio de Janeiro durante o ano de 1999. Tendo como objetivo autorizar o “Poder Executivo Municipal a associar o Município em Associação Civil a ser instituída com o *objetivo precípua de administrar o Parque Olímpico da Maré...*” (PMRJ/Câmara..., 1999, grifo nosso), o projeto foi votado em 03-03-1999. Antes da criação oficial da ONG UEVOM, as articulações já estavam se construindo no sentido de estabelecer o mecanismo jurídico para a implementação da VOM. É emblemática a defesa feita pelo então Prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde- acerca da necessidade de aprovação referido PL. Conde apontava que o município do Rio de Janeiro

¹² Embora o diálogo se desse no interior da SMH, outras pastas da área “social”, como Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, e Esporte e Lazer, também se faziam presentes nesse conselho, depois da aprovação na Câmara.

¹³ Dos cinco (5) sócios fundadores da UEVOM, quatro são empresários indicados pelo VIVA Rio, que compõe seu quadro de Conselheiros na conhecida ONG carioca, e o outro é indicado pelo CENTEX/COPPE, tendo sido “*Gerente Científico e Educacional*” por um tempo, além de ter atuado na composição do corpo docente e no contato como os professores da EEFD/UFRJ.

tem procurado estimular ainda, na forma de lei, a participação das Associações de Moradores na gestão dos espaços destinados ao esporte e ao lazer, assim como há buscado executar as ações governamentais de forma descentralizada, ou desconcentrada, com entidades criadas mediante autorização legislativa e vinculadas à Administração Municipal (PMRJ/Gabinete do Prefeito, 1999).

Nestas palavras fica notório o caráter de aproximação com as Associações de Moradores, para que se tornem implementadores das políticas municipais, prevendo, inclusive, a criação de organismos especificamente para esse fim. Essa forma de aproximação se dá não apenas pela coerção, mas também pela forma de cooptação/consenso. Cooptação no sentido de trazer alguns ganhos para as lideranças comunitárias, seja na forma de prestígio interno, seja na geração de alguns empregos no bairro, ampliando as bases políticas e eventualmente minando possíveis resistências. O consenso se dá na concordância com o projeto. Assim, a noção de política pública e Estado implementador é substituída pela noção de ação social e Estado financiador.

A aproximação das bases comunitárias para dentro da gestão de políticas públicas possibilita um maior controle das ações desses importantes organismos na vida política carioca. Assim, num contexto de desemprego em massa, agudizado em bairros populares/favelas, esse mecanismo vem reforçar as bases de cooptação, não devendo ser desprezado no processo¹⁴.

No caso específico da VOM, o referido PL gerou a lei 2878/99- aprovada em 04-10-1999. A lei prevê que a “Associação civil” criada deverá contemplar em seu estatuto a criação de Conselho de Administração, “... de cuja composição, o Município participe, obrigatoriamente, de forma plural, e no qual se façam presentes entidades da sociedade civil e da iniciativa privada”,¹⁵ com poder de veto em questões estatutárias. Mais ainda, a participação de empresas no Conselho de Administração deveria ser proporcional ao aporte financeiro das mesmas à Associação Civil (PMRJ/Câmara..., 1999).

¹⁴ Não por acaso, o então Prefeito Conde reconhece que a construção da Vila Olímpica da Maré “... servirá de marco para futuras ações com os mesmos objetivos”.

¹⁵ É relevante como no artigo 19º do Estatuto da UEVOM como está descrito absolutamente da mesma forma que o projeto de lei, ou seja, que deverá haver um “Conselho de Administração (...) composto por representantes do Município do Rio de Janeiro-RJ de forma plural, de entidades da sociedade civil e da iniciativa privada, e, de pessoas físicas de notória importância” (UEVOM, 1999b, p. 4). Além disso, assim como na lei 2878-99, no Estatuto está resguardado ao Município o direito de veto em questões de alteração estatutária. Fica claro como os atores envolvidos na elaboração do estatuto atuaram diretamente no processo de elaboração do texto da lei, já que há uma grande confluência.

No restante do texto da lei há pontos muito importantes que conformaram o papel político pensado pela VOM, seja pelo CENTEX, seja pelo VIVA Rio ou mesmo por representantes da PMRJ. Segundo o texto, a Associação Civil “...poderá realizar convênios, firmar contratos, promover atividades para arrecadação financeira, receber doações...” para efetivação de suas ações. A profunda confluência com o projeto do CENTEX não pode ser apenas coincidência, mas provavelmente fruto de articulação política objetivando o mesmo fim.

Frente à aprovação da Lei, a UEVOM precisou alterar seu estatuto para contemplar a participação formal de representantes da PMRJ no Conselho de Administração, como também na administração do Parque Esportivo da Maré. Isso foi feito logo após a aprovação da lei e comunicado aos demais na 4ª reunião ordinária da Ong em 04-11-99 (Uevom, 1999a).

Então, assina-se, em 15 de dezembro de 1999, o Convênio entre a PMRJ e a UEVOM visando ceder à administração da Vila Olímpica da Maré por um ano e a conseqüente liberação do primeiro aporte financeiro trimestral, sendo os seqüentes condicionados à prestação de contas. Nesse convênio é definida a participação da PMRJ no Conselho de Gestão da ONG, como determinou a lei 2878/99. Temos então nesse conselho cinco (5) representantes da PMRJ, através de diversas Secretarias, e os cinco (5) diretores da ONG UEVOM.

Ao mesmo tempo, a VOM começa a desenvolver seu projeto de Marketing, que visava obter outras fontes de financiamento, sobretudo com empresas. A partir de seu potencial propagandístico, dada a sua localização junto a Linha Vermelha, são pensados diversos tipos de “parcerias”. Iremos nos deter apenas a algumas dessas para não nos tornarmos repetitivos.

O projeto previa uma aproximação da VOM com empresas e ONGs estrangeiras, como forma de garantir financiamento. Não por acaso, as negociações com a Petrobrás foram estabelecidas logo que o projeto começou a funcionar efetivamente. Quanto às outras ONGs, não ocorreram grandes avanços.

Outra modalidade de parcerias foi classificada como “Patrocínio por Federações, Clubes e Empresas-PFC”, que teria por objetivo “... realizar o encaminhamento de atletas para o mercado de trabalho, ou para obter apoios para os atletas. Nesse caso haveria doação de materiais esportivos e recursos para projetos especiais, pagamento de atletas e *reversão de parte do valor comercializável para VOM, quando for o caso*” (Uevom, 1999a, grifo nosso).

A concepção prevista era que cada modalidade esportiva, ou Projeto Temático contasse com parceiro/patrocínio próprio. Ou seja, que cada modalidade fosse representada pelo

“Atleta Líder”, um esportista de notoriedade que pudesse conseguir, pelo uso de sua imagem, patrocínio para a modalidade a ele vinculado. Além disso, uma parte seria repassada a UEVOM para administração geral. Como explicitado na ata da 4ª reunião, os projetos temáticos só aconteceriam se houvesse verba própria. Para isso, foram estabelecidos contatos com alguns atuais e ex-esportistas, como Romário (Futebol), Bernard (Vôlei), Patrícia Amorim (Natação), Georgette Vidor (Ginástica Olímpica), Robson Caetano (Atletismo).

As primeiras aproximações concretas aconteceram com a Instituição do Jogador de Futebol Romário em maio de 1999. O Instituto Beneficente Romário de Souza Farias, que é responsável pelo chamado Projeto Romarinho, ficaria responsável pelos “projetos temáticos” futebol e futsal. A dimensão simbólica dessa aproximação é muito significativa. O evento de assinatura do convênio e a visita de Romário às construções da VOM foram alvos de grande publicidade, contando com a presença do então Ministro dos Esportes, Rafael Greca e o Prefeito Conde.

Embora esta parceria não tenha avançado a ponto de ser concretizada, é relevante nos atermos a alguns pontos debatidos acerca do assunto. Logo que o tema surge como ponto de debate na 2ª reunião da UEVOM se discute como ficaria a questão dos “direitos” no caso do surgimento de algum talento que viesse a participar do projeto VOM/Romarinho. E não por acaso foi alertada a necessidade da explicitação clara e “em termo formal estas condições, direitos e deveres, *face ao enorme potencial da Maré e as possibilidades de exportação de atletas*” (Uevom,1999a, p. 1, grifo nosso).

Nesse caso, é significativa a preocupação com a questão dos alunos que poderiam se destacar, sobretudo quanto à dimensão econômica, relacionado à comercialização de jogadores. Assim, como forma de encaminhar a questão, que continuou como ponto de pauta na 4ª reunião, foi defendido que “... a tônica deverá se pautar no respeito ao atleta, à Vila Olímpica e ao patrocinador que aporta recursos. Os recursos deverão reverter para o projeto”. Complementando, a representante do Instituto Romário afirmou que caso surgisse algum atleta, caberá ao gerente da VOM “estabelecer os acordos e os percentuais a serem revertidos” (Uevom,1999a, p. 1). Não foram desconsideradas as perspectivas de comercialização de talentos esportivos e nem as conseqüentes vantagens disso.

Contudo, se constantemente nos chegam notícias acerca da negociação de algum jogador de futebol para equipes estrangeiras, envolvendo cifras astronômicas, por outro lado,

pouco se fala que mais da metade dos jogadores de futebol federados no Brasil receba menos de um salário mínimo e apenas 4,3 % de nossos “craques” recebem mais de 20 salários mínimos, segundo dados da própria Confederação Brasileira de Futebol (Carrano, 2000).

Por outro lado, quando um jogador é negociado há toda uma rede em torno dele que se beneficia. Além do próprio, teriam os empresários, os agentes, a equipe original e a pessoa responsável por “descobrir” este talento. Talvez por isso, tenha sido uma preocupação central na afirmação do acordo. Mesmo com a não efetivação do convênio com o Instituto Romarinho, tal questão não saiu da pauta de atuação da VOM, ainda mais quando se tratava de suas “seleções” de Futebol. Isso pode ser evidenciado na notícia apresentada no Informativo de maio de 2001, que diz que naquele mês a equipe de futebol sub-20 (jogadores até 19 anos) realizou três amistosos, sendo um destes contra um time chamado Esporte Clube Bahia “time de empresário e caçadores (sic) de talentos” (Uevom, 2001d, p. 11).

Fosse pela invasão consentida, ou proposital, dos termos do esporte de alto rendimento, como seleção, treinamento, divisão por categorias etárias rígidas, como nos campeonatos das federações ou fosse pelas visitas/palestras de treinadores e preparadores físicos de alguns times da primeira e segunda divisão do futebol carioca para os alunos, notamos que a perspectiva de comercialização de prováveis talentos parece não ter sido abandonada.

Outro caso significativo nesse sentido foi o “acordo” entre a VOM e o Clube de Regatas do Flamengo, que previa a “formação de Centro de Excelência em Natação na Vila Olímpica da Maré”, vinculado ao departamento de Natação do Flamengo (Uevom, 2000e). Essas conversas foram focadas na figura da ex-nadadora e funcionária do Flamengo, Patrícia Amorin, que seria a “Atleta Líder”. Assim, no referido acordo, previa-se que todos os “... nadadores que se destacarem nesse esporte serão convidados para se aperfeiçoarem nas piscinas do Flamengo, integrando seu plantel de atletas, podendo seguir carreira profissional” (Uevom, 2000e, p.1).¹⁶

Isso reflete que, embora constantemente se alardeasse que a formação de atletas não seria objetivo do projeto, suas preocupações demonstram o contrário. É notório que a possibilidade de uma grande negociação financeira envolvendo algum aluno é considerada. Essa perspectiva da pirâmide esportiva, em que se pode ter retorno, inclusive financeiro, com o

¹⁶ O referido acordo na Natação não saiu do papel, visto que a piscina só pôde efetivamente funcionar no início de 2002, devido a sérios erros em sua construção, o que implicou nesse grande atraso. Contudo, durante o ano de 2003 há uma aproximação da VOM com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos- ECT-, que também patrocina a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos CBDA. OU seja, a vinculação da Natação na VOM com um organismo vinculado ao esporte de alto rendimento finalmente ocorre. Logo retornaremos a essa questão.

despontar de um expoente, confere uma direção pedagógica que celebra a meritocracia e o individualismo, não deixando de ser educativa, conformando política e eticamente os participantes, tanto crianças, jovens quanto seus pais/responsáveis.

Para além da dimensão salvacionista, há uma perspectiva de mercantilização das relações sociais e educativas, cuja possibilidade de melhoria das condições de vida dos jovens e/ou crianças na região passaria pela incorporação a um grande clube de futebol. Assim, individualiza-se uma questão essencialmente de ordem coletiva. Como afirma Carrano, abordando o caso do jogador de futebol Ronaldo, (2000, p. 102), “... esta mística do jovem empreendedor que venceu as dificuldades da vida da sua situação de pobreza, é confirmada na exploração da trajetória do ‘menino pobre-jogador’ até a atual situação de jogador-menino rico”.¹⁷

Vale a pena ressaltar o papel do Estado nessas “parcerias”. Além de ser tratado unicamente como um financiador, abstraído de qualquer debate acerca de projeto político, o plano de Marketing da VOM afirma que “as várias esferas governamentais desenvolvem centenas de programas de amparo aos esportes e às comunidades carentes (sic), através de projetos estruturantes que buscam o bem estar da população. A própria VOM é um desses projetos” (Uevom, 1999a, p.5). Completando, afirmam que para sua manutenção seriam efetivadas outras parcerias com vários órgãos governamentais. Assim, o debate sobre a implementação do programa VOM fica aparentemente despolitizado. Apenas aparentemente, como temos visto.

Nesse sentido, na busca de “parceiros”, uma pista é fornecida pelos próprios partícipes do processo. Como está apontada na ata da 4ª reunião (Uevom, 1999a, p. 3), a dificuldade de financiamento advém também da concorrência de outros projetos demandavam recursos, no âmbito mesmo da Maré. Isso indica uma outra característica da atuação de muitas ONGs, que na verdade tornam-se –ou já surgiram para ser- implementadores de projetos, públicos e/ou privados, ficando sua atuação orientada pela necessidade de obtenção de financiamento, muitas vezes em disputa com outros projetos. Um pouco do que Francisco de Oliveira (2002) chama de “Indústria da Escassez”.

¹⁷ Ainda com temos autor que esse “... êxito serve como propaganda da mobilidade social em sociedades que produzem miséria, mas também mecanismos que possibilitem a alguns indivíduos ‘talentosos’ ascenderem socialmente. Os insondáveis caminhos do aproveitamento de oportunidades confirmam o ilusório caráter móvel do sistema” (2000, p. 104).

Mostra-se significativo o fato da PMRJ ter intermediado o contato com os possíveis “parceiros” da UEVOM. Como foi apontado na ata da 6ª reunião, o projeto foi encaminhado à Petrobrás e outras empresas. No caso da estatal, houve um interesse que acabou desdobrando-se num contrato logo após.

Para dar início ao funcionamento da VOM, é implementado um programa de esporte chamado Esporte Comunitário. Assim, o VIVA RIO é contratado emergencialmente por três meses para contratar “professores” para iniciar as atividades, o que se deu em Fevereiro de 2000. A partir daí a Coordenação ou a “Gerência Administrativa” do VOM fica a cargo de pessoas indicadas pelo CENTEX/COPPE. Mesmo quando foi preciso haver alterações em 2001 e 2003, as novas indicações eram do CENTEX/COPPE.

No início desse projeto, as aulas eram ministradas por pessoas da Maré, que de alguma forma já atuavam com esportes, fosse tendo “escolinhas” de futebol, organizando campeonatos ou mesmo na condição de Diretores de Esportes nas Associações de Moradores. Foram assim contratados no próprio bairro e/ou favela para atuarem como “professores” na VOM. Por serem conhecidos no local, também tiveram a função de trazer alunos para o projeto¹⁸. Nesse momento, as turmas eram compostas por “comunidades”, onde os agentes traziam “seus” alunos para, na VOM, terem as aulas que tinham antes em outros espaços.

O projeto começa também a empregar mão-de-obra local, o que representa um ganho de legitimidade interna. São convocados para o início dos trabalhos mais de 60 Agentes Comunitários, com representantes de todas as “comunidades” que compõem a Maré. Além destes, no começo de 2000 é realizado o processo seletivo para a composição do corpo de funcionários a partir de um banco de pessoal anteriormente cadastrado.

Entretanto, como propunha o projeto do CENTEX precisava haver professores de Educação Física e estagiários, para que assim, no diálogo com os patrocinadores/parceiros, o projeto tivesse a decantada excelência. Esse processo ocorre em paralelo às outras negociações da UEVOM, no segundo semestre de 1999.

Assim, buscou-se uma aproximação com Universidades, visando criar a chamada “Ancoragem Universitária”, tendo a “parceira” que assumir os custos com os profissionais.

¹⁸ E isso de fato acontecia, sendo comum praticamente durante todo o primeiro ano de funcionamento da VOM em 2000, esses funcionários deslocarem-se de suas “comunidades” com mais de 50 crianças e jovens para fazerem suas aulas.

Inicialmente foi procurada a Universidade Castelo Branco (UCB) – um dos sócios fundadores fazia parte de seu corpo docente, além de ter sido Professor da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) da UFRJ por 20 anos. Apesar do interesse não houve acerto.

Assim, surge a opção pela EEFD da UFRJ. Além do CENTEX/COPPE ser um órgão da UFRJ, a proximidade física também facilitaria essa aproximação. Nesse contato, é proposto que os professores da UFRJ atuem na VOM, e que isso deveria ser configurado como carga horária de atividade de extensão. Além disso, também foi proposto que os estudantes fossem estagiários “voluntários”, como relatado em comunicação pessoal (Entrevistado B).

Por razões desconhecidas desse pesquisador esse convênio não se concretizou. Pelo menos de maneira institucional. Ainda assim, isso não inviabilizou uma aproximação pessoal de muitos docentes da EEFD/UFRJ com a VOM, que passaram a atuar como professores do/no projeto. Indubitavelmente, a presença de professores e estudantes da UFRJ à frente da condução pedagógica da VOM daria um “peso” muito maior na hora de apresentar o projeto aos possíveis financiadores¹⁹. Assim, dois professores da EEFD/UFRJ assumem a Gerência Educacional, que na verdade era/é uma espécie de coordenação pedagógica, tendo a responsabilidade de montar a equipe de professores e estagiários.

A equipe passou a ser formada em grande parte por professores da EEFD/UFRJ e alguns ex-alunos. Na equipe inicial apenas dois professores e dois estagiários não passaram/estavam na referida Universidade, ou como professor, funcionário ou aluno. São inicialmente 11 professores e 20 estagiários.

Assim, em maio de 2000 a VOM começa funcionar com a presença de professores de Educação Física, ampliando as modalidades esportivas. Isso não implicou na substituição de atuação dos agentes comunitários. Estes continuaram até o momento de sua interrupção, embora tenham passado a dispor de menos turmas e não mais trazer as crianças e/ou jovens diretamente, mas sim as recebendo na VOM, grande parte vinda diretamente das “comunidades” de cada Agente e com recomendação de procurá-lo.

Esse debate acerca da atuação dos agentes comunitários com o esporte é muito mais amplo do que a discussão se esses profissionais estariam ou não habilitados a dar aulas. Estamos

¹⁹ Ao ser perguntado se a presença de professores da EEFD/UFRJ representava um ganho na imagem no programa, obtivemos a seguinte resposta: “A 1º coisa que se perguntava era quem era aquele grupo que está trabalhando lá. Qual a origem deste grupo? O que eles fazem? E quando se sabia que era da UFRJ o nível de credibilidade aumentava muito e consegui muitas coisas por ter ancorando o projeto, uma Universidade do porte da UFRJ. Isso aí sempre ajudou e abriu portas”. (Entrevistado C)

falando de uma rede de relacionamentos e aproximações para dentro do projeto de pessoas com um grande respaldo nas “comunidades”.

Nesse sentido, essa inserção profissional, ainda que com uma carga horária/remuneração baixa –16 horas mensais/R\$ 50,00 num primeiro momento e depois tendo sido elevada a 48 horas mensais por R\$ 200,00-, representa não apenas um incremento no orçamento pessoal- significando até mesmo o único emprego- mas também uma mudança na situação social do Agente comunitário, que passa a ser considerado como “professor da Vila Olímpica” perante seu grupo.

Também por conta disso, com a entrada dos professores de Educação Física/estagiários, notou-se uma certa indisposição entre estes e os Agentes Comunitários. Como se cada “grupo” olhasse o outro com desconfiança. Da parte dos professores/estagiários por considerarem que os agentes não tinham formação para estarem à frente das turmas, ao passo que eles tinham/estavam freqüentando a Universidade para fazerem aquilo. Da parte dos Agentes, pelo fato de que os professores/estagiários (que também assumiam turmas sozinhos desde sempre na VOM) estariam tirando “seus” alunos, já que eram trazidos por eles das “comunidades”. Essa indisposição- sempre velada, embora de fácil percepção para os envolvidos- gerava uma espécie de competição entre os de “fora”, com seus “saberes” Universitários, e os de “dentro”- que “conheciam as manhas da comunidade, das crianças”.

Iniciado o convênio com a PMRJ, era preciso dar andamento ao projeto de obtenção de outros parceiros, como previa o projeto. Nesse momento, valendo-se da noção da chamada Responsabilidade Social de empresas, a direção da UEVOM, a partir das diretrizes delineadas pelo CENTEX, envia a proposta de parceria a grandes empresas, objetivando a realização do que chamam de parceria estratégica, que aportaria recursos na VOM, podendo com isso dispor do potencial de marketing, além de poder atuar no Conselho de gestão (Uevom, 2000c).

Com isso, há uma aproximação com a Petrobrás para que esta cumpra a função de outra “parceira estratégica” ao lado da PMRJ, que junto com o CENTEX/COPPE, fizeram a ligação com a UEVOM. Em junho de 2000 é assinado o contrato anual entre a UEVOM e a Petrobrás, para que esta pudesse integrar o projeto. Assim, começa a ganhar força a face “social” das empresas, neste caso a Petrobrás, financiando programas sociais. Relembrando Paulo Eduardo Arantes (2000), parece estarmos vivendo tempos de esquizofrenia coletiva, em que as empresas tentavam passar a imagem de que não estariam voltadas para o lucro.

No caso da Petrobrás, essa atuação mais sistematizada na promoção de projetos, vinha através de ações em diversas temáticas pelo Brasil, seja de Educação, esporte, cultura, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, entre outras áreas. Isso implicava também na difusão da imagem da grande empresa brasileira. Assim, pretendia garantir que haveria um “...alinhamento do conceito de "desenvolvimento com cidadania" no âmbito de toda a sua atuação empresarial, potencializando seu papel de protagonista no mundo dos negócios, para a consolidação de uma política de responsabilidade social corporativa” (Petrobrás, 2004).

Por outro lado, a partir do ano 2000, a Petrobrás começou a fazer parte do noticiário brasileiro por conta de diversos acidentes envolvendo suas ações, com desastrosas conseqüências como a perda de vidas humanas e os impactos ambientais. Com isso, sua aproximação como promotor de ações sociais implicaria também numa nova dimensão educativa da empresa na sociedade. Assim a VOM, enquanto um projeto de esporte num dos bairros/favelas mais pobres do Rio de Janeiro, poderia significar uma grande oportunidade. Então, a Petrobrás passa a fazer parte do projeto.

Contudo, três meses depois a VOM apresenta uma outra proposta à estatal para que esta passasse a ser a única “parceira estratégica” do projeto, segundo eles, nos mesmos moldes de atuação que a empresa Xerox exerce na Vila Olímpica da Mangueira. Para isso, são enviadas cartas oficiais aos diretores da empresa e também à Presidência. Tal pleito não obteve sucesso, ficando a participação da Petrobrás nos moldes anteriores.

Esse processo ocorria no primeiro semestre de 2000, sendo que no segundo seria deflagrada a campanha pela eleição Municipal, na qual o então Prefeito Luiz Paulo Conde tentaria a reeleição e seu maior adversário seria seu ex-aliado e padrinho político o ex-prefeito César Maia. Vale lembrar que os dois personagens, no decorrer do mandato de Conde, romperam relações políticas, passando a atacar-se mutuamente, o que levou César Maia a candidatar-se pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Este fato teve relevância para a VOM devido ao fato dos dois reivindicarem sua “paternidade”. Com o aproximar da campanha isso seria acirrado.

Eis que no final de outubro, César Maia é eleito prefeito para um novo mandato, sucedendo Conde. Diante disso, é muito significativo o fato de dez (10) dias após o resultado do pleito, a Presidência da UEVOM enviar uma carta felicitando o vencedor, apresentando-se como um possível parceiro no futuro mandato. Apontam que deram continuidade ao projeto delineado em sua administração anterior e que para atuarem com maior alcance tornar-se-ia imprescindível

a manutenção do contato com a PMRJ. Não obstante, também solicitavam que interviesse junto à administração ainda em vigor para obter a liberação de recursos retidos, como também a renovação anual do convênio, já em vistas de vencer. Para isso, afirmam que:

trata-se do maior projeto de termos de atendimentos a comunidades carentes (sic) e do único modelo com integração da questão esporte, cultura, educação, saúde, nutrição e empreendedorismo no país, operando segundo os moldes de Qualidade Total e da plena integração com Universidades e Parceiros para conquistas de recursos e ampliação do campo de abrangência da Vila (Uevom, 2000h, p. 2).

Assim, é preparado o terreno para que a VOM assuma a partir de 2001 uma nova função política, sendo definitivamente assumida como uma política pública da PMRJ, através de uma relação orgânica com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL).

4.4 VILA OLÍMPICA DA MARÉ NO SÉCULO XXI: GOVERNO CÉSAR MAIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE EM FAVELAS

Como vimos, para a VOM a gestão César Maia na PMRJ começou ainda no fim do ano anterior, antes mesmo de sua posse. Não por acaso, no primeiro dia útil do mandato, em dois de janeiro de 2001 (02-01-01), a UEVOM envia uma carta ao novo prefeito reiterando os termos da carta anterior, com agravante de que o convênio de cessão da administração da VOM à ONG UEVOM havia expedido no mês anterior. Nesse sentido, defendendo a relevância da VOM afirmam ao Prefeito que esta desempenha “... um papel da mais alta importância social a um baixíssimo custo para a Prefeitura” (Uevom, 2001a, p.1).

Como forma de convencimento da necessidade de intervenção da Prefeitura no empreendimento, na referida carta há a preocupação com as questões que deveriam ser enfrentadas em breve. Como podemos notar neste documento:

perderemos as parcerias já implantadas e teremos que encerrar nossa ação na Vila pela falta de legitimidade e meios para condução do empreendimento, implicando na demissão dos quadros funcionais e na paralisação de todas as 16 modalidades de serviços implantadas (Uevom, 2001a, p.1).

Podemos dizer que tais argumentos “sensibilizaram” o Prefeito e sua equipe, já que, conforme relata o Informativo da UEVOM de Janeiro de 2001, na primeira semana do ano a

VOM recebeu a visita de dois assessores diretos do Secretário de Esporte e Lazer – Ruy Cezar-. Na verdade, estas foram apenas as primeiras de uma série de visitas oficiais, que culminaram com a visita do Secretário de Esportes no fim do mesmo mês.

Mais do que afirmar que tais visitas teriam sido decorrentes da capacidade de pressão da VOM, havia/há uma grande confluência de interesses e concepções de mundo entre o Projeto/ programa em questão e os princípios políticos que nortearam as ações do grupo à frente da PMRJ. Considerando que naquele momento a VOM era o único Centro Esportivo da Prefeitura em Favela, passou a representar uma espécie de modelo das outras Vilas Olímpicas/Centros Esportivos, que posteriormente foram abertas na gestão César Maia.

Essa confluência pode ser notada numas das primeiras resoluções da SMEL, 025/2001 (PMRJ/Dou 2001a), onde são apresentadas as diretrizes que nortearão suas políticas de esporte e lazer. Isso fica explícito na apresentação das mesmas, que são “Intervenção social alternativa à marginalidade infanto-juvenil; Inclusão social das pessoas portadoras de deficiência; promoção social dos cidadãos da terceira idade; realização de eventos capazes de traduzir e divulgar a identidade social da Cidade”.

Debatendo cada diretriz pode-se compreender como a VOM torna-se parte central desta política, sendo inclusive um de seus modelos. Na primeira diretriz, “Intervenção social alternativa à marginalidade infanto-juvenil”, é explicitado a concepção das políticas de esporte como enfrentamento do que chamam de “desvios sociais”. Assim, as ações deveriam voltar-se para “projetos que, objetivamente, possam, em médio prazo, interferir em indicadores sociais, tais como a repetência, a evasão escolar, o envolvimento de jovens em atos infracionais, a prostituição, o trabalho infantil e o consumo de drogas” (PMRJ/Dou 2001a, p. 03).

Para além dessa dimensão que concebe, a priori, o jovem e/ou a criança como um criminoso ou consumidor de drogas em potencial, na referida resolução se anuncia uma nova dimensão presente na condução dessas políticas de esporte. Falamos da atuação de organismos na/da sociedade civil em sua implementação, sobretudo “... as Universidades, Ongs, Fundações e outras instituições de apoio, visando à prevenção e o devido tratamento de tais questões”.

Não por acaso, na implementação do projeto Vilas Olímpicas, a PMRJ/SMEL trabalhou a partir de Convênio com as Federações de Esportes, que contratariam Cooperativas para a execução dos trabalhos nas diversas localidades em que foram implementados os programas.

No que tange às duas diretrizes seguintes, “Inclusão social das pessoas portadoras de deficiência e promoção social dos cidadãos da terceira idade”, não podemos dizer que são pautadas diretamente na experiência da VOM. Entretanto, em seu interior já eram desenvolvidas ações nesse sentido, visando o atendimento na área de Educação Física Especial e também nas atividades físicas com idosos, mesmo que de modo embrionário, ainda reduzido à ginástica junto aos adultos, isso sem considerar o atendimento especializado.

Assim, o projeto Vila Olímpica passa por significativas mudanças. Deixando de ter a PMRJ apenas como um “parceiro estratégico” para tornar-se uma política pública do município. Isso implicou na entrada de um grande número de novos professores e estagiários²⁰, com o compromisso da PMRJ de assumir o pagamento desses profissionais, devendo utilizar a verba advinda do convênio com a Petrobrás para pagamento dos funcionários administrativos e dos agentes comunitários, assim como ser responsável pela manutenção física da VOM. Então, assume, em Maio de 2001, a nova equipe de professores. Além destes, o projeto passa a contar com Assistente Social (e estagiário), Pedagoga (e estagiária) e Psicólogo.

A VOM passa a fazer parte do projeto “Centros Esportivos de Ações Sócio Educacionais” (CEASE) da SMEL/PMRJ, sendo que as diretrizes já descritas é que passariam a nortear esse trabalho.

Por isso, é interessante nos atermos a análise de dois projetos aparentemente independentes, mas que se mostraram quase idênticos. Tanto no projeto “Maré Integração Escolar”, feito pela equipe do CENTEX para ser implementado na VOM (Uevom, 2001D), como no projeto CEASE, pela equipe da SMEL, encontramos pontos em comum que nos levam, mais uma vez, a comprovar a confluência das duas concepções.

Ambos apontavam a necessidade de que o Centro Esportivo estabelecesse relações com a rede municipal de Educação. Ambos partem do princípio de que a prática esportiva poderia atuar como forma de melhorar alguns índices escolares, sobretudo, no que se refere à evasão e o rendimento escolar dos alunos e que as escolas não dispõem das condições para atender essa demanda esportiva, pela inexistência de instalações e profissionais, já que os professores de Educação Física atuavam apenas com as turmas. Outro ponto em comum é a aposta na possibilidade de que o esporte pudesse ser um importante mecanismo de enfrentar o

²⁰ Segundo um dos ex-coordenadores da VOM, quando a SMEL entrou no projeto no início de 2001, a equipe passa de 11 professores e 20 estagiários, a 42 professores e 28 estagiários.

envolvimento juvenil com crime, seja por poder “...contrapor-se aos apelos da marginalização” (Uevom, 2001d, p. 04), ou então, atuando de forma a “... enfrentar e enfraquecer os agentes do estresse social (sic) que deformam a conduta e marginalizam nossa juventude” (Tavares & Mara, 2001; p. 01).

Outra significativa coincidência/confluência entre os dois documentos está no fato de que ambos bradam pela necessidade de “retirar as crianças e jovens das ruas” e da “ociosidade”. Com linguagens aparentemente diversas, expressam a mesma idéia, de que a criança/jovem pobre precisa ser afastada do convívio com o tráfico, violência, parecendo que estes teriam quase como destino esse quase inevitável envolvimento. No documento da UEVOM, justifica-se sua relevância por trabalhar com a “formação dos cidadãos do futuro”, onde os esportes poderiam atrair muitos jovens, permitindo que:

enquanto a questão econômica e social global não estiver plenamente resolvida, os jovens sem perspectivas evitem os descaminhos, supostamente cativantes, mas que os levarão a uma vida marginal de menor significado na sociedade e a uma menor consciência de seus direitos, deveres e potencialidades (2000d, p. 3).

Já no projeto CEASE da SMEL, explicita-se que ao oferecer aos jovens e crianças dos bairros pobres, acesso à prática esportiva e um contato mais prolongado com a Escola, que deles deveriam tomar conta, seria “... *possível afirmar estar retirando-os do campo psicológico de muitos de seus agentes estressantes, minimizando seus efeitos se que, contudo, os desvincule de sua realidade social*” (Tavares & Mara, 2001, p. 04). Em ambos, grassa a já apontada visão salvacionista nas políticas de esporte. Ou então, uma forma mais palatável de expressar as idéias de controle social através das práticas corporais, sobretudo, o esporte.

Nota-se no documento da UEVOM que essa participação de alunos, vindos diretamente das Escolas, já ocorria na VOM desde outubro de 2000. Além das aulas de Educação Física enquanto disciplina curricular, os estudantes também teriam aulas nos Centros Esportivos. Ou seja, embora fosse um centro de Lazer, a relação com a Escola transcendia a relação de necessária proximidade no sentido de conhecer tanto os alunos como suas realidades. Vinculava-se também aos mecanismos na garantia de frequência aos Centros, já que, as crianças vindas diretamente das escolas teriam participação compulsória, e não precisariam se inscrever para participar, seja por vontade própria ou de seus pais. Passava a ser uma decisão da escola.

No caso da VOM essa aproximação também teve outra razão de ser. Mesmo considerando as poucas possibilidades de lazer existentes na Maré para crianças e jovens, foi preciso recorrer a essas ações com as escolas “.. para melhorar a frequência” (Uevom, 2000d). Assim, fica claro que, além de todos os objetivos apontados, tais ações conjuntas, VOM/Escolas, estiveram imbuídas da missão de garantir o quorum do projeto apresentado nos balanços mensais e relatórios apresentados a PMRJ e a Petrobrás. Recorreu-se continuamente a essa frequência para que a VOM sempre aparentasse estar cheia.

Aliás, a questão do quantitativo real da VOM sempre foi algo controverso. Notávamos em nossa prática cotidiana que os números oficiais divulgados não condiziam com a realidade. Quando eram publicadas reportagens nos jornais afirmando ter a VOM por volta de 9000 alunos sabíamos que isso não era o dado concreto com que trabalhávamos. Mas, por quê então essa hiperplasia no quantitativo? De onde partiam esses dados? A quem interessavam?

Analisando documentos da VOM, e também as informações obtidas nas entrevistas com os atores envolvidos no processo, podemos notar como ocorre uma significativa dificuldade em se justificar o quantitativo apresentado nos documentos. Não por acaso, como já afirmamos nesse texto, o mecanismo dos convênios com as Escolas foi pensado para trazer as crianças para a VOM.

Para além de uma acidental imprecisão metodológica, salta aos olhos a hiperplasia. No informativo da VOM em Janeiro de 2001 consta que havia 10.861 inscritos com 6.495 efetivamente freqüentando a VOM. Já em Maio de 2001 seriam 15.986 inscritos, ou seja, em 4 meses teriam sido realizadas mais de 5.000 inscrições, tendo passado o número de participantes para 10.637 freqüentando, quase o dobro em relação a Janeiro. Já em junho e julho do mesmo ano “houve” uma significativa redução no número de praticantes, passando para 7.453, a despeito do número de inscrições ter permanecido rigorosamente o mesmo, 15.986. Em novembro o número de praticantes chegou a 5.695, tendo 10771 inscritos.

Frente a esses números, um dos principais participantes do processo afirma que:

uma das coisas mais sérias ainda, é que a ONG passou uma informação para a SMEL de que ali naquele momento se atendiam 5.000 pessoas. E sabíamos que isso não era verdade. Mas tínhamos que encher aquilo. (...) Aí no 1º mês de trabalho, quando fui fazer meu 1º relatório começaram os problemas, já que só tinham 1170 pessoas freqüentando. Aí perguntamos o que fazer ao responsável da SMEL. Então tinha seguinte maquiagem: 5.000 alunos inscritos e 1.170 freqüentando. Aí começamos a estabelecer metas para chegarmos a 5.000 pessoas em dezembro pelo menos. Aí trabalhamos de maio a dezembro de 2001 com essa meta. Nós

conseguimos. Aí tínhamos outra questão nos relatórios 10.000 inscritos e 5.000 freqüentando. Isso era muito triste porque a ONG precisava mostrar números para a Petrobrás, já que precisava justificar o financiamento, o investimento. E tinha que mostrar número a SMEL (Entrevistado E).

Então como forma de enfrentar isso, foi preciso encher rapidamente a VOM de crianças, já que com a entrada dos novos profissionais em maio de 2001, seria preciso justificar o investimento²¹. Assim, buscou-se o mecanismo de convênios com as escolas da região, sobretudo, os quatro CIEPs vizinhos²². Na verdade, esse contato se deu via 4ª Coordenadoria Regional de Ensino (CRE), através de sua Diretora, que parece ter ficado muito empolgada;

ela achou super legal e deu todo apoio e ela fez um documento para as diretoras dizendo que seria muito importante levar as crianças na VOM, quase que dizendo ser obrigatório. Independente desse contato com a CRE, o apoio quase total de sua diretora, fomos a todas as escolas da Maré para levar o Folhetim da VOM dizendo o que era o projeto, porque é importante a criança ir lá, o que tem lá para ser oferecido, e dar uma real visão do que é a VOM (Entrevistado C).

Defendia-se que, recebendo os alunos dos CIEPs, estar-se-ia atendendo crianças e jovens da Maré, já que os estudantes são seus moradores. Com isso, além das aulas de Educação Física nas escolas, esses alunos vinham uma vez por semana para a VOM ter “aulas” de esporte, como já apontava os projetos CEASE e MARÉ INTEGRAÇÃO ESCOLAR.

Esses estudantes seriam incorporados às turmas regulares das diversas modalidades. Isto se mostrou impraticável, já que cada professor receberia, além dos que já estivessem em suas aulas, mais 50 alunos. Então, começou-se a atender turmas completas, e a cada professor e/ou estagiário era delegada à “aula”.

É interessante perceber a dimensão pedagógica dessas aulas. Até praticamente o último bimestre de 2001 não havia uma definição professor/turma, ou seja, a turma viria para a VOM e seria conduzida por um professor (ou mesmo estagiários) para a quadra/campo, devidamente uniformizados, para que pudessem realizar atividades físico-esportivas. As turmas não tinham professores fixos, dificultando sobremaneira as possibilidades de intervenção pedagógica.

²¹ “Mas tínhamos que encher aquilo. E precisávamos de alguém para encher aquilo, e alguém que fizesse essa interlocução com as escolas, com as CREs, que fizesse esse caminho”.(Entrevistado E)

²² Todos são CIEPs Municipalizados. São eles CIEP Operário Vicente Mariano (Baixa do Sapateiro); CIEP Samora Machel e CIEP Elis Regina (divisa Baixa do Sapateiro e Nova Holanda). Embora bem menos freqüente, também vinham turmas do CIEP Hélio Smidt, que fica na Nova Holanda, exatamente ao lado 22º Batalhão de Polícia.

A despeito dos objetivos apresentados nos programas e das práticas pedagógicas dos profissionais, fica a impressão que era mais significativo o fato de ter a VOM cheia, com muitas crianças nas quadras, do que o que realmente se fazia²³. Assim, a ida a VOM tornava-se um mecanismo que os professores das Escolas usavam para exigir “bom comportamento” dos alunos: só iriam para a Vila Olímpica as turmas que se comportassem. Assim, a ida a VOM tornava-se um “prêmio” pelo bom mocismo dos alunos!

Outro fato, aparentemente de menor importância, nos permite um olhar mais próximo da realidade “pedagógica” do projeto de convênio com as escolas na VOM. Longe de proceder generalizações, era comum ocorrer divisões entre as turmas em que um professor daria aulas para o grupo dos meninos e outro daria aulas para as meninas. Assim, reeditava-se a nefasta divisão por gênero nas aulas de Educação Física; algo que vigorou durante muito tempo na legislação das aulas, e ainda se faz presente no imaginário de nossa área.

Sob a alegação que seria mais “fácil” trabalhar, esse processo era acompanhado da clássica divisão: as meninas realizavam alguns jogos e brincadeiras e os meninos jogavam futebol, a despeito de algumas exceções. Contudo, não era raro notarmos essa divisão sexista em muitas “aulas” para as turmas dos CIEPs. A todo o momento em que atuamos como estagiário/docente, essa questão nunca foi objeto de debates da equipe pedagógica, ou seja, as preocupações com a natureza das práticas pedagógicas no projeto não eram sequer consideradas.

Isso não quer dizer que relações entre Escolas e Centros Esportivos de Lazer não devam ocorrer. Contudo, é preciso garantir as especificidades institucionais. Como um projeto de lazer, a VOM não deveria receber os alunos no tempo escolar e sim após esse. Não com o argumento de afastar criança das ruas, das drogas ou coisas parecidas, mas por compreender que a vivência do esporte, das artes, da dança, de música e outras práticas culturais são elementos indispensáveis à formação humana, implicando num projeto educacional ampliado. Não por seu “potencial salvacionista”; não por ser um disciplinador da infância e juventude, mas por ser um direito de fruição cultural do/no lazer.

A despeito dessas questões, a SMEL parece ter aprovado esse tipo de relação entre Escola e Centros Esportivos, estendendo aos outros Centros Esportivos/Vilas Olímpicas. Com

²³ “O objetivo do trabalho não era só encher a VOM. Não era só isso que justificava a vinda dos CIEPS. Tudo bem, nós tínhamos algumas parcerias que poderiam estar, como qualquer outro parceiro, exigindo que o projeto funcionasse. E a contrapartida do projeto funcionar é termos um número maior de alunos. Inicialmente, o CIEP entrou sim para aumentar o quantitativo” (Entrevistado F).

isso, a pessoa que fazia a ligação com a Escolas, passa a trabalhar diretamente na SMEL, passando também a fazê-lo em relação às outras Vilas Olímpicas, já que estas “...estavam com problema muito sério do número de frequência. Eu fui para a SMEL fazer esse tipo de trabalho” (ENTREVISTADO E). Entretanto, o caráter conformador e educativo em sentido ampliado, se manifesta na transposição de que estes projetos esportivos atenderiam às demandas da população, que expressaria isto freqüentando em massa aos Centros Esportivos. Mas, face ao já descrito anteriormente, esse “sucesso de público” pode ser facilmente contestado.

Seria de estranhar o fato dessa gritante contradição entre os números apresentados e o que a realidade apresentava nunca ter chamado a atenção da PMRJ e da Petrobrás. A razão dessa “não suspeita” quantos aos números oficiais do projeto é apresentado na fala de um entrevistado:

A SMEL não ficou preocupada com o que acontecia lá dentro. Só queria um número para projetar politicamente. Só isso. Um número de propaganda. Agora, se realmente lá tinha 2000, 5000, 10000, não estava interessada nisso. Queria aquele número para contar. E aí os relatórios iam com os números feitos que a SMEL estavam precisando. Infelizmente. Muito duro de falar isso, mas é a verdade. Interessava todo mundo. Interessava a nós enquanto Coordenação técnica para se manter, interessava a UEVOM para continuar a se manter e receber as Verbas da SMEL; interessava a SMEL para continuar falando que ali dentro tinha 15000. Chegaram a falar que ali tinha 15000 (Entrevistado E).

Como podemos ver nessa última fala, não era de interesse de nenhum dos grupos e pessoas envolvidas problematizar ou questionar essa questão. Essa confluência de projetos políticos pessoais e coletivos, corroborou na conformação ético-política da VOM como expressão da nova configuração das políticas públicas, sendo eficaz, de menor custo, não burocrática, enfim, a imagem externa de um projeto que tinha atingido plenamente seus objetivos. Com isso, sua face educativa se apresentava para além das mediações pedagógicas estabelecidas em seu interior, ainda que estas apresentassem contradições com a própria imagem que o projeto tinha na sociedade.

Somente no ano de 2003 é que a frequência dos CIEPs tendeu a diminuir, já que a VOM conseguiu efetivamente justificar o quantitativo apontado. Contudo, isso não quer dizer que não se fizessem presentes, apenas não eram mais responsáveis por mais da metade dos praticantes. A VOM podia apresentar-se, majoritariamente, como um projeto de lazer. A partir de nossos relatórios mensais, também da própria experiência visual, era possível atestar esse aumento real do quantitativo. Esses relatórios eram, na verdade, pautas com os nomes dos alunos,

a idade, a “comunidade” e a escola. Assim, “nós chegamos finalmente na segunda metade de 2003 a poder provar que realmente tínhamos 11000 alunos” (Entrevistado F)²⁴.

Frente a essas questões com o real quantitativo de freqüentadores da VOM, uma pergunta central deveria ter sido feita logo no início. Por que a VOM, num contexto de poucas possibilidades de lazer, para crianças, jovens, adultos e idosos, ainda não era atraente? Segundo Censo do CEASM (2003), apenas a população infantil (0 a 14 anos) é de aproximadamente 40.000 pessoas, sendo 18.000 entre 7 e 14 anos. Embora não tenhamos os dados de jovens entre 14 e 18 anos na Maré, poderia se supor não serem menos de 9.000 pessoas²⁵. Assim, o público alvo em potencial do projeto era muito amplo. Além disso, a VOM também dispunha de projetos como ginástica e caminhada para adultos e/ou idosos, inclusive às 06:00 da manhã, contemplando adultos e idosos que trabalhassem ou preferissem fazer atividade física ao amanhecer.

Frente a isso, mais uma vez retomamos a pergunta: Por que tamanha dificuldade em conquistar a “comunidade” para freqüentar a VOM? A partir das pistas que obtivemos, podemos traçar alguns caminhos que nos permitam respondê-las.

Diversos fatores confluíram para isso. Seja pela própria formação da ONG UEVOM; a mudança na natureza da atuação dos Agentes Comunitários; a suspeita da “Comunidade” que a VOM seria apenas mais um projeto eleitoreiro e sem continuidade, ou mesmo os problemas internos da comunidade, como o medo do confronto entre traficantes e eventuais tiroteios.

Como já havíamos dito, quando foi criada a ONG UEVOM, desvinculando-se da UNIMAR, apenas três pessoas assumiram funções em sua diretoria, representando as Associações de Moradores e as “comunidades”. Esse processo de distanciamento entre as decisões e as ações da VOM quanto ao poder de intervenção das Associações, tudo isso gerou preocupações de que este poderia ser mais um projeto temporário, feito de fora para dentro, unicamente eleitoreiro, quando mais uma vez os moradores das favelas seriam usados por grupos políticos, algo comum na história.

Num primeiro momento, as Associações de Moradores tiveram participação no processo, fazendo inscrições de interessados e divulgando/incentivando a VOM. Com o concentrar do processo nas mãos do grupo da UEVOM, e o fechamento à participação das

²⁴ Contudo, isso não implica que sejam 11.000 pessoas diferentes, já que era comum haver alunos inscritos em mais de uma modalidade, indo para o banco de dados como duas inscrições, embora se trate da mesma pessoa!

²⁵ Mesmo que imprecisa, chegamos a esses números aproximados a partir de análise de dados estatísticos sobre juventude, onde geral, pessoas entre 15 e 24 anos correspondem a 20% da população. Assim, na Maré seria algo em torno de 23000 pessoas.

Associações, passou a haver resistências na promoção e no incentivo à frequência das pessoas. Uma das razões para a dificuldade inicial da VOM era obter a confiança da população da Maré, provando que ali estaria começando um trabalho sério, e não um:

projeto embrião, de 30, 40 pessoas que depois de nove meses acabavam e um abraço. Davam um resultado um resultado “maravilhoso”, voto para muita gente e depois acabavam. E a VOM era o contrário, era um projeto que trazia para dentro dele toda área cultural, esportiva. Era uma coisa contínua, que não vinha nem de deputado, nem de vereador, e sim da diretamente da PMRJ (Entrevistado A).

Parece que apesar desse esforço, e mesmo considerando a grande demanda por lazer e esporte, a população da Maré via tudo aquilo com alguma desconfiança. E isso era relatado a PMRJ, como nos apontou um dos coordenadores pedagógicos: “a comunidade ainda não acreditava no projeto. Pensa ainda que é um projeto eleitoreiro” (Entrevistado F).

Outro ponto de grande influência na dificuldade de trazer a população para dentro do projeto foi a mudança na natureza da atuação dos agentes comunitários. Com a entrada do projeto CEASE em maio de 2001, e a chegada de muitos novos professores, os “Agentes” passaram a ter um papel menos central. Assim, tanto suas turmas foram diminuídas, como passou a haver uma “concorrência” entre os “de fora, e os que são da “comunidade”. Isso implicou numa perda de prestígio, além “do fantasma de que quando os professores chegassem, os agentes comunitários seriam dispensados” (Entrevistado G). Assim, esses profissionais, que teriam a função de ser o elo com a comunidade, não se sentiam mais úteis no processo, já que tenderiam a perder espaço. Com isso, não mais traziam diretamente as crianças, o que, sem dúvida, teve impacto no quantitativo da VOM.

Mas como justificar oficialmente o fato da VOM não apresentar os números apresentados nos relatórios a PMRJ e à imprensa? Como explicar isso? Nesse processo, questões concretas ganhavam uma dimensão maior do que realmente tinham para os frequentadores. Assim, justificava-se o esvaziamento pelo “clima tenso” na Maré, pelo conflito entre as facções do tráfico, bem como pelas possíveis retaliações pelo fato de morarem em locais onde a facção fosse a rival, ou ainda pelo medo de tiroteios que pudessem irromper durante as aulas. Ou então

pelo fato da piscina só ter sido aberta ao público em fevereiro de 2002, dois anos depois de sua abertura²⁶.

Não que todas essas questões não se fizessem presentes de alguma forma. São públicos e notórios os conflitos existentes entre as facções do tráfico de drogas na região da Maré. Também não podemos negar uma certa animosidade expressa por alguns jovens e crianças acerca dos conflitos, ainda com referências ao trato com jovens de outras localidades na Maré, onde o controle era de outra facção. Isso demandava uma atenção especial do corpo docente e técnico da VOM no sentido de se contrapor, seja incentivando nas aulas uma relação mais próxima entre os alunos das diversas localidades, seja através do rechace/repreensão às manifestações e atitudes de agressão física e verbal por conta dessa habitar em localidades diversas.

Contudo, afirmar que estes fatos tinham influência na frequência a VOM, sendo o determinante no seu baixo quantitativo é superdimensionar a questão! Era evidente que em dias que se seguiam a grandes conflitos, sobretudo com mortes de traficantes, a frequência de crianças e jovens era menor, bem como quando havia tiroteio na frente ou mesmo dentro da VOM, como acontecera algumas vezes. Por outro lado, não se registrou na VOM a determinação para que suas atividades fossem suspensas por conta de mortes de traficantes.

Além disso, podemos afirmar categoricamente, que isso não impedia a frequência de pessoas das diversas localidades da Maré, mesmo que as facções que vendessem drogas em suas localidades, fossem rivais daquelas que ocupavam as localidades próximas à VOM. Antes da existência de relatórios de professores em 2003, que indicavam na pauta a localidade de cada aluno, podendo-se então ter uma idéia real da presença de pessoas de acordo com a sua localidade, nossa experiência cotidiana anterior já nos indicava haver um intercâmbio entre jovens das diversas localidades, sendo isso notado na formação das turmas nas quais atuávamos como docente. Nestas equivaliam-se o número de alunos advindos da Nova Holanda, Rubem Vaz, Parque União, regiões controladas pelo comando Vermelho, com os que moravam na Baixa do Sapateiro, Morro do Timbáu, Vila dos Pinheiros, entre outras áreas sob o domínio do Terceiro Comando e da Amigos dos Amigos (ADA).

²⁶ Defendia-se que o fato da piscina funcionar “chamaria” mais pessoas para a VOM. Depois de três meses de funcionamento o impacto no quantitativo geral foi baixo, sobretudo, na parte mais visível da VOM, que são as quadras. Com isso, decidiu-se uma nova regra para as inscrições nas aulas de natação, então com uma grande procura: condicioná-la à inscrição em outra modalidade esportiva.

Mesmo que tenha sido uma surpresa para a direção²⁷, jogava-se por terra a posição de que a VOM não enchesse devido a receio das pessoas de outras localidades em freqüentar por conta do tráfico. Contudo, era cômodo atribuir ao tráfico, e ao medo dele decorrente, a responsabilidade pelo esvaziamento da VOM.

Não se trata de desconsiderar os diversos impedimentos e problema decorrentes da existência dessas quadrilhas nos bairros pobres e favelas, sobretudo, no que se refere ao cotidiano daqueles que vivenciam suas conseqüências diuturnamente. Apenas queremos chamar a atenção para a utilização política e educativa dessa presença do tráfico nas favelas. Seja para defender a necessidade de políticas públicas, ou para garantir mecanismo de financiamentos privados e/ou públicos, a presença do tráfico pode ser extremamente funcional. Daí a defesa da implementação das políticas/ações sociais, não apenas por se tratarem de direitos de diversas ordens, a que os moradores precisam ter acesso universal, mas sim por seu suposto antídoto contra o envolvimento com o tráfico. Defender que a existência de políticas públicas de esporte, lazer, artes, de uma forma geral, é parte de um projeto democrático de sociedade não basta por si só. É preciso que para além disso, também “sirva para tirar os jovens do caminho das drogas e do mundo do crime”, concebido quase como destino sem saída para crianças e jovens das Favelas.

Outra significativa confluência de projetos entre o grupo que assume a PMRJ/SMEL e a VOM está na concepção da “participação” de organismos na sociedade civil na implementação das políticas públicas. Embora não assumam verbalmente o discurso do chamado “terceiro setor”, apresentam argumentos semelhantes, colocando-se, de certa forma, no mesmo campo. Enquanto o documento do projeto CEASE aborda a importância do estabelecimento de parcerias, com empresas, ONGs, Universidades, Federações esportivas, o projeto da UEVOM afirma que:

a sociedade acordou para a extrema conveniência de reunir seus próprios recursos aos do poder público, no interesse da solução de seus problemas crônicos ou da satisfação de suas necessidades mais importantes. Decorrem então projetos de parcerias (...) estruturados para

²⁷ “A VOM ficava na parte do Terceiro Comando, e a gente achava que o pessoal da Nova Holanda, que é da parte do Comando Vermelho, não tinha essa participação. E quando começou, nos relatórios, a informar a procedência dos alunos, percebeu-se que essas pessoas que freqüentavam a VOM era quase 50%. Aí podemos perceber quando chega perto dos horários redondos tipo 09:00 e 10:00 aquela fila indiana, e aquela linha imaginária que separava um comando do outro acabava indo por terra. Não tinha mais essa diferença de terra do Comando Vermelho, terra do Terceiro Comando. Acabava isso” (Entrevistado F).

buscar recursos na iniciativa privada e unir projetos do poder público, com isso minimizando os gastos governamentais (Uevom, 2000d, p. 4)²⁸.

Isso é evidenciado na natureza da atuação da Petrobrás no âmbito do projeto. Trata-se não apenas de um patrocinador, mas de um parceiro, que comungaria dos mesmos preceitos. Assim, a VOM passa a ocupar um papel de destaque no interior das iniciativas de responsabilidade social da empresa.

Quando a Petrobrás decide sistematizar seus mecanismos de financiamento para os diversos projetos sociais no país a partir de 2001, lançando o programa “Petrobrás Social” com novas diretrizes, a VOM é convidada e representada na figura de seu Presidente, numa cerimônia nacional em sua sede no Rio de Janeiro. Como está apontado no Informativo da VOM, esse processo “...marca a evolução da Petrobrás, de patrocinadora financeira de projetos para agente do Desenvolvimento Sustentável, de coadjuvante para co-protagonista das ações” (2001h, p. 4).

A importância do projeto para Petrobrás pode ser evidenciada nas diversas campanhas publicitárias da empresa onde a VOM figura como um exemplo de sua responsabilidade social, inclusive sendo citada pela Revista Exame em novembro de 2001, no seu “Guia de Boa Cidadania Corporativa”, como um dos vinte projetos sociais de destaque no Brasil. Além disso, o projeto da VOM também rendeu à empresa o prêmio Top Social em 2001, concedido pela Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) (Petrobrás, 2004). Também foi comum a apresentação de alguns projetos da VOM, como coral, balé, dança de rua entre outros, em eventos realizados pela Petrobrás no Rio de Janeiro. Assim, conforma-se a VOM enquanto expressão concreta da concepção de responsabilidade social empresarial, sendo uma espécie de modelo para as ações da PMRJ/SMEL.

Para implementação de suas ações nas Vilas Olímpicas, começam seguir um padrão que demanda maiores atenções. Estamos falando dos convênios com as Federações Esportivas para gerir cada Vila Olímpica. Assim, a SMEL repassa verbas a esses organismos, que contratavam cooperativas de mão de obra para executarem as ações.

A partir disso, as ações passaram a ser executadas por esses organismos, tendo o grupo da PMRJ/SMEL o controle político mediante a existência da figura da Coordenação

²⁸ Não por acaso, a VOM apresenta como um de seus objetivos “incentivar a participação de empresas no esforço de promoção do bem estar social” (Uevom, 2001d, p. 18).

Técnica, com cargos de confiança, responsáveis pela Coordenação pedagógica do programa, sendo esse o seu elo com o dia-a dia dos projetos. Tanto nas reuniões semanais na SMEL, como nos relatórios mensais, esses coordenadores de projetos repassariam as informações a SMEL acerca das questões afeitas ao funcionamento dos espaços.

Nesse processo de relação SMEL-Federações, a VOM apresenta um diferencial em relação aos outros projetos, o fato de ser administrada por uma ONG e não diretamente por uma federação. Entretanto, é relevante apontar que também se tentou implementar este modelo nos primeiros meses de convênio com a SMEL em 2001. Ao fazer parte do projeto CEASE, a VOM passou a receber verba da SMEL, via Federação de Esportes de Praia do Rio de Janeiro (FEPERJ), que através de uma Cooperativa (COOMPS), pagaria os profissionais, como está explicitado na prestação de contas da UEVOM à federação.

Contudo, esse processo implicaria na diminuição drástica da participação da UEVOM, que passaria a ter um papel secundário, tanto na tomada de decisões quanto na administração dos recursos. Além disso, a UEVOM já possuía uma aproximação com uma Cooperativa, a COOPJOVEM MARÉ, que tem como um dos seus diretores justamente o presidente da UEVOM.

Caso fosse mantido, o “caminho” da verba seria: SMEL-FEPERJ-COOMPS-UEVOM-COOPJOVEMMARÉ. Se pensarmos que em cada “estação” há uma taxa administrativa a ser paga, seria pouco o montante que chegaria ao final, encarecendo o projeto.

Ficou explícita nesse processo uma disputa pelo controle dessas verbas, já que quando os professores são convocados para fazerem parte da VOM, a COOPJOVEM solicita documentos normais à admissão. E logo com o primeiro atraso de pagamento é especulado que receberíamos pela COOMPS, e que precisaríamos novamente recolher os documentos. Após receber dois meses de salário por essa Cooperativa, com um atraso posterior de mais dois meses, recebemos a determinação que seríamos novamente cooperativados pela COOPJOVEM, que passou a nos pagar a partir de então.

Assim, em novembro de 2001 é assinado o Convênio nº 027/2001, diretamente entre a UEVOM e SMEL/PMRJ, para “gestão da Vila Olímpica da Maré pela UEVOM (...), tendo como metas, a continuidade do atual modelo de administração (...) vigente desde sua inauguração” (PMRJ/Smel, 2001b, p. 1). Com isso, é re-sistematizado o instrumento jurídico que consolidaria a UEVOM como administradora do projeto Vila Olímpica da Maré.

Até seu fechamento em dezembro de 2003, essa foi sua configuração. Inicialmente, contava com dois convênios que a mantinha: primeiro o convênio UEVOM-Petrobrás; e depois o referido anteriormente, com a SMEL/PMRJ. Depois, em junho de 2003, foi fechado um outro convênio entre a UEVOM e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT ou Correios) para administração do Parque Aquático e o pagamento dos profissionais que lá atuavam, já que os Correios são um dos patrocinadores da Confederação Brasileira de Esportes Aquáticos (CBDA). Entretanto, a participação financeira na manutenção da VOM não foi muito decisiva já que, com entrada de mais verbas, a SMEL/PMRJ diminui seu aporte financeiro na mesma proporção das verbas que entrariam com o novo convênio. Como dizemos no mundo dos esportes “trocou-se seis (6) por meia (1/2) dúzia”!

A despeito disso, esse novo convênio foi muito celebrado, tendo inclusive havido uma cerimônia de assinatura, contando com a presença do representante do Ministério das Comunicações- a qual a ECT está vinculada- o presidente da CBDA- Coaracy Nunes-, o Secretário de Esportes da PMRJ- RUY CÉSAR- quando todos falaram da importância deste convênio para o futuro da VOM²⁹.

Outra característica que marcou as ações foi à relação de proximidade com as lideranças comunitárias, quando muitos passaram a ter cargos na direção dos Centros Esportivos/Vilas Olímpicas. Seja como forma de garantir legitimidade interna aos projetos, contando com a popularidade dessas pessoas, ou como forma de garantir a viabilidade da implementação dos projetos, este mecanismo foi recorrente nos diversos projetos. Considerados “dinamizadores Comunitários” por possibilitarem a aproximação dos “anseios” da população com o grupo que iria implementar os projetos de esportes. Isso é explicitado por um técnico da SMEL quando afirma que “em hipótese alguma, um projeto de cunho social, dentro de uma área de risco social, tem chance de dar certo se não tivermos com essa pessoa, que precisa ser uma representação legítima, ao nosso lado. Os líderes comunitários são os braços políticos das comunidades” (Entrevistado D).

²⁹ Neste evento, foi muito marcante a aplaudida fala do Presidente da CBDA. Segundo Coaracy Nunes, provavelmente nos Jogos Pan Americanos em 2007, no Rio de Janeiro, tínhamos algum aluno da VOM, “já que segundo uma pesquisa americana, a cada 2000 pessoas que praticam esportes, uma teria potencial para se tornar atleta de ponta, e como aqui temos 5000 crianças nadando, certamente teremos um representante da Maré em 2007”. Independente da fidedignidade dos dados apresentados, o fantasma da relação com o esporte de alto rendimento volta a dar as caras, apenas para lembrar que nunca nos abandonou!

A partir das cooperativas, que empregavam moradores locais para executar ações nos projetos, estabelece-se uma relação clientelista quanto às possibilidades de emprego nos projetos, além de representar estratégias de precarização das relações de trabalho por não haver respeito aos direitos trabalhistas. Assim, direitos como férias remuneradas, 13º salário, licença maternidade, entre outros, não faziam/fazem parte do cotidiano de grande parte dos trabalhadores das Vilas Olímpicas.

Não por acaso, grande parte das Vilas Olímpicas sempre tenham estado com os pagamentos dos funcionários atrasados por dois ou três meses, por alegações de problemas burocráticos das Cooperativas. Para além da opção de não realização de concursos públicos para o preenchimento dessa demanda, nesse mecanismo de implementação das políticas públicas, o bloco no poder, de certa forma, pode condicionar a continuidade do emprego dos profissionais ao seu prosseguimento junto à administração pública. Há nesse processo uma dimensão pedagógica que, num contexto de desemprego estrutural, conforma e limita às possibilidades de contestação ou mesmo de apresentação de discordâncias com o projeto, já que isso implicaria em riscos a continuidade no emprego.

Sob alguns aspectos a questão apresentada foi de suma relevância em nosso trabalho. Ao apontarmos a dimensão pedagógica da legitimação dos projetos, devido ao número de empregos que geraram em seus bairros, não estamos desconsiderando sua importância para as pessoas que necessitam desses como mecanismos de sobrevivência imediata, sobretudo os moradores. Contudo, isso não pode implicar em não debatermos as possibilidades de relações clientelistas no processo, personalizando e/ou partidarizando essa relação, no sentido de que a garantia dos empregos estaria condicionada à permanência do grupo frente à administração pública.

Além disso, essa forma de inserção profissional em políticas públicas de esportes não é incomum. Com algumas exceções, poucas Secretarias de esportes dispõem de corpo de funcionários para implementação de seus programas. Poucos concursos são abertos nessas pastas, tanto para preenchimento de cargos administrativos, como no quadro de professores. Assim, diversos mecanismos são utilizados: sejam convênios com ONGs, com cooperativas ou Universidades, onde em geral, estudantes são utilizados como mão-de-obra barata, garantindo visibilidade ao programa.

Nos programas da SMEL/PMRJ, além do exemplo apresentado no cotidiano dos projetos, tal mecanismo era parte fundante dos projetos. Não por acaso um técnico da SMEL afirma que o mecanismo de Concurso Público não seria o melhor para compor o quadro profissional das Vilas Olímpicas já que:

a estabilidade no emprego pode trazer para as Vilas Olímpicas os mesmos problemas que existem nas escolas municipais- que eu fico muito à vontade para falar por ser parte do grupo e que absolutamente não é satisfatório. Então tenho medo disso. Acho que existem mecanismos legais, fortes, sólidos que podem permitir que escapemos dos prejuízos e que se possa manter o nível dos trabalhos. Porque os concursos do município são muito bons. (...) Mas não selecionam o profissional. Porque se você rodar as escolas o quadro não é muito animador (Entrevistado D).

Assim, implicitamente, esse modelo é um dos mecanismos de inserção precarizada no mundo do trabalho. Não por acaso, além da dessa dimensão subjetiva, também havia um mecanismo que combinava consenso e coerção na legitimação desse modelo. Para além da configuração desfavorável do campo de trabalho, constantemente era lembrado em reuniões que éramos Cooperativados, e que nessa condição prestávamos serviço a ONG UEVOM, não tendo nenhum vínculo com a SMEL/PMRJ!

Isso também é expresso em duas cláusulas no contrato de Convênio 027-2001, entre a UEVOM e a SMEL/ PMRJ, com emblemáticos títulos- “Do Vínculo Empregatício” e “Da Exclusão de Responsabilidades” . É significativo que esteja expresso nos dois que:

- Cláusula Décima- Do Vínculo Empregatício

Em hipótese alguma haverá vínculo empregatício entre os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste convênio, permanecendo os mesmos vinculados às pessoas jurídicas as quais estejam subordinados;

- Cláusula Décima Primeira- Da Exclusão de Responsabilidades

O Município não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela UEVOM com terceiros (...).

§2º município não é responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente convênio (PMRJ, 2001b, p. 4).

No caso específico da VOM, configurou-se diversos tipos de inserção profissional. Algumas funções foram terceirizadas, com a contratação de firmas específicas. Por exemplo, os serviços de segurança e limpeza de piscinas. Nos contratos eram exigidos que os trabalhadores

fossem moradores da Maré. A UEVOM também contratava alguns profissionais das áreas administrativas para seu funcionamento.

O restante do corpo de funcionários, incluindo aí o corpo médico e de professores de Educação Física e “artes”, eram cooperativados pela Cooperativa COOPJOVEM MARÉ. Com isso, estes profissionais- a grande maioria da VOM- não tinham suas relações trabalhistas regidas pela CLT (Consolidação das leis de Trabalho). Assim, sob a aparente mudança na natureza da inserção no mundo do trabalho, já que teoricamente numa cooperativa não haveria relação de subordinação entre empregador e empregado, e sim uma relação entre iguais, configura-se um mecanismo explícito de precarização das relações de trabalho, sem os direitos trabalhistas garantidos pela CLT.

Podemos apreender ser este mecanismo uma exigência dos “parceiros” da VOM, como podemos notar nesta fala de um dos diretores da UEVOM. Assim,:

na continuação, a PMRJ e a Petrobrás acharam melhor não contratar ninguém CELETISTA. Foi onde que parou. Teria que entrar ou por empresas contratada ou por Cooperativa. Como a PMRJ só trabalha com COOPERATIVA, todos da PMRJ são cooperativados. Até o pessoal do UEVOM que trabalha na secretaria são cooperativados (Entrevistado A).

Com isso, os custos de implementação do projeto seriam menores, mesmo que elaborados a partir de uma manobra jurídica, que embora prevista em lei, se torna um mecanismo branco dessa precarização.

Essa administração de verbas públicas por entidades privadas, neste caso em questão, foi alvo de contundentes denúncias, inclusive com a abertura de uma CPI na Câmara Municipal em Março de 2003 para averiguação dos referidos contratos e assim como das vistorias por parte do Tribunal de Contas do Município³⁰. Com a prisão, em flagrante, de uma Presidente de Cooperativa ao tentar movimentar os salários de 800 prestadores de serviços àquela Secretaria Municipal, descobriu-se até a existência de funcionários que não exerceriam atividades e receberiam salários, sendo assim, “funcionários fantasmas”. Embora não seja objetivo de nossa pesquisa debater as ações da SMEL, tais questões nos fornecem elementos para compreender como a VOM insere-se num projeto político mais amplo, no que se refere às políticas públicas de esporte. Assim, embora na experiência da VOM não tenha havido nenhuma denúncia de malversação de verbas públicas, menos ainda de comprovação ou mesmo denúncia de

³⁰ Citamos dois processos de números: 40/4337/2003 e 40/214/2003.

apropriação de recursos públicos, as questões acerca da inserção precarizada no mundo do trabalho e a não realização de concursos públicos para o preenchimento das vagas, levando à personalização na contratação, fizeram-se presentes todo o tempo.

Para além da dimensão unicamente econômica de barateamento dos custos da mão de obra, bem como da transferência de recursos públicos a entidades privadas, há dimensões políticas nesse processo que não podem ser minoradas. Assim, mais uma vez economia e política compõem o bloco histórico já apontado por Gramsci. Por isso, reduzir essa questão unicamente ao barateamento da mão-de-obra e da inserção precarizada no mundo do trabalho a questão econômica, de diminuição do aparelho estatal, ou mesmo da transferência de recursos a essas entidades, implica em não considerar que isto também significa um importante mecanismo de obtenção de consenso e cooptação, seja pela concordância com o projeto, seja pela aproximação de setores para seu interior, mediante a oferta de cargos e empregos. Seriam essas as novas faces dos mecanismos de consenso, utilizadas pelo projeto dominante em tempos de desemprego estrutural? Temos pistas que nos levam a seguir esse caminho.

Nesse mecanismo de obtenção de consenso, a direção da UEVOM foi muito hábil em obter a adesão e a respeitabilidade do projeto, considerando as atividades que a população teria acesso. A própria prática de atividades esportivas e artísticas não era desprezada. Isso é explicitado quando o Coordenador da VOM aponta que “aqui, vêm-se crianças fazendo atividades que não teriam condições de pagar, como tênis, ginástica olímpica, ginástica rítmica e outros esportes”. Além disso, numa reportagem de um jornal da PMRJ, afirma-se que:

Na Vila Olímpica (...) são oferecidos, gratuitamente, curso de natação, hidroginástica, futsal, basquete, handebol, capoeira, futebol feminino, ginástica Olímpica, Ginástica rítmica desportiva, atletismo, alongamento, caminhada, Educação Física Especial, Balé, Dança Moderna, Coral (PMRJ/Sme, 2003, p. 11. grifo nosso).

Não obstante, a afirmação das atividades serem gratuitas e não frutos de uma política pública de esporte, configurando o caráter dadivoso das ações, isso se manifesta como uma tentativa de despolitização repolitizada no âmbito das políticas públicas. Assim, a Vila Olímpica da Maré, não seria fruto das conquistas e afirmação de um direito social, no caso o esporte e o lazer, mas sim fruto da atuação de almas caridosas que financiavam os projetos; a Petrobrás e a PMRJ.

Além disso, também há outro importante e eficiente instrumento de consenso que o projeto valeu-se. Estamos falando de uma seção dos Informativos da VOM, sobretudo até 2001, onde se apresentava um quadro “Balanço social das Atividades”. Esses informativos eram apresentados à Petrobrás e a PMRJ/SMEL, além de órgãos da imprensa que, por ventura, visitassem o projeto.

No quadro Balanço Social eram apresentados “...os benefícios propiciados pela Vila Olímpica, retratando os serviços prestados por moradores da comunidade” (2001d, p. 7), que se manifestavam no

aproveitamento da mão-de-obra local, gerando oportunidades de prestação de serviços variados como fornecimento de pães para lanches, conserto de uniformes, aquisição de materiais em geral, contratação de serviços eventuais, contribuindo assim para a geração de renda e melhoria de qualidade de vida dos moradores (Uevom, 2001e, p. 9).

Um dos pontos mais realçados nesses balanços era a geração de empregos diretos e indiretos que a VOM proporcionava. Nos informativos de Janeiro a Junho de 2001 discriminava-se não apenas os que atuavam na VOM, como “celetistas”, ou “terceirizados”, como também os tipos de serviços que a mesma requisitou aos moradores da Maré. Chegamos a junho de 2001 com o expressivo número de 364 moradores que, de alguma forma, prestaram serviços a VOM. Contudo, nesse cálculo entram desde os funcionários da VOM, até a equipe de professores, médicos e estagiários, que, naquele momento, tinham apenas 4 membros que moravam na Maré.

Nos informativos de julho a novembro de 2001 passou-se a não mais discriminar pormenorizadamente as atividades prestadas. Ainda assim, há o apontamento de que “... nos meses de Janeiro a novembro deste ano já contabilizamos 535 moradores que prestaram, direta ou indiretamente, serviços variados à Vila Olímpica” (Uevom, 2001h, p. 15) Ainda que nesta conta tenham sido incluídos todos os empregos das áreas “médicas e educacionais” como sendo realizados por moradores da Maré, totalizando 69, o que podemos apontar não ser verídico, visto que dentre esses apenas poucos colegas lá moravam, fica nítida a opção de apresentar a VOM como um “empreendimento” com implicações diretas na vida da Maré para além de suas atividades.

No que tange aos empregos diretos na UEVOM, começou-se a divulgar o percentual de pessoal da Maré face ao total de empregos gerados. Assim, chegou-se em novembro com a

marca de 153 empregos diretos na VOM mais 18 terceirizados. Destes, 73 eram preenchidos por moradores da VOM. Não obstante, ali também se apresentava uma estimativa “anual de gastos com salários, compras e serviços de terceiros para pessoas e empresas do Complexo da Maré” (Uevom, 2001h, p. 5). Este gasto ficava, segundo a fonte, em torno de R\$ 352,958,99 (Trezentos e Cinquenta dois Mil novecentos e cinquenta oito reais e noventa e nove centavos).

Não se trata de debater a veracidade precisa destes dados, e sim sua utilização como importante mecanismo de obtenção de consenso da população. Seja pela geração direta e indireta de empregos, o papel econômico desempenhado pela VOM na Maré, medido tanto pelo consumo direto de produtos e serviços para seu funcionamento; como também pelas atividades econômicas daqueles que lá trabalhavam, como almoços, lanches, entre outros gastos.

Outra face da atuação da VOM que se insere no contexto de nosso trabalho, configurando seu papel ético-político enquanto um educador político coletivo, se refere à difusão/promoção do chamado trabalho voluntário. Assim, como vem descrito num jornal da PMRJ/SMEL (2003, p. 4) “o trabalho voluntário também é uma das marcas da VOM. Mães de alunos criaram grupos que contribuem com a limpeza e a conservação da área”.

Isto se manifestava/manifesta de três formas na VOM. Cronologicamente tivemos o episódio da participação “voluntária” de uma professora de balé durante o segundo semestre de 2001 no projeto. Isto foi saudado com um exemplo de solidariedade e de mobilização social que o projeto estaria conseguindo, inclusive impactando a participação de outros setores da sociedade. Analisando os informativos notamos como essa ênfase na atitude altruísta da referida experiência é constantemente referenciada, tendo diversas menções à existência de “...um doador voluntário, sr. (...), que se comprometeu a contribuir para o projeto com um salário mínimo mensal para o apoio ao projeto Balé Clássico, bem como fará assistência de trabalho voluntário, auxiliando a professora na organização da frequência das aulas” (Uevom, 2001g, p. 13). Ainda no âmbito da experiência do Balé, tivemos a ênfase no fato da professora Voluntária ter doado materiais e uniformes para a realização das atividades.

Um fato muito importante nesse processo é que tanto a professora quanto o doador voluntário, estavam na verdade, realizando o “serviço” por conta de uma penalidade sofrida por problemas de ordem fiscal com a Receita Federal. Ou seja, o caráter voluntário advinha da necessidade do pagamento de suas dívidas com o fisco brasileiro. Tanto que a referida experiência durou exatamente o tempo referente à penalidade, seis (6) meses. Desde o início, esse

projeto Balé foi apresentado a todos como temporário, o que queria dizer que a atuação “voluntária” tinha data certa para terminar. Seu encerramento foi algo que transtornou os envolvidos, levando a direção da VOM à contratação posterior - mais de 6 meses após seu fim - de professoras que retomassem o projeto.

Menos do que apontar o caráter pouco voluntário da experiência, nos importa debater como se apresenta uma face educativa da solidariedade individual como enfrentamento de questões coletivas. Isso se manifesta nas exposições públicas nos informativos acerca do projeto de balé e na atuação voluntária da professora e do doador que, por sua ação desinteressada e altruísta, manteriam o projeto funcionando. Isso fica claro no apontamento que encontramos no Informativo da UEVOM (2001f, p. 16, grifo nosso):

Os pais e responsáveis das alunas citaram que serão eternamente gratos, não só a Vila Olímpica mas principalmente à professora (...) que, com seu trabalho totalmente voluntário tem realizado o sonho de cada um: a oportunidade de ver sua filha freqüentando aulas de balé clássico.

A promoção do voluntariado não se encerra na experiência em questão. Em outros dois programas temos elementos para debatermos. Estamos falando dos programas **Guardiões da Natureza e da Limpeza** e **Mães Amigas**. O primeiro se caracterizava pela atuação de algumas pessoas desempregadas na manutenção e limpeza na área externa da VOM, ou seja, em toda a extensão da frente da Vila Olímpica. O segundo era referente à atuação de algumas Mães de alunos na realização de algumas tarefas como limpeza, distribuição de lanches, lavagem de louças e roupas, reparos de uniformes ou mesmo acompanhamento de turmas em eventos externos! Os participantes de ambos os programas recebiam cestas básicas mensais como forma de “agradecimento” por sua participação³¹.

Os programas assumiam um sentido que se configurava numa relação de espécie de “agradecimento” pela existência da VOM, e pelas oportunidades que estariam tendo. A utilização

³¹ Neste processo há uma questão que não fomos capazes de investigar e apontar as razões disso. Estamos falando do fato haver nos dois programas em torno de 15 a 20 pessoas envolvidas e ao Informativo da VOM em Novembro de 2001 (Uevom, 2001h) informar, na parte referente ao Balanço Social (p. 15) ter adquirido 252 cestas básicas. Frente esses dados é possível que a VOM tenha atuado com uma central de distribuição dessas cestas para pessoas cadastradas. Mas não foi possível confirmar isso. O destino e a função dessas cestas básicas no âmbito do projeto VOM fica como um desafio para próximos trabalhos ou mesmo outros pesquisadores. Seria muito importante tentar ouvir essas pessoas, objetivando aprofundar questão. A escassez de tempo e a necessidade de cumprimento de prazos com órgãos de fomento não permitiram aprofundar e retomar o contato com essas pessoas, o que lamentamos profundamente.

política disso é explicitada não apenas na fala das mães participantes, mas na dimensão que a PMRJ/SMEL (2003) dá a isso, como podemos notar no depoimento de algumas a uma reportagem apresentada em seu jornal de divulgação:

Eu fico aqui o dia inteiro. Faço o que for preciso: reparo uniformes, limpeza, lavou louças. Meus filhos saem da escola vêm direto para cá. Aqui eles lancham e praticam esporte. Assim, consigo evitar que fiquem nas ruas (...) Devo muito à Vila Olímpica (MÃE A).
 Nós cuidamos das plantas e somos responsáveis pela limpeza das calçadas e dos jardins em frente à Vila Olímpica. Contribuo com minha comunidade fazendo a minha parte (MÃE B).
 Eu fico orgulhosa de poder ensinar reciclagem para outras pessoas. A Vila Olímpica foi a nossa salvação. As crianças ficaram disciplinadas e têm melhorado muito o rendimento escolar (MÃE C).

Esses dois programas foram constantes na VOM até seu fechamento em dezembro de 2003, assumindo uma grande importância, seja pelas cestas básicas que distribuía, seja pela adesão que garantia ao projeto. Assim, um importante mecanismo educativo de adesão espontânea, na busca de conformação ético-política dos participantes, se faz presente, objetivando a disseminação tanto da noção de auto-responsabilização dos moradores pela limpeza e conservação de sua local de moradia, bem como pela idéia de transformar essa solidariedade em ação coletiva repolitizada pelo consenso. Como aponta Lúcia Neves (2004b, p. 11/12), teríamos, então, “a difusão de uma nova cultura cívica, na qual o cidadão transmuda-se de sujeito de direito à assistente social, onde individual ou coletivamente, assume o papel do Estado na promoção do bem estar, através de iniciativas de responsabilidade social”.

Realizando outra importante discussão sobre a VOM, era comum sua apresentação como mais do que um projeto de esporte, tendo este apenas o papel de ser “... um vetor de atração, e não um fim em si mesmo” (Uevom, s/d, p. 4). Disponha-se de um departamento médico que tinha a função de realizar exames básicos para autorização da prática esportiva e também com fisioterapia para alguns casos; um setor de serviço social que atuava em casos de crianças e jovens ainda não matriculados em escolas e na inscrição do programa Bolsa esporte da PMRJ. Por conta disso, um dos projetos que se desenvolvia na VOM nos trouxe singulares elementos para o nosso debate. Estamos falando do projeto Empreendedorismo, em que os freqüentadores poderiam ter aulas de Informática. Além destes, também tinham cursos de Educação e Preservação ambiental, Coleta Seletiva de lixo e reciclagem, Jardineiros Comunitários. Tinha-se o objetivo de atuar no bojo do projeto com a perspectiva de oferecimento

de cursos profissionalizantes, mediante convênios com outros organismos. Está expresso na preocupação em espriar suas ações pelas diversas áreas, por conta do entendimento que apenas como um projeto esportivo a VOM não cumpriria a “missão” de melhorar a qualidade de vida na Maré.

O projeto Empreendedorismo começou a partir de uma doação da Petrobrás de computadores e materiais de escritório para a montagem do espaço onde ocorriam essas aulas. Longe de negar a necessidade de conhecimentos básicos de informática para inserção no mundo do trabalho em nosso tempo, salta aos olhos o caráter que tal prática assumia na VOM. Valendo-se de argumentos semelhantes aos utilizados por empresas de cursos de Informática, na divulgação do projeto no Informativo da UEVOM, temos a seguinte mensagem: “Projeto Empreendedorismo: Futuro Promissor para os Moradores da Maré” (2001h, p. 5). Numa relação de causa efeito, cuja participação nesses cursos seria quase que um passaporte para tempos melhores. Não por acaso, defende-se que “com esses cursos incorporados ao currículo, os alunos e freqüentadores terão maior chance de concorrer a uma vaga no competitivo mercado de trabalho” (Uevom, 2001h, p. 5).

Isso fica mais explícito quando um dos diretores da VOM afirma que pouca adiantaria um jovem freqüentar o projeto, se quando chegasse aos 18 anos, ou antes, e fosse necessária sua entrada no mundo do trabalho, ele só soubesse:

jogar bolas, saber nadar, jogar basquete. (...) Ele precisa estar preparado para o mercado de trabalho. Então no ano de 2004 nós pretendíamos fazer algumas parcerias com o SINE (Sistema Nacional de Empregos), para poder trazer para a VOM cursos profissionalizantes, e aí sim você faz um trabalho social. A criança vem acompanhando ali, sai do meio marginalizado, que é a comunidade, sai da violência não só social, mas também doméstica. Passa a freqüentar a VOM, passa a ter uma inclusão social, a ter uma vida diferente. E depois, um pouco mais tarde, está passando para essas crianças um lado profissional. Ou seja, uma profissão. Que ela aprenda fazer alguma coisa. Aí ela vai para o mercado de trabalho e perguntam o que ela sabe fazer. Ela vai dizer: nada. Jogo basquete, vôlei e futsal. Você não vai conseguir que todos os alunos que entrem na VOM sejam atletas patrocinadas por uma empresa. Você tem que trazer essas crianças para a realidade. E qual é a realidade? A realidade é o mercado de trabalho, a área profissional. Você tem que dar para essa criança uma oportunidade dela estudar. Um curso profissionalizante uma coisa desse tipo (Entrevistado F, 2004).

Em tempos de desemprego estrutural, nota-se um processo de transferência da responsabilidade por sua não inserção no mundo do trabalho ao trabalhador. Fala-se em empregabilidade, em que o trabalhador precisaria estar sempre em constante atualização e

aperfeiçoamento, ou no termo da moda, qualificando-se, para responder ao desafio do “competitivo mercado de trabalho”. Assim, como aponta Gaudêncio Frigotto (2001), esse é um mecanismo de conformação ético- político que o capitalismo, em sua nova fase, tem usado para não possibilitar o entendimento de que a crise de desemprego não é algo externo a ele, e sim fruto da atual dinâmica no processo de produção da existência social. Com isso, transfere-se o ônus do insucesso para o trabalhador, que não teria sido capaz de aproveitar as oportunidades que lhe foram oferecidas.

Lúcia Neves (2004b, p. 9), baseada em Gramsci, afirma que processos como esses são partes do novo projeto dominante de formação humana do trabalhador em nosso tempo. A formação do intelectual urbano de novo tipo, com elevada “... capacidade técnica necessária à reprodução ampliada das relações sociais capitalistas de produção da existência e uma nova capacidade dirigente, com vistas a humanizar as relações de exploração e de dominação”.

Nessa caminhada, ao longo de quase quatro anos de implementação do Projeto da VOM (06 de 2000 a 12 de 2003) houve troca de dirigentes na condução do projeto. Fosse por questões pessoais, políticas ou mesmo por discordâncias, a entrada de novos personagens não implicou em mudanças significativas no papel político da VOM. Mesmo que novas dimensões tenham se feito presentes, com os novos dirigentes, tanto na coordenação educacional, como na Coordenação da Administração, essas não foram suficientes para afirmarmos que a VOM tenha passado a desempenhar outros papéis.

No ano de 2003 há uma troca tanto na Coordenação Técnica da PMRJ, quanto na Coordenação Administrativa. Com isso, pela primeira vez, a VOM passa a ser administrada diretamente pelo Presidente da ONG, que até então tinha mais uma função simbólica na representação da “comunidade” no projeto. Junto a esse processo, pioram as relações pessoais e profissionais entre o antigo coordenador técnico da PMRJ e a equipe da administração, que era representada pelo presidente da ONG e o grupo do CENTEX. Com acusações de ambos os lados, há um momento de “enfretamento”, quando, a despeito de apresentar-se como “homem de confiança do Secretário na VOM”, o antigo coordenador é “convidado” a ocupar um cargo na SMEL, deixando a coordenação da VOM. Assim, assume o antigo Sub-coordenador, que nesse processo, chegou a ser dispensado pelo ex-coordenador.

Nessa verdadeira queda de braço, a VOM aparentemente ganha nova composição. Mas, como já apontamos, do ponto de vista de seu papel político poucas mudanças se processam. O novo Coordenador passa desempenhar o papel do antigo, inclusive frente a SMEL.

Do ponto de vista do funcionamento da VOM, esse processo implicou no afastamento da figura do coordenador do dia-a-dia, visto que esse passa a desempenhar uma função eminentemente administrativa. Nesse sentido, as alterações se manifestam em questões técnicas como a necessidade de relatórios mensais dos professores com a frequência de suas turmas. Os convênios com os CIEPs, também continuam, embora o número de turmas tenha diminuído em relação ao ano anterior. A novidade passa a ser a entrada também das turmas das escolas na piscina, para terem aulas de natação. Esse processo não foi linear, havendo uma certa cobrança por parte da direção das escolas frente à redução do número de turmas que a VOM disponibilizava para atender.

No que tange ao atendimento às turmas das escolas na piscina, um fato muito particular nos fornece diversos elementos para discutirmos e aprofundarmos a relação política que a VOM representava no âmbito da Maré. Aproximadamente no mês de junho de 2003, convocou-se alguns professores para assumirem novas turmas das escolas que passariam a frequentar a piscina nos horários das 11:00 até 12:00, e também no primeiro horário da tarde, das 13:00 às 14:00. Este pesquisador ficou responsável por uma das turmas. Até aí um fato normal no dia a dia da VOM. O diferente neste caso se referia ao fato da turma que nos foi delegada ser composta por alunos de uma escola privada, que se localizava na Maré, com a expressa determinação da direção ao atendimento, já que os alunos, inclusive, vinham no ônibus alugado pela VOM para transportar os alunos dos CIEPs no seu traslado escolas-VOM.

Para além do fato da utilização de um espaço público por uma entidade privada, com fins privados, fica a dúvida acerca dos motivos que levaram ao estabelecimento de convênio com essa escola e não com outras, já que não houve divulgação de nenhum processo nesse sentido. Em 5 de setembro de 2003 a VOM é surpreendida com uma reportagem no Jornal O Dia sobre as escolas localizadas na Maré e o fato de não ficarem em “nada a dever a outras do asfalto. Com informática, inglês e natação no currículo, elas conquistam os pais que acreditam que um bom

aluno é preparado desde o “comecinho” da vida escolar. Exemplos não faltam” (Pereira & Homero, 2004).³²

Dentre os exemplos apresentados pela reportagem estava a referida escola que tinha aulas de natação na VOM. Isso foi apontado na reportagem pelas diretoras/donas das escolas como um diferencial de suas escolas em relação às outras que não dispunham “desse serviço” para oferecer aos alunos. Não obstante, na referida reportagem, um funcionário da VOM, que pessoalmente acompanhava os alunos e professores dessa escola, e nos “entregavam” todos os dias de aula- sempre as quartas feiras-, afirma que “a Vila Olímpica tem interesse em trazer para cá crianças da comunidade. Temos voleibol, tênis, natação, dança, e não há custos adicionais para as escolas. Bastam elas adequarem seus horários. É pena que poucas tenham aderido” (Pereira & Homero, 2004).

Frente a isso, esse funcionário é chamado a dar explicações e para resolver essa situação. Então, após duas semanas sem que os alunos viessem a VOM, chegou-se a uma “solução”: todos os alunos inscreveram-se como alunos regulares de natação, descaracterizando qualquer vínculo da escola em questão com a VOM, embora os alunos ainda utilizassem o ônibus, e continuassem a ser atendidos no mesmo horário.

Longe de fazer uma discussão acerca da permanência ou não daqueles alunos, que também foram pegos de surpresa, o que nos importa nesse momento é a utilização daquele espaço para fins privados, inclusive de ordem comercial, como foi o fato. Mais ainda, a solução dada à questão nos forneceu elementos para analisarmos o tipo de papel político e de relações que a VOM logrou desempenhar no âmbito da Maré.

Nesse ínterim, no ano de 2003, a VOM passa por sérias dificuldades financeiras, com implicações sérias nas condições básicas de trabalho. Seja na dificuldade de limpeza da piscina, seja na dificuldade de manutenção dos equipamentos básicos³³. Nesse processo, os funcionários administrativos- quase em sua totalidade moradores da Maré- ficam aproximadamente 3 meses

³² Esta reportagem também saiu no Portal na Internet do Viva Rio sobre favelas cujo domínio é www.vivafavela.com.br no dia 06 de setembro de 2003, com o emblemático título “*Muito Além do Beabá*”.

³³ Para exemplificar, podemos apontar a experiência vivenciada por este pesquisador, que na condição de professor de basquetebol, tivemos que dar aulas durante mais de 2 meses sem cesta alguma para alunos fazerem seus arremessos. Nesse meio, uma equipe de reportagens do SBT foi a VOM realizar uma matéria e a direção solicitou que meus alunos fossem realizar as filmagens dentro do ginásio onde, apesar de existir aros de basquete, eram proibidas partidas de esportes com bola. Após a realização dessa, com nosso devido incentivo, os alunos questionaram a direção da UEVOM por que, só naquele dia, lhes permitido jogar basquete dentro do ginásio? Frente a isso, providenciou-se logo a colocação de um aro- e não o par- numa quadra externa, que possibilitou que as aulas pudessem voltar à normalidade, para felicidade deste pesquisador.

sem salários. Isso implicou em significativas discussões e até em movimentos de paralisações das atividades. Para muitos desses, esse atraso significou drásticos transtornos, sobretudo para os funcionários com salários mais baixos. Um certo mal estar se fazia presente entre nós professores, já que nesse contexto nossos vencimentos não estavam atrasados, por recebermos de outra fonte, a PMRJ e a ECT.

O mais significativo para a nossa pesquisa foi o encaminhamento dado pela direção à questão. Frente à “ameaça” de paralisação, éramos constantemente lembrados que o contrato realizado com os parceiros, no caso a Petrobrás, a PMRJ e a ECT, previa rescisão imediata caso houvesse interrupção das atividades. Com isso, a própria continuidade do projeto estaria ameaçada pela atitude dos reivindicantes. As causas desse atraso foram atribuídas às questões burocráticas na renovação do convênio com a Petrobrás, tendo inclusive um funcionário da Petrobrás vindo a uma reunião da equipe, dar os esclarecimentos necessários.

Claro que a situação só foi devidamente normalizada com o restabelecimento do pagamento dos funcionários. Ficou explícita nesse “episódio” uma dimensão educativa, de conformação ética e política, que além de desestimular e rechaçar qualquer possibilidade de reivindicação dos trabalhadores, transferia para esses os riscos e as responsabilidades por eventuais insucessos no projeto.

Intencionalmente, deixamos para o final as considerações acerca das possíveis relações entre o tráfico de drogas e a atuação da VOM. Em nossa pesquisa essa não era uma questão central, embora isto não queira dizer que não se fizesse presente, de alguma forma, no cotidiano.

Na VOM, tal questão tomava uma dimensão maior devido sua localização. Por conta disso, ocorreram alguns episódios de tiroteios em áreas próximas, ou mesmo em seu interior, embora estes tenham sido poucos. Havia a frequência de pessoas envolvidas com o tráfico que, na condição de moradores da Maré, iam a VOM. O que não se manifestou em momento algum era o “desfile” velado de pessoas armadas em seu interior ou mesmo a apresentação de pessoas envolvidas com o tráfico como interventores diretos no seu funcionamento.

Parecia haver um “pacto”, oficial ou officioso, com as diversas facções do tráfico, que mantinha a VOM como espaço “neutro” em relação aos confrontos entre as mesmas. Por outro lado, também havia um pacto com o 22º Batalhão de Polícia Militar (BPM da Maré) para que

incursões policiais realizadas em seu interior não fossem com armas em punho, já que isso poderia levar a tiroteios com possíveis traficantes, levando riscos diretos aos seus frequentadores.

Algumas vezes esse “pacto” era rompido. Seja com a determinação/ recomendação de encerramento do expediente antes do horário, devido aos eminentes conflitos que aconteceriam, ou então, em casos, quando alguns jovens utilizavam o terreno da VOM para provocar membros da facção rival que estavam do outro lado do campo de futebol – o que sempre causava o receio de conflitos – isso nos mostra que, de alguma forma, a presença do tráfico influenciava.

A presença de membros de uma ou outra facção em seu interior era identificada como uma quebra desta neutralidade. Assim, podemos dizer que um momento crucial foi a constante utilização da piscina por membros de uma facção, sobretudo a partir de 2003. Durante as aulas, uma raia da piscina era “destinada” para que eles pudessem utilizar, causando um mal estar entre os funcionários e os professores. Podemos dizer que, nesse momento, o acordo de neutralidade era rompido, já que indicava que a VOM estaria “atendendo” um grupo em detrimento de outro. Isso, certamente, gerou um acirramento de relações com a facção não “atendida”. O fato de traficantes utilizarem quadras ou campos no fim de semana não pode ser considerado uma demonstração de interferência, visto que esses espaços eram utilizados por moradores de uma forma geral.

Parece que o fato da VOM ser frequentada por moradores da Maré, tendo a participação de crianças, jovens, idosos, além de portadores de necessidades especiais, implicava num certo “freio” de investidas dos traficantes, uma vez que isso poderia levar a uma animosidade ainda maior por parte da população.

Por conta disso, não se deu muita ênfase à questão do tráfico de drogas e sua interferência ou não no funcionamento da VOM. Isso fica como tarefa para outro pesquisador.

Eis que caminhamos para o fim do ano de 2003. Repentinamente, na primeira semana de dezembro, somos surpreendidos com a notícia da renúncia do presidente da Ong UEVOM por motivos de saúde, numa reunião em que são convocados todos os “parceiros”, representantes das Associações de Moradores. Por conta disso, caberia ao Vice-presidente assumir a direção da VOM. Quem era o Vice-presidente? Rubem César Fernandes do VIVA RIO. Juridicamente, caberia a ele ser o presidente. Mas logo este também renúncia, o que levaria a necessidade da convocação da Assembléia extraordinária, pelos Sócio-fundadores para escolha/eleição de um

novo presidente. Mas quem eram os sócio-fundadores? Mais uma vez estamos falando de empresários vinculados ao Viva Rio.

Nesse ínterim, são publicadas notícias no jornal O GLOBO, a partir do dia 06 de dezembro de 2003, de que traficantes estariam exigindo dinheiro para que a VOM continuasse a funcionar. Tal informação é amplamente contestada por todos os envolvidos, embora tenha saído nos grandes meios de comunicação.

Com isso, oficialmente a PMRJ antecipa o recesso de fim de ano em uma semana, com a perspectiva de sua volta em Janeiro de 2004. O que definitivamente, não acontece, ficando as atividades suspensas até Julho de 2004. A alegação oficial era que a Ong UEVOM deveria eleger seu novo presidente para que as atividades fossem retomadas.

Todo o processo de fechamento e abertura da VOM nesse intervalo demandaria uma nova pesquisa, acompanhando os passos tomados por todos os envolvidos, bem como os posicionamentos frente aos acontecimentos. O antigo presidente da UEVOM, nessa retomada, também volta a ocupar papel de destaque. E a VOM volta a funcionar.

CONCLUSÃO

Buscaremos agora retomar as discussões mais afeitas ao nosso objeto nessa pesquisa - as novas relações Estado e Sociedade Civil no bojo da redefinição do novo projeto de sociabilidade neoliberal e a Vila Olímpica da Maré como uma das expressões concretas disso.

A partir dos pontos discutidos nas páginas anteriores, podemos afirmar que a constituição da VOM representa a concretização do novo modelo de políticas sociais nos moldes do projeto neoliberal de sociabilidade. A atuação da Ong UEVOM, junto com seus proponentes, VIVA RIO, CENTEX/COPPE, bem como sua interface com o executivo Municipal se manifesta como a materialização dessa concepção. O papel político desempenhado por este organismo na sociedade civil, com um novo modelo de associativismo prestador de serviços, o leva a uma atuação unicamente de colaboração com a PMRJ, sendo contratada para implementar o projeto. Embora com faces de participação da “sociedade civil” na gestão/ implementação de ações, nota-se que há nesse processo uma nova modalidade dessa mesma participação.

Isso pode ser evidenciado pelo fato da constituição da UEVOM representar a materialização do paradigma do chamado terceiro setor na implementação de políticas públicas. A criação da ONG com representantes diretos do executivo municipal, de empresas, de alguns representantes de associações de moradores, e ainda de outras Ongs apresenta-se como um significativo exemplo do chamado pacto social. Um mecanismo de diluição de antagonismos de classes, uma apresentação da união de forças entre diferentes que se unem para promover o “bem comum”, no caso a implementação da VOM. Mesmo que haja um reconhecimento de diferenças, conflitos, tudo isso é possivelmente superável pelo diálogo entre todos os envolvidos. A tão em voga noção de pacto social se faz presente.

Recuperando a distinção de Coutinho (2000) acerca de modelos de ocidentalização, podemos afirmar que a constituição desse processo é a expressão do que o autor chama de modelo de ocidentalização americana. Isso porque inegavelmente estamos diante da mobilização de um organismo na sociedade civil, que se organiza e luta pela implementação de sua demanda – no caso um projeto de esportes e lazer. Tenta-se defender ser a sociedade civil uma esfera autônoma do ser social, e uma arena de conflitos e disputas por concepções de mundo e projetos de sociedade, como anunciou Gramsci. A luta para obter essa conquista não passa por um questionamento nem por um engajamento pela ampliação de outros direitos. Trata-se de uma

disputa/competição com outros postulantes por demandas também lícitas, mas que no contexto de restrição de possibilidades de atendimentos precisam apresentar-se mais receptivas para lograrem seus objetivos. Isso passa por um alinhamento amplo, geral e irrestrito ao bloco no poder. Dilui-se completamente qualquer referência a possíveis embates entre projetos de sociedade ou mesmo entre classes com interesses antagônicos.

O projeto de administração desenvolvido pelo CENTEX/COPPE significa um grande avanço dessa concepção. Como uma verdadeira ação entre amigos, onde antagonismos, divergências, interesses de classes, projetos de sociedade e concepções de mundo não se fazem presentes. Mesmo que haja visões diversas, em momento algum existiriam interesses antagônicos. Trata-se de um campo onde todos partilham do mesmo ideal. Por isso, os papéis da Universidade, do Estado, das empresas, de organismos na sociedade civil são apresentados no processo unicamente como dimensões técnicas, abstraídos de referências a concepções de mundo diversas. Tanto o Estado, quanto empresas privadas são pensados unicamente como financiadores –ou parceiros, para usarmos um termo da moda-. A efetivação de direitos sociais aparentemente perde sua dimensão política. Como vimos, isso se processa apenas na aparência, já que há um intenso processo de repolitização pelo consenso, pelo não conflito de classes, ficando o debate apenas no plano da solidariedade, do bom mocismo dos financiadores.

A própria constituição da VOM, enquanto uma Ong, também pode ser considerada um grande sinal dos tempos acerca do papel político pensado ao projeto. Se, como vimos, desde o início das discussões, em 1996, já se falava na criação de uma Ong para sua administração, podemos apontar que esse mecanismo insere-se na nova face do projeto de sociabilidade neoliberal no Brasil, como demonstramos anteriormente. Com esse paradigma de atuação há uma difusão constante do termo organizações públicas não estatais, cunhado no projeto de Reforma do Estado (Brasil, 1995, 1998). Assim, promove-se uma sensível relação pedagógica de apresentar o Estado unicamente enquanto financiador de políticas públicas, ao mesmo tempo em que disseminaria a noção de responsabilização da sociedade civil por suas demandas sociais.

Contudo, considerando que o Estado capitalista atual é ampliado, sendo constituído pelo Estado restrito (aparelhagem estatal) e pelos organismos na sociedade civil, como lembra Gramsci, podemos apontar serem tais organismos momentos do Estado. Com isso, embora se busque apresentá-los como organismos autônomos, uma terceira esfera do ser social, sem

ligações com o bloco no poder, são eivados por disputas políticas, sendo também disseminadores de uma certa visão de mundo.

A criação da Ong UEVOM, mesmo que relacionada a efetivação de um programa de esporte, em momento algum esteve inserida na luta coletiva pelo direito social ao esporte e à organização comunitária. Esse organismo surge com a notória função de ser o ente jurídico demandado por todos para a regularização do funcionamento da VOM nos moldes do projeto, contemplando assim todos os interesses e concepções de mundo dos envolvidos. Isso fica explicitado quando acompanhamos todo o processo de sua constituição e de aprovação da lei que autoriza o município a estabelecer convênio com a Ong então criada. A mobilização de organismos na sociedade civil, em torno de demandas específicas, aparentemente desvinculadas da organização da sociedade, onde a luta conjunta por transformações sociais é abandonada em nome de um pragmatismo prestador de serviços se manifesta no exemplo da VOM. Como afirma Gramsci, o nível de relações de força não ultrapassa o econômico corporativo, onde cada organismo não vislumbra a relação que há entre sua demanda e uma demanda mais ampla de grupo ou classe social.

A partir da apropriação da denominação utilizada por Ana Quiroga, poderíamos afirmar que estamos diante de uma Ong de 2ª geração, distanciadas de bandeiras democráticas, outrora representadas por Ongs pioneiras. Mais do que a luta por direitos das mais variadas ordens, mais do que a mobilização de forças democráticas num projeto de transformação das relações sociais, estes organismos passam a desempenhar um novo papel político na sociedade. Assim, segundo a autora estas se caracterizam pela “maior preocupação com a visibilidade social” de ações, muitas vezes apontando um impacto maior que o real;

... com fontes de financiamento ligados aos governos nacionais e locais; através de parcerias para gestão de políticas públicas e à iniciativa privada; (...) são majoritariamente profissionalizadas com quadros técnicos de recursos humanos, administração, finanças, comunicação, marketing etc. (...) Definem-se por áreas temáticas e públicos específicos em relação aos quais estruturam um sistema de prestação de serviços financiados seja pelo Estado seja por órgãos privados de fomento (...) (Quiroga, 2001, p. 55).

Diante disso, notamos como a configuração da UEVOM obedece a todas as características que a autora apontou, inclusive no que tange a sua atuação cotidiana.

Mesmo com a Ong à frente da administração do projeto, em momento algum a PMRJ/SMEL deixou de se fazer presente, sempre assumindo o projeto como uma política pública

de esporte. Por isso, não acreditamos serem acertadas as posições que afirmam que nas políticas sociais neoliberais o Estado se retira. Em geral, nota-se processos de delegação da execução, em que as diretrizes, as concepções políticas e os projetos de sociedade do bloco no poder não deixam de se apresentar. Mais do que unicamente a alegação de barateamento dos custos dos programas por tais mecanismos de implementação, fica notória a face também política, ou ainda, da tentativa de conformação ético-política, na medida em que há um atrelamento do programa à Administração em questão, limitando sobremaneira, as possibilidades de divergência ou discordâncias. É importante notarmos como esse mecanismo representa uma nova configuração da relação Estado e organismos na sociedade civil no atual fase do capitalismo mundial. Uma estratégia educadora no sentido de legitimação do atual estado de coisas.

O referido modelo não é exclusivo da experiência em questão. Sua especificidade e seu pioneirismo estão no fato de servir como modelo às políticas públicas de esporte em favelas – Vilas Olímpicas- no município do Rio de Janeiro. Estas, com algumas diferenciações, também passaram a ser implementadas através da relação com organismos na sociedade civil, embora neste caso tenham sido as Federações esportivas. Isso expressa que estamos diante de uma diretriz política organicamente sistematizada, que objetiva a manutenção tanto do atual estado de coisas, como também da mesma configuração do bloco no poder. Fica como um instigante desafio futuro uma discussão mais geral das políticas públicas de esporte no município do Rio de Janeiro e sua relação com a nova face do projeto de sociabilidade neoliberal.

A partir da legitimidade que o esporte possui na sociedade, a VOM apresenta-se como um divisor de águas na Maré. Com isso, ganha uma dimensão de redentor social de todos os moradores. Isso é expresso por um dos moradores que atuam na administração do projeto: “... a VOM, socialmente falando, é a redenção de toda esta comunidade e a esperança de cidadania, que é o principal, e a transformação social já está acontecendo e no futuro acontecerá certamente com mais seqüência e com mais qualidade...” (Entrevistado A).

A VOM se concretiza enquanto um importante mecanismo de obtenção de consenso popular na medida em que serve para divulgação de projetos com concepções de mundo que não levam a problematização crítica das difíceis condições de vida, não apenas na Maré, mas na sociedade em geral. Também podemos notar isso como, tanto direta como indiretamente a VOM, busca difundir e divulgar, com sua atuação, princípios caros ao projeto de sociabilidade neoliberal. Isso se faz presente na promoção do voluntariado; na criação e aceitação de

mecanismos de inserção precarizada no mundo do trabalho para parte significativa de seus funcionários; na difusão da noção de empreendedorismo como solução para a inserção no mundo do trabalho; na difusão subliminar de esportivização profissional como mecanismo de ascensão social para crianças e jovens pobres¹; na ênfase/promoção da noção de responsabilidade social de empresas no que se refere ao acesso aos direitos sociais. Não obstante, grassava tanto em documentos, quanto em apresentações públicas de seus dirigentes e também dos governantes, uma visão salvacionista em relação às políticas de esporte. Uma despolitização da violência e um possível envolvimento [ou não] de jovens com drogas e o tráfico. Seria repetitivo apresentar os argumentos e fatos que corroboram tal afirmação.

De modo algum pretendemos afirmar que a VOM não teria nenhuma importância para aqueles que a freqüentavam, mesmo sendo parcela diminuta do universo de pessoas da Maré. Contudo, esse caráter mítico, quase religioso de “salvação”, de resolução de todas as questões sociais apenas por sua existência, representa essa face de obtenção do consenso e repolitização para o não enfrentamento crítico do atual estado de coisas. Se, indubitavelmente, representa maiores possibilidades de opções de lazer e esportes para os freqüentadores, é preciso apontar que não cabe nenhuma associação direta e linear com possíveis melhorias gerais das condições de vida da população. Tal questão nos leva a pensar que se o acesso ao esporte e ao lazer é fundamental, não são suficientes, para uma efetiva melhoria nas condições de vida. Não obstante, como demonstramos, sua capacidade de atendimento a demanda de crianças, jovens, adultos e idosos na Maré, representa apenas um pequeno percentual do universo total da Maré, ou seja, ainda com a VOM, uma significativa parcela da população da Maré não é atendida, por diversas razões.

Quando apontamos a VOM como mecanismo de obtenção do consenso da população visando legitimar e/ou não questionar o atual projeto de sociabilidade, não afirmamos que sua existência não traga nenhuma contribuição aos moradores. Entretanto, podemos dizer que os antigos problemas da comunidade não deixaram de estar presentes, a despeito da apresentação da

¹ Com a realização dos Jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro em 2007, os projetos das Vilas Olímpicas são apresentados como os “celeiros” dos futuros medalhistas nos Jogos. Ou seja, a concepção de que a função precípua desses espaços seria a promoção de novos talentos para o esporte de alto rendimento, visando a representação nacional se faz presente a todo o momento. Como será que isso chega nas crianças, jovens e responsáveis? Será que isso influencia a concepção de esporte e o sentido que estes atribuem às práticas esportivas? Como será que lidam com esta promessa de futuro esportivo para os participantes dos projetos? Estas questões precisarão ser enfrentadas pelos pesquisadores da Educação Física e da Educação muito em breve, sobretudo com o aproximar-se do PAN.

VOM como mecanismo de enfrentamento às questões sociais como saúde, educação, violência/segurança pública.

Tal dimensão nos aponta para o coroamento do que Gramsci chama de pequena política. Isso implica em considerar esses problemas não relacionados com o atual projeto de sociedade, e sim como pequenas disfunções passíveis de serem enfrentadas com ações paliativas, mesmo que essas tragam alguma mínima contribuição para seus partícipes.

O debate em torno da VOM não pode se dar em cima de questões morais. Isso significa não considerar que a adesão das pessoas se dê, *a priori*, por total concordância com o projeto, ou que não se façam presentes posições críticas, mesmo entre aqueles que lá participam, sejam como docentes, funcionários ou mesmo como frequentadores. Quanto aos frequentadores, quase na totalidade são moradores da Maré. Com isso, podemos pensar que a VOM representa uma das poucas opções de lazer e esportes para crianças, jovens, adultos, idosos e portadores de necessidades especiais. Mais do que necessariamente uma concordância total ou não questionamento das visíveis contradições, o fato dos moradores aderirem, na condição de frequentadores, não significa que o façam sem questionar a própria realidade em que vivem. Seria muita pretensão acreditar que essas pessoas não elaborem visões de mundo acerca das dificuldades enfrentadas no seu cotidiano. Pode ser que não consigam fazer a ligação entre os problemas cotidianos e a concepção salvacionista que o projeto é apresentado; pode ser que não relacione os problemas cotidianos e às promessas de ascensão social via profissionalização no esporte. Ainda assim, não podemos afirmar que entre os frequentadores não haja consciência dessa face do projeto.

Relacionando com o histórico de políticas públicas de esportes em favelas, marcados pela descontinuidade e pelo evento esporádico, a garantia da existência de um programa permanente significaria um grande avanço. No caso da VOM isso também não foi garantido, visto a interrupção de seu funcionamento por oito meses.

Por outro lado, tais considerações não devem implicar no fechar de olhos para o papel político implícito na atuação da VOM. Um mecanismo de produção de consenso, não de conflitos. Um processo de colaboração entre desiguais a partir de interesses universais; um projeto de adequação e aceitação e não de problematização e questionamento das condições de vida. Não por acaso a VOM é considerado modelo de sucesso nas políticas públicas de esporte em favelas no Rio de Janeiro. Mas sempre fica a questão: sucesso para quem?

Para além das diversas aulas das muitas práticas culturais que ocorrem na VOM, ampliando as possibilidades educativas de seus envolvidos, uma dimensão educativa central nesse processo se manifesta na promoção e difusão dos princípios e valores éticos, políticos, morais e estéticos caros ao projeto de sociabilidade neoliberal. Esta se dá de maneira mais silenciosa, sem necessariamente escutarmos os sons dos apitos dos professores, as palmas e os sorrisos dos alunos. Essa é sua face menos visível, mais ainda assim o tempo todo presente.

Mais uma vez, grandes desafios se apresentam na construção de um outro projeto de sociedade. Não era para se esperar algo diferente. Dessa vez, enfrentamos o grande consenso em torno da apresentação do capitalismo como único projeto de sociedade capaz de organizar as relações sociais de produção da existência. Esses desafios demandam sua consideração, não apenas como um modo de produção de mercadorias, mas sim como um projeto de sociabilidade, que busca fazer-se presente nos mais variados planos da existência social, através de seus valores e princípios éticos, políticos, estéticos e morais. Isso nos abre novas perspectivas para conhecermos suas diversas estratégias de legitimação e para traçarmos novas estratégias de resistência e de apresentação de nossas propostas, para que assim consigamos não apenas convencer o conjunto da população, mas tocar-lhes o coração da necessidade histórica de recriarmos a existência humana em cima de valores em que a exploração do homem pelo homem não seja considerada algo natural ou apenas recriminável, mas sim inadmissível. E isso não é possível no capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abong. (2004) **Propostas da ABONG para o marco legal das ONGs/Maio de 2004.** Disponível em www.abong.org.br. Acesso em 27-06-2004.
- A nova imagem da Maré: livre de palafitas, bairro agora busca melhorias com educação e esporte. (2001) **Jornal O GLOBO**, Rio de Janeiro, 03-Maio 2001. Caderno Zona Norte, p. 8 a 10.
- Andersen, Carter (1996). Favela da Maré vira o jogo e agora organiza suas Olimpíadas. **Jornal O GLOBO**, Rio de Janeiro, 03 nov. 1996. Caderno Rio, p. 35.
- Anderson, Perry. (2000) Balanço do Neoliberalismo. *In*: Sader, Emir & Gentili, Pablo. (orgs.) **Pós-neoliberalismo I: As políticas sociais e o Estado democrático.** 5º Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,. p. 9- 23.
- Arantes, Paulo Eduardo (2000). Esquerda e direita no espelho das ONGs. *In*: **Cadernos ABONG**, nº 27, p. 03-27.
- Boron, Atilio. (2001) Os “novo Leviatãs” e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e a decadência da democracia na América Latina. *In*: Sader, Emir & Gentili, Pablo. (orgs.) **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 3º Ed. Petrópolis: Vozes. p. 07-67.
- Bracht, Valter. (2000) Esporte na escola e esporte de rendimento. **Movimento- ESEF/UFRGS**, ano VI, nº 12, p. XIV-XXIV.
- _____. (1997) **Sociologia crítica do esporte: uma introdução.** Vitória: CEFD/UFES.
- _____. (1992) **Educação Física e aprendizagem social.** Porto Alegre: Magister.
- Brasil. (1999) **Organizações Sociais: Caderno MARE da Reforma do Estado 2.** Brasília: MARE.
- Brasil. (1995) Presidência da República. **Câmara de Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos & Grau, Nurria Cunnil. (1999) Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. *In*: _____. (Orgs.). O público não estatal na reforma do Estado. São Paulo: FGV p. 15-48.
- _____. (1998) A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle- Cadernos do MARE 1. Brasília: MARE.
- Caccia Bava, Silvio & Pontes, Lúcia. (1996) As ONGS e as políticas públicas na construção do Estado democrático. **Serviço social e Sociedade**, nº 50, ano XVII, Abr, p. 133-142.

Cardoso, Ruth. (2000) O Fortalecimento da sociedade civil. *In*: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.) **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra/GIFE; p. 07-12.

Carrano, Paulo César Rodrigues. **Juventude e Cidades Educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Ronaldinho: ídolo esportivo ou mercadoria global. *In*: _____. (org.) **Futebol: Paixão e Política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 95-110.

Ceasm. (2003) **Quem Somos? Quantos Somos? O que fazemos? A Maré em dados: Censo 2000**. Rio de Janeiro: Ceasm.

Centex/Coppe. (2004) **Projetos Centro de Excelência e a construção da riqueza nacional: Histórico, Fundamentos, Metodologia e Parcerias Estratégicas**. Disponível em www.centrosdeexcelencia.com.br acesso em 21-05-04.

_____. (2000) **Carta à União Esportiva Vila Olímpica da Maré: Implantação dos projetos temáticos Centros de Excelência Vila Olímpica da Maré**. Rio de Janeiro: CENTEX/COPPE.

Coutinho, Carlos Nelson. (2002) A democracia na Batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. *In*: Semeraro, G & Fávero, O. (Orgs.) **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, p.11-40.

_____. (2000a) El concepto de sociedad civil en Gramsci y la lucha ideológica en el Brasil de hoy. *In*: Kanoussi, Dora (Ed.) **Gramsci en América. II Conferencia Internacional de Estudios Gramscianos**. Pueblo, México: BUAP/ Plazo y Valdés; p. 17-46.

_____. (2000b) **Contra Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo; Cortez.

_____. (1996) **Marxismo e Política: A dualidade de poderes e outros ensaios**. 2º Ed. São Paulo: Cortez.

Coutinho, Jairo. (2004) **A participação do VIVA RIO no Projeto Vila Olímpica da Maré**. Rio de Janeiro. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 11-05-2004).

Cunha, Nilo Pedro Gonçalves. (2004) **Minha participação na Vila Olímpica da Maré**. Rio de Janeiro. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 30-03-2004).

_____. (2004) **Vila Olímpica da Maré. Participação desenvolvimento e saída**. Rio de Janeiro. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 20-04-2004).

Cunha, Paulo Fernando. (2004) **UNIMAR e o início da Vila Olímpica da Maré**. Rio de Janeiro. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 08-06-2004).

Damasceno, Natanael & Prudente, Paulo Henrique. (2001) O longo caminho da lama à terra firme. **Jornal O GLOBO**, Rio de Janeiro, 06 Mai. 2001. Caderno Ilha. p. 5 - 7.

Doimo, Ana Maria. (1995) **A Vez e a Voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará.

Dois Mil e Quatro (2004) já chegou na Maré. (1996) **Jornal O DIA**, Rio de Janeiro, 04 Nov. 1996. Cadernos de esportes, p. 4.

Domingues, Amaro. (2004) **Vila Olímpica da Maré: suas origens e histórias**. Rio de Janeiro. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 07-02-2004).

_____. (2004) **Vila Olímpica da Maré: sua implementação**. Rio de Janeiro. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 20-03-2004).

_____. (2004) **Vila Olímpica da Maré: Política Pública da SMEL e fechamento**. Rio de Janeiro. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 01-05-2004).

_____. (2003) Depoimentos: Seu Amaro. *In*: Grysnpán, Mario & Pandolfi, Dulce Chaves. (orgs.) **A Favela Fala: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV. p. 123-148.

Durão, Jorge Eduardo Saavedra. (2001) **Algumas teses para debate com a sociedade civil**. Rio de Janeiro; Ibase, (Mimeo).

Durighetto, Maria Lúcia. (2003) **Democracia: Polêmicas, confrontos e direcionamentos**. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Serviço social). Faculdade de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro.

Fantine, José & Oliveira, Antonio Ricardo Pimentel. (1998) **O Caminho da Riqueza: um novo paradigma**. Rio de Janeiro: COPPE/CENTEX. (mimeo.)

Fernandes R. C. (1998). VIVA RIO: Ações para a Integração e Pacificação da Cidade. *In*: **Cidade em Movimento: Comunicações ISER**, Rio de Janeiro, nº. 49, p. 13-23.

_____.(1994). **Privado, porém público. O terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume e Dumará.

Frigotto, Gaudêncio. (2001) A nova e a velha face da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. *In*: _____ & Ciavatta, Maria. (orgs.) **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 2º Ed. Petrópolis: Vozes. p. 23-50.

- Fundação Gol de Letra. **Voluntariado** Disponível em www.goldeletra.org.br Acesso em 30-04-2004.
- Fundação Cafú. **Voluntariado**. Disponível em www.fundacaocafu.org.br. Acesso em 30-04-2004.
- Garrison, John W. (2000) **Do Confronto à Colaboração: Relações entre Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial**. Brasília; Banco Mundial.
- Giddens, Anthony e Pierson, Christopher. (2000) **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Gonçalves, Maria Alice Rezende. (2003) **A Vila Olímpica da Verde-e-Rosa**. Rio de Janeiro; FGV.
- Gramsci, Antonio. (2001) **Cadernos do Cárcere. Vol. 1,2,3,4,.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Haddad, Sérgio & Oliveira, Anna Cinthia. (2001) As organizações da sociedade Civil e as ONGs de Educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 112, p. 61-83, março.
- Herculano, Mônica. (2004) **Projetos sociais baseados em atividades esportivas promovem melhoria na educação**. Disponível em www.gife.org.br. Acesso em 23-03-2004.
- Impagliazzo, Marianina. (2004) **Vila Olímpica da Maré. Minha participação**. Rio de Janeiro, 2004. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 20-04-2004).
- Instituto Ayrton Senna. (2004) **Desenvolvimento Sustentável e educação: fundamentos, missão e programas**. Disponível em www.ias.org.br. Acesso em 23-04-04.
- Jornal do Brasil. (2002), **Caderno Especial. Responsabilidade Social**, 26 de Junho de 2002.
- Jornal O Globo. (2003) **Razão Social: o espaço da empresa cidadã.**, 02 de agosto de 2003.
- KUNZ, Elenor. (2000) **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. Ijuí: Editora Unijuí.
- Lima, Kátia Regina de Souza (2004). Reforma Universitária do Governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. Neves, Lúcia (org.) **A Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã. p. 23-46.
- _____ & Martins, André. (2004) **Pedagogia da Hegemonia Burguesa: Pressupostos, princípios e estratégias**. Niterói: UFF/PPGE/COLETIVO. (mimeo).
- Lima, Reinaldo Travessa Gonçalves de. (2004) **Vila Olímpica da Maré: minha participação no processo**. Rio de Janeiro. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 28-05-2004).

- Linhales, Meyli Assbú. (1996) **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos e setores excluídos**. Belo Horizonte, 1996, Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, Belo Horizonte.
- Manhães, Eduardo Dias. (2001) **Políticas Públicas de esporte no Brasil**. 2º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Maré de sorte: Escolinha de tênis do Complexo da Maré já tem até Fila de espera. Sonho das crianças é conhecer o ídolo Guga. (2000) **Jornal o DIA**, Rio de Janeiro, 10 Dez. 2000. Caderno Ataque. P. 11.
- Martins, André Silva. (2004) A relação Estado e Sociedade Civil no governo Lula. **Universidade e sociedade**, Distrito Federal, Ano XIII, nº 32, Março, p. 32-42.
- Mendes, Vannildo. (2004) Governo apura desvio de verbas para ONGs de fachada. **Estado de São Paulo**, 20-06-04, Caderno País, p. a4.
- Montaño, Carlos. (2002) **Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. Rio de Janeiro: Cortez.
- Neves, Lúcia Maria W. (2004a) (org.) **A Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã.
- _____. (2004b) **Gramsci: Estado Educador e a nova Pedagogia da Hegemonia**. Niterói: UFF/PPGE/COLETIVO. (mimeo).
- _____. (2002) (org.) **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã.
- Quintana, Mário. (2002). **Antologia Poética**. Porto Alegre: LP&M.
- Oliveira, Francisco de. (2001a) A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. *In*: Frigotto, Gaudêncio & Ciavatta, Maria. (orgs.) **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, p. 51-77.
- _____. (2001b) À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. *In*: Sader, Emir & Gentili, Pablo. (orgs.) **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 3º Ed. Petrópolis: Vozes, p.68-78.
- _____. (2002) Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as Ongs da democratização. *In*: Haddad, Sérgio (org.) **Ongs e a universidade**. São Paulo: ABONG, p. 51-63.

Pereira, Cláudio & Homero, Vilma. (2004). Muito além do be-a-bá. Disponível em www.vivafavela.com.br . Acesso em 05 de agosto de 2004.

Petras, James. (1999) A ajuda ambígua das ONGs na Bolívia. *In:* _____.
Neoliberalismo: América Latina, EUA e Europa. Blumenau: FURB. p. 69-91.

Petrobrás. (2004) **Petrobrás e a responsabilidade social.** Disponível em www.petrobras.com.br/responsabilidade. Acesso em 05 de agosto de 2004.

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Secretaria de Esporte e Lazer. (2003) **Esportes e lazer: A Prefeitura do Rio. Boletim Informativo da SMEL.** Rio de Janeiro: SMEL/PMRJ, ano1, nº 4- Abril.

_____. (2001) Resolução nº025 de 12 de janeiro de 2001. Apresenta as novas Diretrizes que fundamentam a atuação da SMEL e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, RJ, 12 de Janeiro de 2001.

_____. (2001b) **Convênio nº 027/2001 que entre si celebram o Município do Rio de Janeiro através da SMEL e a União Esportiva Vila Olímpica da Maré.** Rio de Janeiro. PMRJ/SMEL.

_____. (2003) Secretaria de Educação. **A Escola e a Família: A Prefeitura do Rio.** Rio de Janeiro: SME/PMRJ, Ano 1, nº 2 Set.

_____. (1999) Gabinete do Prefeito. **Mensagem número 199/99.** Rio de Janeiro: Gabinete/PMRJ. Disponível em www.camara.rj.gov.br/ Acesso em 20 de abril de 2004.

_____. (1999) Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Projeto de Lei nº 1040/99, de 03 de outubro de 1999. Autoriza o Poder Executivo Municipal a Associar o Município em Associação civil a ser instituída com o objetivo precípua de administrar o Parque Olímpico da Maré e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. p. 2, 06 de outubro de 1999.

Pré-Olimpíada da Maré termina com Rap e festa. (1996) **Jornal O Globo,** Rio de Janeiro, 18 Nov. 1996, Caderno RIO, p.13.

Queiroz, Agnelo. (2004) Mudança radical no esporte. **Jornal O Globo.** 12-07-2004, p. 06.

Quiroga, Ana. (2001) Caridade, filantropia e justiça e os modelos de ação social. *In:* **Revista Praia Vermelha/PPGESS/UFRJ,** Rio de Janeiro, nº 5, segundo semestre, p.40-59.

Ribeiro, Luiz César Queiroz & Lago, Luciana Correa do. (2000) A divisão Favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **XXIV Encontro Anual da ANPOCS, CAXAMBU**. Anais....

Revista Serviço Social e Sociedade. (2003) **Políticas Públicas e Sociedade Civil**. n. 73, ano XXIV, Mar. 207p.

Sales de Melo, Adriana Almeida. (2003) **A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela**. Campinas, 2003. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, UNICAMP.

Semeraro, Giovanni. (2001) **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. 2º Ed. Petrópolis: Vozes.

Silva, Luiz Antônio Ferreira da. (2004) **Vila Olímpica da Maré: desenvolvimento e participação**. Rio de Janeiro. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 10-03-2004).

Souza, Herbert de. (1991) As Ongs na década de 90. *In: Cadernos do Iser*, nº 41, Ano X, p. 05-10.

Tavares, Sérgio. (2004). **Vila Olímpica da Maré como Política Pública**. Rio de Janeiro, 2004. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 28-04-2004).

Tavares, Sérgio & Mara, Ellen. (2000) **Projeto CEASE**. Rio de Janeiro: SMEL/PMRJ. (mimeo).

União Esportiva Vila Olímpica da Maré. (1999a) **Ata de reuniões do Conselho de Administração. 1º à 9º**. Rio de Janeiro: UEVOM.

_____. (1999b) **Proposta para uma Administração emergencial do Complexo Olímpico da Maré**. Rio de Janeiro: UEVOM.

_____. (1999c) **Estatuto social da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos Denominada União Esportiva Vila Olímpica da Maré**. Rio de Janeiro.

_____. (2000a). **Ata de reuniões do Conselho de Administração. 10º à 11º**. Rio de Janeiro: UEVOM.

_____. (2000b) **Contrato de Patrocínio que entre si celebram Petrobrás S.A. e a União esportiva Vila Olímpica da Maré**. Rio de Janeiro.

_____. (2000c). **Plano de Trabalho da Vila Olímpica da Maré. Período: março à Junho de 2000**. Rio de Janeiro: UEVOM.

- _____. (2000d) **Projeto Maré Integração Escolar**. Rio de Janeiro: UEVOM.
- _____. (2000e) **Informativo Especial Maio/2000. Parceria Flamengo-Vila Olímpica da Maré**. Rio de Janeiro: UEVOM.
- _____. (2000f) **Carta a Sr^a. Lia Blower/Petrobrás (13/09/00)**. Rio de Janeiro: UEVOM.
- _____. (2000g) **Carta ao Sr^o Henri Philippe Reichstul/ Presidente da Petrobrás (14/12/00)**. Rio de Janeiro: UEVOM.
- _____. (2000h) **Carta ao Sr^o César Maia/Prefeito eleito do Município do Rio de Janeiro (08/11/00)**. Rio de Janeiro: UEVOM.
- _____. (2000i) **Carta ao Sr^o César Maia/Prefeito eleito do Município do Rio de Janeiro (14/12/00)**. Rio de Janeiro: UEVOM.
- _____. (2001a) **Carta ao Sr^o César Maia/Prefeito do Município do Rio de Janeiro (02/01/01)**. Rio de Janeiro: UEVOM.
- _____. (2001b) **Carta ao Sr^o Sérgio Tavares/Assessor da SMEL (02/02/01)**. Rio de Janeiro: UEVOM.
- _____. (2001c) **Plano de Trabalho da Vila Olímpica da Maré. Período Junho de 2001 à Junho de 2002**. Rio de Janeiro: UEVOM.
- _____. (2001d) **Informativo UEVOM**, Rio de Janeiro. Ano 2, nº 16, Janeiro.
- _____. (2001e) **Informativo UEVOM**, Rio de Janeiro. Ano 2, nº 20, Maio.
- _____. (2001f) **Informativo UEVOM**, Rio de Janeiro. Ano 2, nº 21, Junho.
- _____. (2001g) **Informativo UEVOM**, Rio de Janeiro. Ano 2, nº 22, Julho.
- _____. (2001h) **Informativo UEVOM**, Rio de Janeiro. Ano 2, nº 25/26, Out/Nov.
- _____. **Vila Olímpica da Maré: Informe publicitário**. Rio de Janeiro: UEVOM, S.d.

- Valla, Victor Vincent. (2000) Para compreender a fala das Classes populares. In: _____ . (org.) **Saúde e educação**. Rio de Janeiro: DP&A. P. 07-31.
- _____. (1986) (org.) **Educação e Favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro. 1940-1985**. Petrópolis: Vozes.
- Vaz, Alexandre Fernandez. (1997) Práticas corporais e a democracia popular. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Vol. 18, n. ° 3, maio. p. 51-57.
- Veja. (2004). **Edição Especial. Guia para fazer o bem**. Editora Abril, dezembro de 2001.
- Vieira, Antônio Carlos Pinto. (2004) **Vila Olímpica da Maré: Início e desenvolvimento**. Rio de Janeiro. Comunicação pessoal. (entrevista realizada em 29-04-2004).
- Viva Rio. (2004) História, projetos e princípios. Disponível em www.vivario.org.br/vivario. Acesso em 20-07 de 2004.
- Wood, Ellen Meiksins. (2003) **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Editora Boitempo.
- Zaluar, Alba. (1994) **Cidadãos não vão ao paraíso**. Campinas/São Paulo: Ed. Unicamp/ Escuta.
- Zaluar, Alba & Alvito, Marcos. (1999) Introdução. In: _____. **Um século de favela**. 2ªEd. Rio de Janeiro, Editora FGV, p.7-24.
- Zingoni, Patrícia. (2003) A descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer. In: Werneck, Christianne & Isayama, Helder (orgs.). **Lazer, Recreação e Educação Física**. Belo Horizonte, p. 217-241.
- _____. (1998) Políticas Públicas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **Motrivivência**. Ano X, nº 11, Set., p. 31-46.